



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

# Tancos 2017

Factos e Documentos

DEFESA NACIONAL  
MARÇO 2018

## Índice

Índice.....	1
<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>1. Os Paíóis Nacionais de Tancos – da origem à atualidade .....</b>	<b>11</b>
1.1. Os PNT a 28 de junho de 2017 .....	11
1.2. Os PNT desde a origem, constantes dificuldades e insuficiências .....	13
1.3. Proteção e sistemas de vigilância. O Projeto SICAVE. ....	17
1.4. Inspeções .....	20
<b>2. A deteção do furto.....</b>	<b>23</b>
<b>3. Cronologia dos Eventos.....</b>	<b>27</b>
<b>PARTE II .....</b>	<b>37</b>
<b>1. Competências – Enquadramento Jurídico .....</b>	<b>37</b>
1.1. Ponto Prévio: A Investigação Criminal .....	37
1.2. Ministro da Defesa Nacional.....	40
1.3. Forças Armadas.....	43
1.4. Assembleia da República .....	45
<b>2. Ações Desenvolvidas .....</b>	<b>47</b>
2.1. Pelo Ministro da Defesa Nacional.....	47
a) Despachos n.º 43 e n.º 44/MDN/2017, de 2 de julho.....	47
b) Despacho n.º 57/MDN/2017, de 15 de setembro .....	50
c) Assembleia da República .....	55
2.2. Pelas Forças Armadas.....	61
a) Medidas imediatas e execução do Despacho n.º 44/MDN/2017 .....	61
i) Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas .....	61
ii) Marinha .....	62
iii) Força Aérea.....	63
iv) Exército.....	64
b) Ações subsequentes e execução do Despacho n.º 57/MDN/2017 .....	74
i) Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas .....	75
ii) Marinha .....	76
iii) Força Aérea.....	78
iv) Exército.....	79
2.3. Pela Inspeção-Geral de Defesa Nacional.....	83
a) Na sequência do Despacho n.º 43/MDN/2017 .....	83
i) Marinha .....	84

ii) Força Aérea.....	84
iii) Exército.....	84
b) Na sequência e em execução do Despacho nº 57/MDN/2017 .....	85
<b>2.4. Outros Serviços do MDN .....</b>	<b>86</b>
a) Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional .....	86
b) Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional .....	87
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>89</b>
<b>Lista de Abreviaturas .....</b>	<b>97</b>
<b>Lista de documentos citados e anexados (organizados por entidade) .....</b>	<b>99</b>
<b>Lista de documentos consultados e não anexados .....</b>	<b>105</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>109</b>
<b>Índice de documentos anexos (organizados por ordem de citação).....</b>	<b>111</b>





## APRESENTAÇÃO

O presente documento é a consequência natural de um exercício de responsabilidade, que vincula qualquer instituição pública e, por maioria de razão, o titular de um cargo público, seja ou não política a sua matriz de legitimação. Tem como objeto temático central o furto de material militar ocorrido em Tancos, em junho de 2017, e justifica-se pela gravidade daquele incidente. De facto, este juízo assenta, tanto na própria circunstância da quebra de segurança verificada em instalações à guarda do Exército, como, depois, na natureza e quantidade do material militar furtado.

Compreende-se, neste caso, o impacto causado no espaço público. Porém, deverá aceitar-se também que o tempo da decisão política e o da correspondente produção efetiva de resultados, corretivos e preventivos, pode não ser coincidente com o tempo da investigação criminal e (muito menos) com o tempo mediático, e que esta aparente discrepância apenas espelha a natureza diversa dos diversos atores intervenientes nestas diferentes esferas e, mais em geral, no espaço público. Parece portanto imperioso que a análise aqui contida, no tempo próprio, contribua para o esclarecimento, tão rigoroso, claro e sumário quanto possível, dos vários planos em que a questão do furto de Tancos teve de ser ponderada e, não menos importante, avaliada. Não se espere encontrar neste exercício a imputação subjetiva do furto de material militar ou a proposta de quaisquer nexos de causalidade com relevância jurídico-criminal; não se suponha, por outro lado, que foi levada a cabo uma atuação paralela à que está a ser conduzida pela Polícia Judiciária, depois de ter sido avocada a investigação que, numa fase inicial, foi conduzida pela Polícia Judiciária Militar.

No plano político, houve o compromisso claro de que se iria até ao fim na investigação do incidente de Tancos, em tudo aquilo que, como bem se antevê, não contendesse ou interferisse com o plano exclusivo da investigação criminal. Não será essa investigação, aliás, referida, a não ser de forma lateral ou instrumental, e sempre à luz de factos que tenham sido divulgados ou sejam hoje conhecidos publicamente.

Por outro lado, com este *dossier* expõem-se de forma sistemática, e sujeitam-se ao devido escrutínio, as medidas que, como competência própria do Ministro da Defesa Nacional ou que resultaram da sua tutela, permitiram um diagnóstico sobre aquilo que aconteceu, assim como as medidas corretivas e/ou preventivas que foi necessário

executar, uma vez concluída aquela primeira ponderação. Essa sujeição ao escrutínio corresponde, por outro lado, ao padrão adotado em casos anteriores, em que teria, porventura, sido mais confortável a ambiguidade ou a omissão. Verificado objetivamente, e como facto, o furto daquele material militar, talvez sejam estas medidas corretivas e preventivas aquelas que se deverão considerar como a componente com mais relevo do conjunto de decisões e orientações de ação do Ministro da Defesa Nacional e das medidas adotadas pelos três Ramos das Forças Armadas (com clara e natural predominância do Exército), pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e por diferentes serviços do Ministério da Defesa Nacional, sem deixar de lado o contributo relevante da Inspeção-Geral de Defesa Nacional.

Era muito importante, era aliás determinante, que o mais rapidamente possível se restabelecesse a segurança das instalações militares onde está guardado material militar; ou que o material militar depositado em instalações tidas como menos seguras fosse transferido, com a devida celeridade, para outras instalações ou equipamentos em que essa segurança estivesse garantida. E não era menos importante que, perante os cidadãos, se desse a conhecer, e se desse a avaliação, aquilo que com tal fim foi executado nos últimos meses.

Ainda que de forma sucinta, é importante que se descrevam os factos já conhecidos relativamente ao furto de Tancos, como também aqueles que, com ele relacionados, vieram a ser de todos conhecidos – como, entre outros, a recuperação do essencial do material militar furtado em meados de outubro de 2017.

Para alcançar os objetivos que se propõe, o presente *dossier* encontra fundamentação e suporte nos contributos solicitados às Forças Armadas (Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e Ramos), à Inspeção-Geral da Defesa Nacional e a outras estruturas do Ministério da Defesa Nacional.

Deve esclarecer-se, por outro lado, que a escolha dos elementos a figurar em anexo se viu limitada, apenas, pelos critérios de classificação de documentos.

Com efeito, a uma parte da informação foi atribuída pelas entidades emitentes (os Ramos e a IGDN) a classificação de segurança de Secreto ou de Confidencial. Esta classificação, como se saberá, encontra a sua base nos termos da RCM n.º 50/88 de 3 de dezembro, ou mesmo do SEGMIL1, Despacho Conjunto do Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas e dos Chefes de Estado-Maior dos três Ramos das Forças

Armadas, normativos que, de acordo com os n.º 3 e n.º 5 do artigo 1º da Lei de Segredo de Estado, são considerados aplicáveis para efeitos de restrição de acesso à informação. A avaliação feita por aquelas entidades atendeu ao conteúdo de matérias sensíveis no âmbito da Segurança Nacional aí tratadas e teve em conta o princípio da necessidade de conhecer, o que as levou, no âmbito da sua competência, a atribuir aquela classificação de segurança, nos termos da RCM n.º 50/88, ponto 3.2.2. acima referida.

Em alguns dos casos, foi perguntada qual a fundamentação que levou a tal classificação, tendo-se verificado que era clara e tinha obedecido aos princípios de excecionalidade, necessidade, adequação e tempestividade que a natureza da informação justificava. Comprovou-se além disso que, em caso de dúvida, a articulação com o Gabinete Nacional de Segurança tinha sido efetuada.

Nestes termos, esta medida de segurança das matérias classificadas enquadrou-se na salvaguarda da necessidade de conhecer a quem a mesma seria dirigida e na integração com outras medidas efetivas de segurança, no quadro da vulnerabilidade que o furto de Tancos colocou às Forças Armadas e, em certo grau, à segurança nacional e à própria perceção de segurança dos cidadãos.

Deste modo, tendo em conta a classificação de segurança – Secreto e Confidencial – dos relatórios em causa, quando, neste documento, se fizer referência a fragilidades, medidas de mitigação e a melhorias ali elencadas, essa referência será feita sempre com carácter mais genérico e exemplificativo.

Isto dito, esta será a ordem de sequência do *dossier*:

No ponto 1. da Parte I, traçar-se-á o quadro do que são e do que foram os Paíóis Nacionais de Tancos, da sua história, designadamente, na perspetiva da sua orgânica funcional e da evolução das suas condições físicas e de proteção e segurança, tendo por base, essencialmente, a informação disponibilizada pelo Exército. Foi nesse quadro que ocorreu o furto de Tancos, pelo que é no seu âmbito que se deve contextualizá-lo.

No ponto 2. daquela Parte, proceder-se-á à descrição sumária do sucedido no dia 28 de junho de 2017 e do que, de imediato, se empreendeu, a partir do momento em que o furto foi verificado.

Finalmente, a Parte I conclui-se com a apresentação de uma cronologia sintética de acontecimentos, desde o momento da deteção do furto, a 28 de junho de 2017, até ao final do mês de outubro, altura em que foi concluída a execução do Plano Troia, isto é,



a operação de transferência do material militar dos Paióis de Tancos para o Marco do Grilo e Santa Margarida (ponto 3.). A sequência integra as diligências e medidas tomadas na esfera do Ministério da Defesa Nacional e das Forças Armadas, com incidência compreensível no Exército, no sentido de se permitir uma perspetiva rápida e global sobre o período considerado, limpa que está do ruído e da espuma dos dias que tantas vezes a obscureceram ou toldaram.

No ponto 1. da Parte II, circunscrevem-se, num plano jurídico, as competências dos vários intervenientes no processo – Ministério Público e órgãos de investigação criminal - Polícia Judiciária e Polícia Judiciária Militar (1.1.), Ministério da Defesa Nacional (1.2.), Forças Armadas (1.3.) e Assembleia da República (1.4.), para que, sobre cada um, não recaia o dever de responder senão pelas atribuições e competências que efetivamente lhe são próprias. É uma delimitação construída exclusivamente com base nos fundamentos legais que esteiam essas competências e a que, a par e passo, se recorre, de modo a evidenciar o quadro prévio em que cada ator público se situa e move para a tomada de decisões.

No ponto 2., cuidar-se-á de enumerar e colocar em evidência as decisões e medidas tomadas pelo Ministro da Defesa Nacional e pelas Forças Armadas, na sequência imediata do furto de Tancos. Num primeiro momento, identificam-se as Decisões e medidas do Ministério da Defesa Nacional – MDN (Despacho n.º 43/MDN/2017; Despacho n.º 44/MDN/2017, ambos de 2 de julho; e Despacho n.º 57/MDN/2017, de 15 de setembro) – ponto 2.1.

O ponto 2.2. é dedicado às medidas adotadas pelas Forças Armadas: num primeiro momento, as medidas imediatas e em execução do Despacho n.º 44/MDN/2017 (alínea a)); e, num segundo momento, as ações subsequentes e em execução do Despacho n.º 57/MDN/2017 (alínea b)). Em cada uma destas situações a análise é dividida: i) CEMGFA, ii) Marinha; iii) Força Aérea; iv) Exército.

Pela sua relevância específica, o ponto 2.3 desta Parte II versa sobre as ações empreendidas pela Inspeção-Geral de Defesa Nacional, na sequência do Despacho n.º 43/MDN/2017 (alínea a)) – diferenciando-se aqui a ação inspetiva em relação a cada um dos Ramos e aquela que surge na sequência do Despacho n.º 57/MDN/2017 (alínea b)).

A Parte II termina com a análise das ações de outros serviços do MDN que, na sequência do Despacho nº 57/MDN/2017, foram chamados a intervir, designadamente, a Secretaria-Geral do MDN e a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional.

Nas Conclusões, procurar-se-á evidenciar, sempre que pertinente, a correspondência entre as ações empreendidas, os resultados obtidos e as medidas implementadas e a implementar, isto é, expondo-se o impacto objetivo das determinações feitas, dos resultados que delas advieram até à data e, ainda, dos que se prevê advirão, através de uma análise da informação muito vasta que, em resultado das decisões tomadas, foi possível recolher, e assim também do modo como se agiu, no sentido de intervir o melhor e mais rapidamente possível no cenário factual que aquela informação esboçou e deu a conhecer.

O documento encerra com um Anexo documental.

Dado o exposto, possa este trabalho contribuir também para arredar de vez o equívoco (ao menos a ambiguidade) que insistentemente se apresentou no espaço público e que resultou de, por regra, não se diferenciarem (antes se terem esbatido) as fronteiras que desenham a esfera da intervenção política das restantes atuações, isto é, da esfera militar e, principalmente, da esfera da investigação criminal.

Permita ele compreender, sendo-se mais claro, que a resposta à pergunta (evidentemente, legítima) *Quem, quando, porquê e como perpetrou o furto de material de guerra nos Países Nacionais de Tancos?*, deverá aguardar serenamente, para resposta cabal, pelo termo das investigações (que, à data da divulgação deste *dossier*, ainda decorrem), orientadas por quem de direito, o Ministério Público; que o conhecimento das sanções inerentes à prova da culpabilidade, venha esse a ser o caso, depende da avaliação e de um juízo que é competência exclusiva dos Tribunais; e assim também, a final, que as eventuais decisões de carácter disciplinar suplementares, decorrentes desse juízo, caso tenham cabimento, decorrem do exercício de competências exclusivas das Chefias Militares.

O esclarecimento do que este documento pode, deve e está habilitado a clarificar – os acontecimentos, na perspetiva daquilo que, no âmbito do Governo e do Ministério da Defesa Nacional, em particular, cabia fazer e foi (ou não) levado a cabo –, é aquilo a que o Ministério da Defesa Nacional se propõe e a que em momento algum se furtou. Por

simples obediência ao dever de prestar contas, que livremente se assumiu, delineado que é pelo mais basilar imperativo democrático.

## PARTE I

### 1. Os Paióis Nacionais de Tancos – da origem à atualidade

Tendo como objeto fundamental o furto de material militar ocorrido em Tancos em junho de 2017, é natural que se comece por situar o sucedido no seu contexto. Assim, neste primeiro ponto da Parte I, descrever-se-á o pano de fundo em que aqueles eventos ocorreram.

Importa notar que a caracterização global dos Paióis Nacionais de Tancos (PNT) que aqui se promove (e que envolve aspetos os mais diversos, das infraestruturas aos recursos humanos, da videovigilância aos processos de controlo do armazenamento) representa o contexto real em que ocorreu aquele furto. Todavia, mais em particular, essa descrição só viria a ser possível com este grau de sistematização e pormenor em resultado da Inspeção Extraordinária e dos processos de averiguações promovidos pelo Exército na sequência daquele evento, através de Despachos do Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME) [Cfr. Despachos n.º 97-100/CEME/2017 – Anexos 1 a 4, Docs. C.1. a C.4.]<sup>1</sup>.

#### 1.1. Os PNT a 28 de junho de 2017

Os Paióis Nacionais de Tancos consistem numa infraestrutura de armazenamento de munições e artifícios de fogo que, de acordo com a planta em anexo [Cfr. Planta/vista aérea dos Paióis Nacionais de Tancos – Anexo 6, Doc. C.20.], tem uma área de 40 hectares e um perímetro de cerca de 2700 m, acompanhada de dupla vedação, espaçada cinco metros entre si. A vedação periférica interior é acompanhada de iluminação a cada

---

<sup>1</sup> É por isso que no ponto 1 e 2 desta Parte I, *Os Paióis Nacionais de Tancos – da origem à atualidade* e *A deteção do furto*, respetivamente, a fonte consultada é, exclusivamente: Exército, Contributos para a Compreensão da Gestão, Manutenção e Segurança dos Paióis Nacionais de Tancos (PNT) Face aos Incidentes de 28Jun2017 – Anexo 7, Doc. C.14. Este documento único consolidado foi enviado através de ofício do CG/CEME, de 16 de fevereiro de 2018, Assunto: Informação a prestar no âmbito dos Despachos n.º44/MDN/2017 e 57/MDN/2017 – Anexo 7, Doc. C.14. Deste modo, mesmo quando se invocam determinados documentos, estes não foram consultados diretamente, mas sim *apud* estes *Contributos* do Exército.

Assim, e por uma questão de facilidade de leitura, a forma de citação do dito documento que se adotou é, simplesmente, *Anexo 7, Doc. C.14.*, acompanhado da indicação da respetiva página consultada.

Importa, ainda, referir que este documento foi elaborado em resposta ao Ofício n.º 543 da CG/MDN, de 8 de fevereiro de 2018 – Anexo 8, Doc. A.13.

vinde metros<sup>2</sup>. O local está envolvido por uma rede simples e tem uma única entrada, com uma casa da guarda onde é efetuado o controlo de acessos<sup>3</sup>.

A referida infraestrutura integra dezoito paióis, dos quais, um, para armazenamento do material do Regimento de Paraquedistas, quatro, para o Regimento de Engenharia n.º 1, e os restantes para a Unidade de Apoio Geral de Materiais do Exército (UAGME)<sup>4</sup>.

Existem diversas deficiências/lacunas ao nível das estruturas, entre as quais se destacam as seguintes: as portas não têm os requisitos de segurança exigidos; as fechaduras não têm os requisitos de segurança exigidos; a rede de segurança periférica encontra-se degradada em alguns pontos; existem para-raios que não estão operacionais, sendo necessária a sua substituição.

A Casa da Guarda não tem comunicação de rede fixa nem existem meios de comunicação com os postos de sentinela e as rondas móveis, sendo a comunicação assegurada por telemóveis de serviço.

O pavimento no exterior está em mau estado de conservação.

Em termos de meios complementares de vigilância, não existem quaisquer sistemas de sensores e de videovigilância em funcionamento<sup>5</sup>.

À data dos acontecimentos, o Comando das Forças Terrestres (CFT), através da Brigada de Reação Rápida (BrigRR), era a entidade primariamente responsável pela coordenação da segurança nos PNT, existindo, para o efeito, uma escala de empenhamento com os meios humanos disponíveis em quatro Unidades do Exército sediadas na região geral de Tancos: o Regimento de Infantaria n.º 15 (RI15), o Regimento de Paraquedistas (RPara), a Unidade de Apoio da Brigada de Reação Rápida (UnApBrigRR), sediada no Quartel-General da BrigRR, e o Regimento de Engenharia n.º 1 (RE1)<sup>6</sup>.

Da referida escala resultava que, em cada mês, uma destas Unidades garantia a permanência física nos PNT com um Sargento, um Cabo e seis Soldados.

Este efetivo era colocado nos PNT para 24 horas, sendo estabelecido um serviço de turnos e rondas móveis, montadas e apeadas, orientadas para toda a área interna. As rondas eram efetuadas com frequência não definida em normas de execução

---

<sup>2</sup> Anexo 7, Doc. C.14., p. 2.

<sup>3</sup> Anexo 7, Doc. C.14., p. 5.

<sup>4</sup> Anexo 7, Doc. C.14., p. 3.

<sup>5</sup> Anexo 7, Doc. C.14., p. 5.

<sup>6</sup> Anexo 7, Doc. C.14., p. 6.

permanente, ficando tal ao critério do comandante de secção, assim como a sua periodicidade<sup>7</sup>.

A Unidade de Apoio Geral de Material do Exército era a entidade responsável pela gestão dos materiais à carga nos Paíóis, tendo em permanência um Sargento e três civis para o processamento administrativo, designadamente, o processo diário de guias de entrega de munições. Este efetivo residia, fundamentalmente, na área administrativa do PNT<sup>8</sup>.

#### 1.2. Os PNT desde a origem, constantes dificuldades e insuficiências

A instalação dos PNT remonta aos anos oitenta do século passado. Com efeito, em 1984, realizou-se a primeira reunião visando decidir o local de implantação dos PNT, e, em fevereiro de 1986, foi iniciada a construção daquela infraestrutura. A segurança foi atribuída à Direção do Serviço de Material (DSM) em 1987, por despacho do então General Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército<sup>9</sup>.

No mesmo ano, a Direção do Serviço de Material solicitou ao Estado-Maior do Exército (EME) a atribuição de meios para garantir a segurança<sup>10</sup>.

Esta solicitação foi despachada pelo General Vice-CEME, no sentido de que a segurança imediata e a administração dos paíóis fossem da responsabilidade da Direção do Serviço de Material, e que à Escola Prática de Engenharia (EPE), localizada em Tancos, fosse cometida a responsabilidade pela segurança próxima<sup>11</sup>.

Os efetivos necessários para a constituição do destacamento de segurança imediata dos PNT foram estabelecidos nos seguintes termos: um Oficial, cinco Sargentos, quatro Cabos e trinta e quatro Soldados, num total de quarenta e quatro efetivos<sup>12</sup>. Este levantamento de efetivos considerados como necessários surgiu por proposta da Direção do Serviço de Material, destacamento a ser atribuído à Escola Prática de Engenharia.

---

<sup>7</sup> Anexo 7, Doc. C.14., p. 6.

<sup>8</sup> Cfr. Anexo 7, Doc. C.14., p. 3.

<sup>9</sup> Conforme Relatório de Inspeção Técnica Extraordinária da Inspeção Geral do Exército aos PNT, de 17 de julho de 2017, *apud* Anexo 7, Doc. C.14., pp. 6-7.

<sup>10</sup> Anexo 7, Doc. C.14., p. 7.

<sup>11</sup> Conforme Relatório da Inspeção Técnica Extraordinária (ITE) da IGE aos PNT, de 17 de julho de 2017, *apud* Anexo 7, Doc. C.14., p. 7.

<sup>12</sup> Conforme Relatório de ITE da IGE aos PNT, de 17 de julho de 2017, *apud* Anexo 7, Doc. C.14., p. 7.

Em 1987, portanto, parece ter-se gerado (logo na fase inicial da instalação dos PNT) uma situação de pouca clareza no que toca à responsabilidade efetiva e integral pela sua segurança daqueles Paióis. Na verdade, a autoridade e a responsabilidade técnica da gestão dos PNT, bem como a segurança imediata, foram atribuídas à Direção do Serviço de Material. No entanto, a DSM, no que diz especificamente respeito à segurança imediata, definiu o destacamento a ser atribuído à Escola Prática de Engenharia que, por conseguinte, além da segurança próxima (conforme determinação por despacho do Vice-CEME), acabaria por assegurar, de facto e na prática, também aquela.

Hoje, com a serenidade que advém do decurso do tempo, essa decisão justificaria algum reparo, uma vez que a atribuição de responsabilidades de segurança a uma entidade gestora de material poderia propiciar, com elevada probabilidade, colisão com responsabilidades de natureza operacional. De facto, e infelizmente, foi essa situação que veio a manter-se sem alterações de relevo até à data do incidente de junho de 2017, praticamente três décadas depois<sup>13</sup>.

Verifica-se então que o destacamento original foi atribuído em 1988, dois anos após o início da construção, mas que, já nessa altura, se manifestava a indefinição sobre qual a unidade que deveria assumir responsabilidades plenas pela segurança integral dos PNT<sup>14</sup>. É por exemplo significativo que, logo em 1990, o Quartel-General da Região Militar do Centro, com sede em Coimbra, tenha manifestado reservas na aceitação de responsabilidades sem que estivessem na sua dependência os elementos de gestão dos paióis<sup>15</sup>.

Em janeiro de 1992, o Estado-Maior do Exército informou que a situação definida em 1988 se manteria até à conclusão dos estudos sobre a reestruturação do Exército, e que, no segundo semestre desse ano, seria determinada a colocação de quatro Cabos e trinta e seis Soldados na Escola Prática de Engenharia<sup>16</sup>.

Quase 10 anos depois, no relatório da inspeção realizada em 2001 à Escola Prática de Engenharia pela Inspeção Geral do Exército (IGE), é feita referência à vulnerabilidade

---

<sup>13</sup> Anexo 7, Doc. C.14., p. 7.

<sup>14</sup> Anexo 7, Doc. C.14., p. 8.

<sup>15</sup> Conforme Relatório de ITE da IGE aos PNT, de 17 de julho de 2017, *apud* Anexo 7, Doc. C.14., p. 8.

<sup>16</sup> Conforme Relatório de ITE da IGE aos PNT, de 17 de julho de 2017, *ibidem*.

que resultava da não colocação, naquela Escola, da totalidade do efetivo que fora decidido em 1988<sup>17</sup>.

Entretanto, em novembro de 2004 ocorre o final do Serviço Efetivo Normal (antecipado, na prática, para agosto do mesmo ano), circunstância que levou a que as unidades se debatessem com uma significativa diminuição de efetivos.

No relatório da Posse de Comando do Comandante da Escola Prática de Engenharia, de outubro de 2005, é salientada a inexistência de efetivos definidos superiormente e colocados na unidade com o fim expresso de garantir a segurança nos paíóis nacionais, o que obrigava, já então, ao empenhamento naquela missão de pessoal da Escola Prática de Engenharia de outras especialidades<sup>18</sup>.

Em 2006, esta responsabilidade passou a ser atribuída ao Depósito Geral de Material do Exército (DGME), atual Unidade de Apoio Geral de Material do Exército<sup>19</sup>. Porém, no final desse ano, a Escola Prática de Engenharia informou que o Depósito Geral de Material do Exército não colocava militares na Unidade, tendo em vista assegurar a segurança física<sup>20</sup>, e, no final do mesmo ano, foi determinado ao Comando Operacional (ComOp) que coordenasse o apoio de pessoal das Brigadas<sup>21</sup>.

A fim de colmatar as necessidades em recursos humanos, e perante aquilo que começava a configurar um impasse, o Comando das Forças Terrestres estabeleceu, no início de 2007<sup>22</sup>, a composição do efetivo militar a afetar à segurança dos PNT, bem como a forma e o modo, referidos anteriormente, de realizar tal desiderato: um Sargento, um Cabo e seis Soldados, a fornecer pelas brigadas. A entidade primariamente responsável passou, então, a ser a Brigada de Reação Rápida, a periodicidade decidida foi de um mês e implementou-se o critério da rotatividade.

---

<sup>17</sup> Conforme Relatório de ITE da IGE aos PNT de 17 de julho de 2017, com referência à Inspeção Geral Ordinária n.º 3/01 Escola Prática de Engenharia/Região Militar Sul, de 20/21 de fevereiro de 2001, conclusões p. 52 e Desp. Gen IGE, ponto 3, segurança PNT: estariam previstas intervenções nas Infraestruturas pela Direção de Serviços de Engenharia em 2001/02, importando resolver a atribuição do Pelotão de Segurança. *Ibidem*.

<sup>18</sup> Conforme Relatório de Posse de Comando do Cmdt da EPE, p. 9, ponto 13, relatório que é elaborado quando muda o comando e submetido ao escalão superior, *apud* Anexo 7, Doc. C.14., p. 9.

<sup>19</sup> Conforme Diretiva 70/CEME/06, Ponto 3.f.(3) "Integra na dependência do DGME, os PNT, (...)". *Ibidem*.

<sup>20</sup> Conforme nota 052/06/Segurança da Escola Prática de Engenharia, de 22 de maio de 2006, informando o CmdBrig e dando conhecimento ao Departamento Geral de Material de Engenharia. *Ibidem*.

<sup>21</sup> Conforme despacho transcrito no ponto 4. da nota 3104/03, proc. 301.3.7, de 18 de dezembro de 2006, do Comando da Instrução e Doutrina. Desconhece-se se o FAX n.º 80/CmdOp Segurança aos PNT, proc. 4.12.01, de 5 de janeiro de 2007, que define pessoal para segurança aos PNT, teve alguma sequência. *Ibidem*.

<sup>22</sup> Por despacho do Tenente-General Comandante Operacional, com início em 15 de janeiro de 2017, conforme FAX n.º 80/Comando Operacional de Segurança aos PNT, proc. 4.12.01, de 5 de janeiro de 2007, *apud* Anexo 7, Doc. C.14., p. 9.



Formalmente, consolidou-se por isso, já em 2007 (há mais de dez anos), uma redução de cerca de 75% do determinado inicialmente, mas realmente nunca efetivado, quanto ao número de militares a afetar à segurança dos PNT<sup>23</sup>.

Em 2008, a Escola Prática de Engenharia, face à sua especificidade, foi retirada do universo das unidades às quais estava atribuída a segurança dos PNT<sup>24</sup>.

A diversa correspondência consultada comprova, por outro lado, que a situação de relativa indefinição e de falta de efetivos atribuídos à missão se arrastou ao longo de 2009 e 2010<sup>25</sup>.

Em 2012, a Brigada de Reação Rápida, enquanto entidade primariamente responsável pela segurança, avaliou a situação como preocupante e elaborou uma informação exaustiva para o Comando hierarquicamente superior, referindo as condições existentes nos PNT, identificando riscos e propondo correções para os mitigar<sup>26</sup>.

O Comando das Forças Terrestres informou sobre este assunto o Comando da Logística (ComLog)<sup>27</sup>. Desconhecem-se, no entanto, diligências que possam ter sido desenvolvidas tendo em vista a resolução do problema.

Em 2014, o Comando das Forças Terrestres determinou que o Regimento de Engenharia nº 1, transferido da Pontinha para as instalações da Escola Prática de Engenharia, assim que consolidada a sua instalação em Tancos, garantisse em exclusivo a segurança dos PNT<sup>28</sup>. Ainda que, como se viu anteriormente, tenha vindo a ser verificado que, à data dos acontecimentos, o CFT, através da BrigRR, era a entidade primariamente responsável pela coordenação da segurança nos PNT<sup>29</sup>.

---

<sup>23</sup> Percentagem que resulta da comparação com os números iniciais de efetivos a reforçar a EPE: 1 Oficial, 5 Sargentos, 4 Cabos e 34 Soldados, conforme Relatório ITE da IGE aos PNT de 17 de julho de 2017 e FAX n.º 80/CmdOp Segurança aos PNT, proc. 4.12.01, de 5 de jan de 2007, *in* Anexo 7, Doc. C.14., p. 10.

<sup>24</sup> Conforme ponto 2.d do Despacho n.º 190/CEME/2008, de 15 de setembro, “Reequacionar as unidades a quem está atribuído o encargo da Segurança dos PNT, retirando desse universo a EPE, face à sua especificidade.” Trata-se de uma ordem explícita não encontrada, conforme mensagem 4813/12 Segurança aos PNT de 20 de julho de 2009, proc. 12.07.03, do CmdOp, que comunica o despacho CFT de 17 de julho de 2009, exarado em FAX 1916/G3 Operações correntes, de 13 de julho de 2009, da BrigRR: “Nos termos de despachos anteriores e reforçados pelo despacho de SExa o GEN CEME de 15 de setembro de 2008, a segurança aos PNT assume prioridade e está acometida à BRR. O Exmo. Cmdt da BRR deve dar cumprimento ao estabelecido para a segurança dos Paíóis que fixa em 1 sargento, 1 cabo e 6 soldados”. *Ibidem*.

<sup>25</sup> Conforme mensagem n.º 4813\_12, de 20 de julho de 2009, do CmdtOp Segurança aos PNT; FAX 702\_G3, de 12 de março de 2010, das Operações correntes Serviço Segurança aos PNT, entre o CmdtOp e BrigRR; BrigRR e CFT, entre 20 de julho de 2009 e 12 de março de 2010, *in* Anexo 7, Doc. C.14., p. 8.

<sup>26</sup> Nota n.º 2740 de 6 de junho de 2012, manifestando igualmente a sua disponibilidade para apoiar, no âmbito da sua autoridade técnica, a elaboração do Plano de Segurança aos PNT, *apud* Anexo 7, Doc. C.14., p. 11.

<sup>27</sup> *Ibidem*.

<sup>28</sup> Diretiva n.º 25/CFT/14. *Ibidem*.

<sup>29</sup> Conforme afirmado na página 10, do Anexo7, Doc. C.14.

### 1.3. Proteção e sistemas de vigilância. O Projeto SICAVE.

A instalação do sistema de sensores de solo e rede interna e o sistema de videovigilância datam da década de 90 do século passado<sup>30</sup>. O sistema sensorial, no entanto, foi desligado logo em 2000, por se ter tornado ineficiente<sup>31</sup>, e, em finais de 2006, a Escola Prática de Engenharia informou que o sistema de vigilância estava obsoleto<sup>32</sup>.

No final desse mesmo ano, foi determinado ao Comando de Logística que mandasse estudar a hipótese de montagem de meios eletrónicos de vigilância.

Em 2012, o CFT reiterou a constituição de força de guarda ao paiol até que fosse materializada uma solução eletrónica<sup>33</sup>.

Finalmente, ainda em 2012, todo o sistema de videovigilância acabou por ser considerado inoperacional e irreparável, por inexistência de sobressalentes, e, em 2013, foi classificado como obsoleto, datando desse ano o levantamento da necessidade de um novo sistema, por parte da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército<sup>34</sup>.

Em 2014, na sequência da implementação *ad hoc*, pelas unidades, estabelecimentos e órgãos, de sistemas de videovigilância sobre a rede de dados do Exército, e da crescente necessidade de implementação de sistemas de segurança física, no âmbito da vigilância e controlo de acessos a áreas classificadas, sensíveis e críticas, foram iniciados estudos sobre possíveis soluções que colmatassem as necessidades identificadas<sup>35</sup>.

Assim, a partir de 2015, o sistema de videovigilância foi integrado no designado “Projeto SICAVE” (Sistema Integrado de Controlo de Acessos e Videovigilância do Exército), que

---

<sup>30</sup> Não foi possível identificar documento com informação explícita, mas o facto foi apurado no Proc. de Averiguações ao Sistema de Vigilância dos PNT de 17 de julho de 2017, folha 102 (verso), ponto 12, “O atual sistema de sensores de solo e rede interna (...) é bastante antigo, pelo menos da década de noventa, em que os PNT estavam na dependência da antiga Escola Prática de Engenharia (EPE), atual RE1, e a antiga Direção dos Serviços de Engenharia (DSE), atual DIE, era responsável pela gestão destes equipamentos (folha n.º 20).”, in Anexo 7, Doc. C.14., p.9.

<sup>31</sup> Não foi igualmente possível identificar o documento com informação explícita, mas o facto foi apurado no Proc.de Averiguações ao Sistema de Vigilância dos PNT de julho de 2017, folha 102 (verso), ponto 13, “O sistema de alarme sensorial terá sido desligado por volta do ano 2000 porque se tinha tornado ineficiente. Releva que já em 1998 se registavam deficiências em muitos destes sistemas (folha n.º 20).”, in Anexo 7, Doc. C.14., p.10.

<sup>32</sup> Conforme nota 052/06/SEG da EPE, 22 de maio 2006; ponto 2. da nota 3104/03, proc. 301.3.7, de 18 de dezembro de 2006, do Comando da Instrução e Doutrina. *Ibidem*.

<sup>33</sup> Mensagem n.º 3949/CFT de 23 de agosto de 2012 *apud* Anexo 7, Doc. C.14., p.11.

<sup>34</sup> Conforme Relatório do Oficial averiguante de julho de 2017, conduzido na sequência do Despacho n.º 98/CEME/17. *Ibidem*.

<sup>35</sup> Conforme Memorando Repartição de Comunicações e Sistemas de Informação-2017-000014-Ponto Situação SICAVE, de 3 de maio de 2017, p. 1, ponto 2.a. A denominação surge como projeto interno da Direção de Comunicações e Sistemas de Informação, resultante da integração destes sistemas no âmbito do projeto LPM EXE03 SIC-OP para os Sistemas de Informação e Comunicações (SIC) FULL IP das unidades. Não existe um documento iniciador, uma vez que o projeto foi tomando corpo à medida que se obtinha informação através de estudos de mercado (ponto 2.b.), in Anexo 7, Doc. C.14., p. 12.

tinha em vista o aglutinar de facilidades que permitisse: implementar uma plataforma central de gestão unificada de segurança física; executar a gestão centralizada e a integração transparente de um sistema capaz de realizar a gravação e gestão de videovigilância (CCTV – *Closed-Circuit Television*) e de um sistema de controlo de acessos a áreas classificadas ou restritas, permitindo ainda efetuar a integração de sistemas de deteção de incêndios e intrusões; implementar uma solução central de gestão de videovigilância IP que proporcionasse a gestão global e integrada de sistemas remotos de videovigilância IP; instalar, nas unidades, estabelecimentos e órgãos do Exército, um sistema local de controlo de acessos IP e de videovigilância IP, para proteger e controlar o acesso a áreas classificadas, sensíveis e críticas e efetuar a gestão de visitantes<sup>36</sup>.

Tratava-se de um projeto ambicioso, tecnicamente exigente, que pressupunha recursos humanos, materiais e de financiamento avultados, sendo de referir que os projetos de intervenção em infraestruturas se repartiam por duas direções: a Direção de Infraestruturas – no respeitante ao projeto e fiscalização da obra de construção civil – e a Direção de Comunicações e Sistemas de Informação – no respeitante à rede estruturada de comunicações, energia socorrida, sistemas de videovigilância e sistemas eletrónicos de controlo de acessos. Estas direções dependiam hierarquicamente do Tenente-General Comandante da Logística e do Tenente-General Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, respetivamente<sup>37</sup>.

Em março de 2016, a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército atualizou o plano de segurança, mas sem alterações significativas perante o estado das infraestruturas e dos meios complementares de vigilância<sup>38</sup>. Constata-se assim que os planos de segurança existentes, mesmo já atualizados, não terão tomado na devida consideração o estado de degradação das infraestruturas e os meios complementares de vigilância<sup>39</sup>.

---

<sup>36</sup> Anexo 7, Doc. C.14., pp. 12-13.

<sup>37</sup> Anexo 7, Doc. C.14., pp. 12-13.

<sup>38</sup> Conforme Proc. de Averiguações à Área de Segurança Física nos PNT, p. 41, ponto 3 (o anterior datava de 24 de julho de 2012) e p. 42, ponto 1., “não foi atualizado considerando a degradação das infraestruturas e meios complementares de vigilância e a evolução ocorrida com a criminalidade, nacional e transnacional, e o terrorismo”, in Anexo 7, Doc. C.14., p. 14.

<sup>39</sup> Conforme Proc. de Averiguações à Área de Segurança Física nos PNT. p. 44, ponto 2 “(...) O conjunto de responsabilidades pela Segurança dos PNT foi sendo diluído, não atualizado e não adaptado à evolução da conjuntura nacional e internacional, ao longo de vários anos (...)”; e ainda, conforme o mesmo processo, p. 43, ponto 1.b., “(...) no planeamento e conceito da operação: (1) a UAGME atualizou em 21 de janeiro de 2016 o Plano sem alterações significativas (...); e (2) o CFT manteve inalterado, até ao incidente, o efetivo fixado em 5 de janeiro de 2007 (...)”, ponto 1.c., “(...) envolvidas na execução e controlo da segurança física: (1) a falta de Unidade de Comando diluiu desde 2007, ao longo de 10 anos, as responsabilidades das várias forças empenhadas (...); (2) BrigRR cumpriu rotineiramente os aspetos formais de coordenação da Segurança; (3) o RE1, RPara; RI15 e UnAp/BrigRR asseguraram

Entretanto, em setembro de 2016 foi adotada a Diretiva nº 129/CEME/16 (Reservado), que definiu as orientações gerais, a clarificação de responsabilidades e a uniformização de procedimentos no âmbito da implementação do SICAVE no Exército, com vista a agilizar e a atribuir prioridades na implementação em causa<sup>40</sup>.

Destarte, à data dos acontecimentos de finais de junho de 2017, a situação deste projeto era a seguinte: 9 unidades com instalação concluída; 3 unidades em finalização; 6 unidades com projeto elaborado e com fonte de financiamento identificada (Lei de Programação Militar – LPM, em 2017) e execução prevista para 2017, lote que englobava os PNT; 2 unidades em fase de elaboração de projeto, com fonte de financiamento identificada e execução prevista para 2018; 14 projetos elaborados e sem fonte de financiamento identificada<sup>41</sup>.

Além disso, no âmbito do planeamento e execução dos investimentos do Exército, nomeadamente ao nível das infraestruturas, estava em curso um investimento planeado, no sentido de alcançar uma melhoria relevante das condições gerais de segurança no Exército<sup>42</sup>.

Com efeito, no período de 3 anos (de 2015 a 2017), o total de investimento foi de aproximadamente 1,7 M€, dos quais decorrem as empreitadas correspondentes a cerca de 670 m€ de investimento nos Paióis de Santa Margarida<sup>43</sup>.

Foi no quadro deste investimento planeado em infraestruturas que o Exército iniciou os procedimentos legais para a reconstrução da vedação periférica exterior no perímetro Norte, Sul e Este dos Paióis Nacionais de Tancos, com financiamento da Lei de Programação Militar<sup>44</sup>. A solicitação de Despacho de Concordância Prévia ao Ministro da Defesa Nacional por parte do Exército, justificada pelo montante envolvido naquela adjudicação, deu entrada no Gabinete do Ministro a 3 de maio de 2017, tendo recebido aprovação do Ministro da Defesa Nacional por Despacho de 5 de junho, publicado em Diário

---

em permanência os efetivos necessários (...); (4) à UAGME competia controlar a execução, através dos relatórios efetuados pelas Unidades e de visitas próprias, assim como garantir a apropriação do terreno (desmatização) e a supervisão do estado das infraestruturas e meios complementares de segurança (...)",<sup>39</sup> in Anexo 7, Doc. C.14., p. 14.

<sup>40</sup> Conforme Memorando RCSI-2017-000014-Ponto Situação SICAVE, de 3 de maio de 2017, p. 3, ponto 2.d., in Anexo 7, Doc. C.14., p. 13.

<sup>41</sup> Conforme Memorando RCSI-2017-000014-Ponto Situação SICAVE, de 3 de maio de 2017, pp 5/6, ponto 3.b., *ibidem*.

<sup>42</sup> Anexo 7, Doc. C.14., p. 15.

<sup>43</sup> Anexo 7, Doc. C.14., p. 17.

<sup>44</sup> Cfr. quadro investimentos em 2017, primeira linha, in Anexo 7, Doc. C.14., p. 16.

da República, 2ª série, a 30 de junho [Cfr. Despacho n.º 5717/2017 de 5 de junho, publicado em Diário da República, 2ª série, de 30 de junho e Declaração de Retificação 528/2017, de 5 de julho, publicada em Diário da República, 2ª série, de 8 de agosto – Anexo 9, Doc. A.4.].

Linha temporal da tramitação do processo no Gabinete do MDN

3 de maio	Entrada no Gabinete do MDN do pedido do Exército [Cfr. Ofício n.º RepAssGer-2017-003925, Exército, ao CG/MDN, entrado a 3 de maio de 2017. Assunto: Concordância Prévia – PM 001/VNBarquinha – Polígono de Tancos (UAGME) – Reconstrução da Vedação Periférica Exterior no Perímetro Norte, Sul e Este dos Países Nacionais de Tancos – Anexo 10, Doc. C.13.]
	Análise interna do pedido (gabinetes e serviços): trata-se de uma matéria de infraestruturas, competência delegada na SEDN; é ouvida a DGRDN, serviço central do MDN com atribuições nestas matérias
5 de junho	Despacho do Ministro da Defesa Nacional
6 de junho	É dado conhecimento do Despacho ao CEME [Cfr. Ofício n.º 2229 do CG/MDN, de 6 de junho de 2017, ao CEME, com conhecimento ao CG/SEAP e À DGRDN. Assunto: Despacho – Concordância Prévia - PM 001/VNBarquinha – Polígono de Tancos (UAGME) – Reconstrução da Vedação Periférica Exterior no Perímetro Norte, Sul e Este dos Países Nacionais de Tancos – Anexo 11, Doc. A.12.]
30 de junho e 8 de agosto	Despacho 5717/2017 de 5 de junho, publicado em Diário da República, 2ª série, de 30 de junho e Declaração de retificação 528/2017, de 5 de julho, publicada em Diário da República, 2ª série, de 8 de agosto [Cfr. Despacho n.º 5717/2017 de 5 de junho, publicado em Diário da República, 2ª série, de 30 de junho e Declaração de Retificação 528/2017, de 5 de julho, publicada em Diário da República, 2ª série, de 8 de agosto – Anexo 9, Doc. A.4.]

#### 1.4. Inspeções

Em 2012, a IGE, analisando os relatórios das Inspeções Gerais Ordinárias por si realizadas nos cinco anos anteriores, bem como os relatórios das Inspeções Técnicas conduzidas pelo CFT (em particular, na parte especificamente respeitante à Segurança) identificou quatro áreas preocupantes no âmbito da segurança no Exército: segurança do material de guerra, segurança das comunicações, sistemas de informação e material classificado,

segurança física das unidades e segurança e saúde no trabalho e prevenção de acidentes<sup>45</sup>.

Assim, elaborou uma proposta de plano de ação assente em visitas técnicas de trabalho a várias unidades, o que lhe permitiu, então, um levantamento mais exaustivo e a recomendação, em 2013, da implementação gradual das medidas, proposta aceite pelo CEME<sup>46</sup>.

Os PNT não foram objeto de inspeção, em resultado da prioridade que tinha sido estabelecida, assente na maior incidência de problemas (incidentes)<sup>47</sup>.

Entretanto, em julho de 2015, foi aprovada uma nova orgânica para a Inspeção Geral do Exército, que passou a incorporar competências anteriormente atribuídas aos órgãos centrais de administração e direção e ao Comando das Forças Terrestres – as designadas inspeções técnicas; além disso, foi consagrada no âmbito da IGE uma nova tipologia de inspeções com a finalidade de analisar as práticas de gestão, controlo e utilização de determinado bem ou serviço, através da verificação da qualidade, eficácia e eficiência dos procedimentos internos e do papel dos intervenientes nesse processo, não se limitando apenas à análise de factos históricos e da respetiva legalidade e regularidade financeira.

Assim, em dezembro de 2015, aprovada que foi a realização de uma Inspeção de Processos, Programas e Sistemas (IPPS) aos Sistemas de Videovigilância e Controlo de Acessos<sup>48</sup>, conduzida pela IGE, realizou-se em estreita colaboração com a Direção de Comunicações e Sistemas de Informação (DCSI), a qual estava a conduzir o “Projeto SICAVE”.

O Relatório Final daquela Inspeção, de 30 de maio de 2016, foi submetido a despacho e homologado pelo CEME a 8 de junho de 2016, tendo fixado o necessário acompanhamento através de auditorias da operação dos sistemas de vigilância e controlo de acessos, do seu funcionamento e sustentação e do controlo do acesso à

---

<sup>45</sup> Cfr. Anexo 7, Doc. C.14., p. 19.

<sup>46</sup> Despacho do General CEME, de 12 de abril de 2013, *apud* Anexo 7, Doc. C.14., p. 19.

<sup>47</sup> Cfr. Anexo 7, Doc. C.14., p. 20.

<sup>48</sup> Despacho CEME, de 29 de dezembro de 2015, exarado na Informação n.º 6/IGE/2015, de 29 de dezembro de 2015, cfr. Anexo 7, Doc. C.14., p. 20.

informação, para que o SICAVE estivesse permanentemente ajustado às necessidades do Exército, bem como a atualização das listas de Verificação das Inspeções Gerais para avaliar o desempenho do SICAVE nas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército (U/E/O).

A Diretiva nº 129/CEME/16 já tomou em consideração estas duas realidades<sup>49</sup>.

A última inspeção geral realizada à Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, realizada em 17 e 18 de fevereiro de 2016, circunscreveu-se ao aquartelamento de Benavente, face à intenção de aí concentrar valências no âmbito do Apoio Logístico existentes na região de Lisboa, pelo que (uma vez mais) não abarcou os PNT, referindo apenas que estava em fase de intervenção ao nível das infraestruturas<sup>50</sup>.

Em síntese: no que se refere aos militares adstritos à segurança dos PNT, nunca, desde a sua instalação, foi alcançado – nem de perto, nem de longe – o *standard* inicialmente definido como necessário. Decorreram cerca de duas décadas entre o momento em que foram estabelecidas orientações relativas aos problemas de segurança, a afetação de efetivos (quarenta e quatro) e os incidentes de 2017. Dos dados obtidos, verifica-se que a partir de 20 de junho de 1992, deveriam ter sido colocados na EPE quatro Cabos e trinta e seis Praças, nunca tendo a Administração de Pessoal do Exército atribuído os efetivos considerados como necessários à unidade responsável pela segurança, e tendo-se, inclusivamente, em 2007, reduzido esse número de efetivos em cerca de 75% (de 44 para 11)<sup>51</sup>. Sublinhe-se, aliás, que essa insuficiência crónica existiu mesmo quando ainda vigorava o chamado serviço militar obrigatório (cuja suspensão ocorre *apenas* em 2004). Em segundo lugar, parecem evidentes, em todo este processo de sucessivas transformações, a instabilidade organizacional ditada pela alteração constante das responsabilidades de segurança às unidades regimentais sedeadas na área de Tancos, a contínua chamada de atenção para a falta de efetivos afetos à missão e a preocupação com a segurança efetiva e integral dos PNT<sup>52</sup>. Sob o ponto de vista do comando a nível Exército, a oscilação de responsabilidades entre unidades foi notória, assim como a ausência de medidas assertivas por parte dos comandos superiores. As sucessivas

---

<sup>49</sup> *Ibidem*.

<sup>50</sup> Relatório Final da Inspeção Geral n.º 03/16 à UAGME, cfr. Anexo 7, Doc. C.14., p. 21.

<sup>51</sup> Anexo 7, Doc. C.14., p. 28.

<sup>52</sup> Anexo 7, Doc. C.14., p. 11.

alterações do modelo organizacional (organização territorial *versus* organização funcional, relações de comando – comando completo, comando funcional, direcção técnica) provocaram alterações no relacionamento entre estruturas mantidas no terreno<sup>53</sup>.

Em terceiro lugar, deve notar-se que já estavam a ser implementadas medidas que procuravam mitigar os riscos identificados em Inspeções promovidas no quadro do Exército. Em concreto, procurou-se intervir ao nível dos sistemas de sensores e videovigilância, em especial, desde 2016, com a adoção da Diretiva n.º 129/CEME/16, e através de um planeamento de investimento em infraestruturas (2015 a 2017).

Ainda assim, é possível afirmar a existência de falhas de manutenção sistémica e estrutural. Os erros sistémicos estão associados à gestão dos materiais e à segurança das infraestruturas, designadamente, a partilha de responsabilidades, que, por vezes, foi associada à falta de unidade de comando<sup>54</sup>.

## **2. A deteção do furto**

O furto de material de guerra nos Paíóis Nacionais de Tancos foi detetado a 28 de junho de 2017, pelas 16h30m, aquando da realização de uma ronda móvel por elementos (um Sargento da Guarda aos Paíóis e uma Praça) da secção de serviço do Regimento de Engenharia n.º 1<sup>55</sup>.

Verificou-se nessa altura que faltava material militar, aparentemente retirado de forma ilícita da unidade, com arrombamento das fechaduras das portas dos paíóis 14 e 15 e a perfuração da rede exterior de segurança. Os factos ocorridos, à luz do que logo foi possível apurar, foram praticados sem recurso a violência, mesmo porque os locais de onde foram retirados os materiais não estavam vigiados em permanência.

O sucedido foi reportado à unidade geradora da força, tendo sido desenvolvidas, a partir de então, as ações subsequentes, designadamente, informação ao Escalão Superior; contacto da Polícia Judiciária Militar - PJM (às 19h05, pelo Comandante do Batalhão de

---

<sup>53</sup> Anexo 7, Doc. C.14., p. 28.

<sup>54</sup> Anexo 7, Doc. C.14., p. 28-29.

<sup>55</sup> Anexo 7, Doc. C.14., p. 6.



Engenharia – apoio ao Oficial de Dia), que chegou ao local às 22h00<sup>56</sup> e tomou conta da ocorrência; e contacto da Procuradora de turno do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa, ainda durante o dia 28.

A preservação de eventuais provas foi salvaguardada e a segurança reforçada, tendo-se aplicado medidas adicionais restritivas relativamente aos locais – dois paióis – em que teriam tido lugar os furtos. Simultaneamente, foi feita uma batida a todo o perímetro e interior da área, com o objetivo de identificar possíveis zonas de intrusão.

Com estas diligências, procurou-se viabilizar o apuramento de responsabilidades, individuais ou coletivas, por quem de direito, bem como compreender as razões objetivas que eventualmente pudessem ter contribuído para o citado furto, fossem elas de natureza funcional, de procedimentos, em resultado de deficiente ação de comando, da falta de investimentos, casuísticas, falhas humanas ou outras<sup>57</sup>.

Após a atuação da PJM, e em síntese, concluiu-se estarem em falta os seguintes elementos no Paiol 14: 22 bobines de arame de tropeçar; 1450 munições de 9 mm; 15 disparadores; 18 granadas de mão de gás lacrimogéneo. No Paiol 15: 30 granadas de mão de instrução; 120 granadas de mão ofensivas; 44 LAW (arma anti carro); 102 cargas de corte explosivas; 264 velas de explosivo plástico PE-4A; 30,5 lâminas explosivas e 60 iniciadores.

Sem se minimizar a dimensão e a gravidade do sucedido, relativamente aos LAW, categoria de armamento que suscitou especial preocupação junto da opinião pública, cumpre acentuar o seguinte: como declarado na altura pelo CEMGFA, as armas anti-carro em causa estavam obsoletas, e é possível apresentar prova documental que conforta na íntegra tal afirmação.

Na verdade, já em julho de 2012 a Repartição de Manutenção da Direção de Material e Transportes (DMT) do Comando de Logística enviou informação para a Brigada de Reação Rápida e para o Centro de Tropas Comandos (CTC) relativa à necessidade de recolher e interditar o lote RAN 85 M 001-011 de Granadas Foguete Explosivas LAW [Cfr. Ofício da Repartição de Manutenção da DMT do ComLog enviou informação para a BrigRR e para o CTC, Assunto:

---

<sup>56</sup> Conforme Documentos da Secção de Operações, Informações e Segurança (SOIS) do RE1, *apud* Anexo 7, Doc. C.14., p.6.

<sup>57</sup> Anexo 7, Doc. C.14., p.6.

Falhas de Disparo de Granadas Foguete Explosivas LAW, de 5 de julho de 2012 – Anexo 12, Doc. C.21.] – o mesmo lote que viria a ser furtado a 28 de junho de 2017.

Por outro lado, esta informação é o corolário de um processo de testes e ensaios às Granadas Foguete Explosivas LAW desencadeado pelo CTC em abril do mesmo ano [Cfr. Ofício da Repartição de Manutenção da Direção de Material e Transportes dirigida à BrigRR e à RRS/DMT, Assunto: Falhas de Disparo de Granada Foguete Explosiva LAW, de 23 de abril de 2012 – Anexo 13, Doc. C.22.]. Nessa altura, em contexto de preparação da Companhia Proteção do 4º Contingente Nacional para a NATO International Security Assistance Force (ISAF), no Campo de Tiro de Alcochete, foram participadas falhas de tiro naquelas munições [Cfr. Ofício do Centro de Tropas Comandos dirigido à Brigada de Reação Rápida, Assunto: Falhas de disparo de G. Fog., de 7 de março de 2012 – Anexo 14, Doc. C.23.].

Autorizados e feitos os testes e ensaios, as falhas foram confirmadas, pelo que, por despacho do Vice-CEME de 15 de junho de 2012, o material daquele lote foi interditado e recolhido para os Paióis do Depósito Geral de Material do Exército, para posterior alienação e destruição por entidade especializada.

Em terceiro lugar, em janeiro de 2016, o RE1 solicitou o fornecimento de Munições e Explosivos para inativação necessários ao Curso EOD (*Explosive Ordnance Disposal*) destinado a Sargentos de Engenharia do Quadro Permanente [Cfr. Ofício do RE1 dirigido a DF/CmdPess, Assunto: Fornecimento de Munições para Inativação – Curso EOD, de 12 de janeiro de 2016 – Anexo 15, Doc. C.24.]. Em resposta ao solicitado, foram estabelecidos contactos com a Direção Material e Transportes, no sentido de definir a tipologia e quantitativos de Munições, Explosivos e Artíficos de Fogo (MEAF) passíveis de serem destruídos/inativados, provenientes de material obsoleto, das quais resultou uma listagem que incluía o Lote RAN 85 M 001-011.

Assim se explica porque aquele lote de LAW obsoletos se encontrava armazenado nos PNT [cfr. Guia de Fornecimento n.º 0592, da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército para o Regimento de Engenharia n.º 1, de 26 de janeiro de 2016 – Anexo 16, Doc. C.25.].

Realmente, os LAW tinham sido colocados naquele paiol na previsão da sua utilização naquele Curso EOD que, porém, não teve lugar.

Por outro lado, é o procedimento adotado para inativação de engenhos explosivos que permite compreender a discrepância detetada entre o material furtado dos Paíóis Nacionais de Tancos e o material posteriormente recuperado pela PJM.

Com efeito, e de acordo com informações prestadas pelo Exército, o procedimento é o seguinte:

- a) Autorizada determinada atividade, faz-se a requisição do material necessário à sua concretização.
- b) Esse material é posteriormente levantado no paiol em que se encontre, sendo dele feito um registo de saída.
- c) Num segundo momento, posterior à realização da atividade, elabora-se respetivo relatório, que inclui a discriminação do material consumido.
- d) Finalmente, o material não consumido é devolvido ao paiol, sendo dele feito registo de entrada.

No termo das averiguações que levou a cabo, o Exército concluiu que a caixa de material recuperada e não contemplada na lista de material furtado foi colocada no paiol em momento anterior ao furto, sem que dela tivesse sido dada entrada, razão pela qual se veio a verificar a discrepância referida.

Quando a discrepância entre o armamento desaparecido e o armamento recuperado foi detetada, o Exército abre novo processo de averiguações, que dará origem a um processo disciplinar, iniciado a 16 de novembro de 2017. Foi dado como provado que, após um exercício militar em que houve devolução de material explosivo, o arguido (Sargento), por lapso, não atualizou a folha de registo de quantidades de material. O despacho

decisório final, proferido a 28 de dezembro de 2017, determinou uma pena de repreensão. A pena foi cumprida.

### **3. Cronologia dos Eventos**

#### **28 DE JUNHO DE 2017**

O furto de material de guerra nos PNT é detetado.

O acontecimento é reportado à unidade geradora da força, tendo-se também dado informação ao Escalão Superior e contactado a Polícia Judiciária Militar.

O Ministro da Defesa Nacional, chegado a Bruxelas ao final da tarde, acompanhado do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), para participar na reunião dos Ministros da Defesa da NATO, agendada para o dia seguinte, é informado pelo Chefe de Estado-Maior do Exército do sucedido. Toma conhecimento de que a PJM foi chamada ao local e que a Polícia Judiciária (PJ) se encontra igualmente ao corrente daquela violação de segurança. Nesse contacto, ainda não há informações concretas sobre a natureza e a quantidade de material roubado.

Durante essa noite, o Ministro da Defesa Nacional continua a receber informações do CEME sobre os elementos que, no decorrer das averiguações levadas a cabo pelo Exército, iam sendo apurados, e que apontavam para um furto com alguma dimensão e gravidade.

#### **29 DE JUNHO DE 2017**

O Ministro da Defesa Nacional recebe as últimas informações sobre as averiguações nos PNT.

O CEME divulga, em comunicado, que “foi detetada ontem, ao final do dia, a violação dos perímetros de segurança dos Paióis” [Cfr. Comunicado aos

Órgãos de Comunicação Social 23/2017 – Desaparecimento de Material Militar, de 29 de junho de 2017 – Anexo 17, Doc. C.15.]. No mesmo documento, refere o desaparecimento de granadas de mão ofensivas e de munições de calibre de 9 mm. Refere, ainda, que a PJM tomou conta da ocorrência e que a PJ e o Ministério Público (MP) também estão informados.

Após a ministerial NATO, ainda em Bruxelas, o Ministro da Defesa Nacional faz as primeiras declarações aos jornalistas, chamando a atenção para a gravidade da situação:

*Evidentemente, é um facto grave, não vale a pena estar a desvalorizar esse facto. [...] Do ponto de vista da Defesa Nacional, tenho a intenção de solicitar às chefias militares que falemos sobre o assunto, que possamos desenhar um plano para verificar quais são, e se existem plenamente, as boas práticas quanto a este assunto do material militar, e, eventualmente, até envolver, se for esse o caso, a Inspeção-Geral da Defesa Nacional. [...] Não vamos deixar nada por levantar. [Cfr. Transcrição das 1.ªs declarações do Ministro da Defesa Nacional em Bruxelas, a 29 de junho de 2017 – Anexo 18, Doc. A.15.]*

30 DE JUNHO DE 2017

É publicado em Diário da República (DR) um Despacho do Ministro da Defesa Nacional com data de 5 de junho, autorizando o Exército a realizar a despesa de 316 mil euros (mais IVA) para a reconstrução da vedação dos PNT. [Cfr. Despacho n.º 5717/2017 de 5 de junho, publicado em Diário da República, 2.ª série, de 30 de junho e Declaração de Retificação 528/2017, de 5 de julho, publicada em Diário da República, 2.ª série, de 8 de agosto – Anexo 9, Doc. A.4.]

O Ministro da Defesa Nacional é informado pelo CEMGFA de que, na sequência do contacto que, naquele mesmo dia, teve com a Secretária-Geral

de Segurança Interna, foi convocada uma reunião da Unidade de Coordenação Antiterrorista para o final da tarde. O CEMGFA dá ainda conta de que os países aliados já tinham sido informados do material furtado através dos canais de informação adequados<sup>58</sup>.

O Comandante do Regimento de Engenharia 1 (RE1) instaura um processo de averiguações, após relatório de oficial de dia.

São divulgadas na imprensa nacional as primeiras listas do material furtado.

No início da tarde, o Ministro da Defesa Nacional é informado pelo CEME das conclusões de um Relatório Preliminar realizado pelo Exército.

O Exército atualiza a informação relativa a Tancos através de Comunicado [Cfr. Comunicado 24/2017 – Atualização da Informação ao Incidente em Tancos, de 30 de junho de 2017 – Anexo 19, Doc. C.16.]

#### 1 DE JULHO DE 2017

O CEME adota os Despachos n.ºs 97-100/CEME/2017, que determinaram a realização de uma inspeção extraordinária aos Paióis Nacionais de Tancos e de Santa Margarida, bem como a abertura de três processos de averiguações – ao funcionamento do Sistema Integrado de Controlo de Armamento e Vigilância (SICAVE), à Gestão de Cargas e Controlo do Armazenamento nos Paióis Nacionais de Tancos e à Área de Segurança Física (intrusão) dos mesmos Paióis. [Cfr. Despachos n.ºs 97, 98, 99 e 100/CEME/2017, de 1 de julho – Anexos 1 a 4, Docs. C.1. a C.4.]

O CEME torna pública a decisão de exoneração de cinco Comandantes, com o objetivo de se “criarem todas as garantias de que as averiguações em curso decorrer[iam] de forma absolutamente isenta e transparente”.

---

<sup>58</sup> Cfr. Audição na Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, CEMGFA, 25 de julho 2017, <http://www.canal.parlamento.pt/?cid=2210&title=audicao-do-chefe-de-estado-maior-general-das-forcas-armadas-general-p>

[Cfr. Despacho n.º 101/CEME/2017, de 1 de julho – Anexo 5, Doc. C.5.;  
e Comunicado 25/2017 – Atualização da Informação ao Incidente em  
Tancos, de 1 de julho de 2017 – Anexo 20, Doc. C.17.]

## 2 DE JULHO DE 2017

Considerando o grave incidente de quebra de segurança nos PNT, o  
Ministro da Defesa Nacional determina:

- i) a realização, por parte da Inspeção-Geral da Defesa Nacional (IGDN), no  
prazo de 60 dias, de uma inspeção extraordinária aos procedimentos e às  
condições de segurança do armamento e do equipamento militar –  
Despacho Nº 43/MDN/2017 [Cfr. Anexo 21, Doc. A.1.];
- ii) a apresentação, por parte dos Chefes de Estado-Maior dos Ramos, no  
prazo de 30 dias, de relatório sobre as condições de segurança das  
instalações militares destinadas ao armazenamento de material de guerra,  
munições e explosivos. Determina ainda que seja dada prioridade à  
segurança destas instalações – Despacho Nº 44/MDN/2017 [Cfr. Anexo 22,  
Doc. A.2.].

## 4 DE JULHO DE 2017

O Ministro da Defesa Nacional informa a Inspeção-Geral da Defesa Nacional  
do Despacho n.º 43/MDN/2017, do qual dá conhecimento também ao  
CEMGFA e aos Chefes de Estado-Maior dos Ramos [Cfr. Ofício n.º 2580 do  
CG/MDN, de 4 de julho de 2017 – Anexo 23, Doc. A.6.].

O Ministro da Defesa Nacional informa o CEMGFA e os Chefes de Estado-  
Maior dos Ramos do Despacho n.º 44, do qual dá conhecimento também à  
IGDN [Cfr. Ofício n.º 2579 do CG/MDN, de 4 de julho de 2017 – Anexo 24,  
Doc. A.5.].

O Presidente da República e o Ministro da Defesa Nacional visitam os paióis  
em Tancos, juntamente com o CEMGFA, o CEME e o Diretor da PJM, com o  
objetivo de conhecer o local do furto e recolher informação sobre a evolução  
das averiguações em curso, assim como das diligências já efetuadas.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) emite um comunicado, no qual afirma que iniciou “desde logo” as investigações. Refere suspeitas da prática de crimes de associação criminosa, tráfico de armas internacional e terrorismo internacional [Cfr. PGR, Nota para a Comunicação Social – Caso de Tancos, de 4 de julho de 2017 – Anexo 25, Doc. E.1.]

#### 5 DE JULHO DE 2017

Realiza-se uma reunião do Conselho Nacional de Segurança Interna (CNSI)<sup>59</sup>. É avaliada a situação de segurança interna, concluindo-se que o incidente de Tancos não justifica uma alteração no nível de ameaça.

#### 6 DE JULHO DE 2017

Tem lugar a audição do CEME na Comissão Parlamentar de Defesa Nacional (CDN) realizada à porta fechada.

#### 7 DE JULHO DE 2017

Tem lugar a audição do Ministro da Defesa Nacional na CDN.

#### 11 DE JULHO DE 2017

O Ministro da Defesa Nacional, o CEMGFA e os Chefes dos Ramos das Forças Armadas reúnem com o Primeiro-Ministro, a propósito do incidente de Tancos.

---

<sup>59</sup> A Lei n.º 20/87, de 12 de junho, que estabelece as bases gerais da atividade de segurança interna, prevê, no seu artigo 10.º, a existência do Conselho Superior de Segurança Interna, como órgão interministerial de auscultação e consulta em matéria de segurança interna, cabendo-lhe, nomeadamente, assistir o Primeiro-Ministro no exercício das suas competências naquele domínio.



17 DE JULHO DE 2017

O CEME informa o Ministro da Defesa Nacional de que as averiguações do Exército sobre o furto em Tancos estão em fase conclusiva. Informa, também, sobre os Despachos n.ºs 113-117/CEME/2017, de 17 de julho, que readmitem os cinco comandantes exonerados a 1 de julho [Cfr. Anexos 26 a 30, Docs. C.6. a C.10.]. Em Comunicado com data do mesmo dia, o CEME esclarece que “com a conclusão destas averiguações se encontram ultrapassadas as razões que justificaram a exoneração dos comandantes” [Cfr. Comunicado 29/2017 – Atualização da Informação relativa ao Incidente em Tancos, de 17 de julho de 2017 – Anexo 31, Doc. C.18.].

18 DE JULHO DE 2017

O CEME adota o Despacho n.º 119/CEME/2017, que determina medidas a implementar na sequência das averiguações internas ao desaparecimento de material de guerra nos PNT, nomeadamente, a decisão de transferência do material de guerra existente nos PNT para outros paíóis das Forças Armadas [Cfr. Anexo 32, Doc. C.11.].

25 DE JULHO DE 2017

O Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas marca presença numa audição perante a CDN, na sequência de requerimento do PSD sobre o “furto ocorrido em Tancos e [a] persistência de um conjunto de dúvidas que merecem ser totalmente esclarecidas”<sup>60</sup>.

ENTRE 27 DE JULHO E 3 DE AGOSTO DE 2017

Em resposta ao determinado pelo Despacho n.º 44/MDN/2017, o CEME produz a Diretiva n.º 134/CEME/2017 [Reservado], com determinações sobre a reorganização do dispositivo de armazenamento de artigos de Classe V do Exército (munições de todos os tipos, incluindo armas químicas,

---

<sup>60</sup> Cfr. informação no sítio da Assembleia da República.

bacteriológicas e especiais, bombas, explosivos, minas, espoletas, detonadores, artifícios pirotécnicos, mísseis, foguetes, compostos propulsores e outros artigos afins); também em resposta ao Despacho n.º 44/MDN/2017, os Chefes de Estado-Maior dos três Ramos entregam ao Ministro da Defesa Nacional os respetivos relatórios sobre as condições de segurança das instalações militares destinadas ao armazenamento de material de guerra.

14 DE AGOSTO DE 2017

Na sequência do processo de averiguações que tinha determinado a 30 de junho, o Comandante do RE1 instaura processos disciplinares a dois militares (um Primeiro-Sargento e um Cabo).

1 DE SETEMBRO DE 2017

Dão entrada no MDN os relatórios realizados pela Inspeção-Geral de Defesa Nacional, em execução do Despacho n.º 43/MDN/2017, sobre procedimentos e condições de segurança nas Forças Armadas, relativamente ao armazenamento e à segurança do armamento e equipamento militar.

6 DE SETEMBRO DE 2017

O Comandante do RE1 instaura processo disciplinar a mais um militar (Capitão).

15 DE SETEMBRO DE 2017

O Ministro da Defesa Nacional adota o Despacho n.º 57/MDN/2017 [Cfr. Anexo 33, Doc. A.3.].

18 DE SETEMBRO DE 2017

O Ministro da Defesa Nacional informa o CEMGFA e os Chefes de Estado-Maior dos Ramos do Despacho n.º 57/MDN/2017, de 15 de setembro [Cfr. Ofício no. 3621 do CG/MDN, de 18 de setembro de 2017 – Anexo 34, Doc. A.9.] e assim, também, a IGDN, a Secretaria-Geral da Defesa Nacional (SGDN) e a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DRGDN) [Cfr. Ofício n.º 3622 do CG/MDN, de 18 de setembro de 2017 – Anexo 35, Doc. A.10.].

O Ministro da Defesa marca presença no Plenário da Assembleia da República, em debate da atualidade a propósito do ocorrido em Tancos, cuja marcação foi solicitada pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP [Cfr. e-mail do CG/SEAP ao CG/MDN, de 15 de setembro de 2017, Assunto: Agendamentos em Plenário - Atualizado – Anexo 36, Doc. D.6.].

18 DE OUTUBRO DE 2017

A PJM, “na prossecução das suas diligências de investigação no âmbito do combate ao tráfico e comércio ilícito de material de guerra, recuperou (...) na região da Chamusca, com a colaboração do núcleo de investigação criminal da Guarda Nacional Republicana de Loulé, o material de guerra furtado dos Paióis Nacionais de Tancos”. A PJM informou também que o material recuperado já se encontrava nos Paióis de Santa Margarida, à guarda do Exército, onde estava a ser realizada a peritagem para a identificação mais detalhada [Cfr. PJM, Comunicado de 18 de outubro de 2017 – Anexo 37, Doc. E.2.].

30 DE OUTUBRO DE 2017

Em comunicado, o Exército convida os órgãos de comunicação social (OCS) a comparecer na UAGME, para atualização das informações relativas à “decisão do Exército de desativar os Paióis de Tancos e proceder a transferência do material ali existente para outros paióis” [Cfr. Comunicado

47/2017 – Atualização da Informação ao Relativa à Desativação dos Paióis Nacionais de Tancos, de 30 de outubro de 2017 – Anexo 38, Doc. C.19.].

Com efeito, ao longo de todo o mês de outubro, procedeu-se à operação de transporte do material armazenado nos PNT para outros paióis. Numa primeira fase, para Marco do Grilo - MdG (entre os dias 2 e 26) e para o Campo de Tiro de Alcochete - CTA (entre os dias 26 e 31), e, numa segunda fase, para os Paióis do Campo Militar de Santa Margarida – CMSM (entre os dias 27 e 31).

(Propositadamente em branco)

## PARTE II

### 1. Competências – Enquadramento Jurídico

#### 1.1. Ponto Prévio: A Investigação Criminal

##### *Ministério Público*

Relativamente ao incidente de Tancos, um primeiro e evidente nível de intervenção foi o de exercício da ação penal. Esta compete ao Ministério Público, mediante a investigação criminal pelos órgãos de polícia criminal, no uso das respetivas competências. Esta investigação não compete ao Governo nem ao Ministro da Defesa Nacional, em concreto, ao qual, por aplicação elementar do princípio da separação de poderes, está além disso vedada qualquer ingerência neste domínio. Mas esta investigação não pode, também, ser levada a cabo pelas Forças Armadas, e, no caso, pelo Exército.

Com efeito, segundo o artigo 1.º da Lei de Organização da Investigação Criminal (Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, na sua redação final), a “investigação criminal compreende o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo”. E é este âmbito que, evidentemente, está em causa desde finais de junho de 2017, quanto ao furto de Tancos: averiguação da existência de um crime, determinação dos seus agentes e da responsabilidade destes e descoberta e recolha das provas.

Neste sentido, a montante, a Constituição da República Portuguesa, no n.º 1 do seu artigo 219.º, dispõe que ao Ministério Público, entre outras atribuições, compete exercer a ação penal orientada pelo princípio da legalidade. A competência mencionada é, posteriormente, densificada no artigo 48.º do Código de Processo Penal, no qual se estatui que o Ministério Público tem a legitimidade para promover o processo penal. Como tal, compete ao Ministério Público, no processo penal, colaborar com o tribunal na descoberta da verdade e na realização do direito, designadamente, recebendo as denúncias, as queixas e as participações, apreciando o seguimento a dar-lhes e dirigindo

o inquérito, entre outras importantes competências (artigo 53.º do Código de Processo Penal). Assim também determina o n.º 1 do artigo 2.º da Lei de Organização da Investigação Criminal, no qual se pode ler que a “direção da investigação cabe à autoridade judiciária competente em cada fase do processo” – na atual fase do processo, o Ministério Público.

O Ministério Público, contudo, não exerce as suas atribuições e competências isoladamente, sendo assistido na investigação pelos órgãos de polícia criminal, que atuam no processo sob a direção e na dependência funcional da autoridade judiciária competente – aqui, o Ministério Público (n.ºs 2 e 4 do artigo 2.º da Lei de Organização da Investigação Criminal, e artigo 56.º do Código de Processo Penal). Aos órgãos de polícia criminal, como seja a Polícia Judiciária ou a Polícia Judiciária Militar, compete, por um lado, coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação e, por outro lado, desenvolver as ações de prevenção e investigação da sua competência ou que lhes sejam cometidas pelas autoridades judiciárias competentes (artigo 3.º, da Lei de Organização da Investigação Criminal, e n.º 1 do artigo 55.º do Código de Processo Penal). Sublinhe-se que ambos os órgãos de polícia criminal estão vinculados a um dever de cooperação mútua no exercício das suas atribuições e competências (n.º 1 do artigo 10.º da Lei de Organização da Investigação Criminal).

Desta feita, nos termos do n.º 2 do artigo 55.º do Código de Processo Penal, aos órgãos de polícia criminal compete em especial, mesmo por iniciativa própria, “colher notícia dos crimes e impedir quanto possível as suas consequências, descobrir os seus agentes e levar a cabo atos necessários e urgentes a assegurar os meios de prova”.

#### *Polícia Judiciária (PJ) e Polícia Judiciária Militar (PJM)*

No caso da Polícia Judiciária, as competências de investigação criminal estão definidas na Lei de Organização da Investigação Criminal (artigo 5.º da Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto). É no artigo 7.º dessa Lei que se dispõe ser da competência da Polícia Judiciária a investigação dos crimes previstos elencados nos n.ºs 2, 3 e 4 do mesmo artigo e dos crimes cuja investigação lhe seja cometida pela autoridade judiciária competente para a direção do processo, de acordo com os termos do artigo 8.º da mesma Lei.

Os crimes previstos nos preceitos referidos são vários, mas, dado o interesse que têm para o caso em apreço e tendo em consideração o comunicado da Procuradoria-Geral da República que adiante se transcreve, destacam-se: associação criminosa; contra a segurança do Estado, com exceção dos que respeitem ao processo eleitoral; organizações terroristas, terrorismo, terrorismo internacional e financiamento do terrorismo; furto, dano, roubo ou recetação de coisa móvel que pela sua natureza, seja substância altamente perigosa; executados com bombas, granadas, matérias ou engenhos explosivos, armas de fogo e objetos armadilhados, armas nucleares, químicas ou radioativas.

Para o propósito do furto de Tancos, recordar-se-á que a Polícia Judiciária Militar tem a competência específica (n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 97-A/2009, de 3 de setembro) para a investigação dos crimes estritamente militares, nos termos previstos no Código de Justiça Militar<sup>61</sup>. A isto se junta que a PJM tem uma competência reservada para a investigação de crimes cometidos no interior de unidades, estabelecimentos e órgãos militares (n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 97-A/2009, de 3 de setembro).

É neste quadro que, após a deteção do furto de material de guerra nos Paióis Nacionais de Tancos, a 28 de junho de 2017, a PJM é contactada, tendo-se deslocado ao local e tomado conta da ocorrência.

No dia 4 de julho, porém, a Procuradoria-Geral da República divulga um comunicado aos órgãos de comunicação social [cfr. PGR, Nota para a Comunicação Social – Caso de Tancos, de 4 de julho de 2017 – Anexo 25, Doc. E.1.], declarando o seguinte (itálico acrescentado no texto):

“Ao abrigo do disposto no art.º 86.º, n.º 13, al. b) do Código de Processo Penal, a Procuradoria-Geral da República esclarece:

Face a notícias relativas ao desaparecimento de material de guerra ocorrido em Tancos *foram, desde logo, nos termos legais, iniciadas investigações.*

Na sequência de análise aprofundada dos elementos recolhidos, *o Ministério Público apurou que tais factos se integram numa realidade mais vasta.*

---

<sup>61</sup> De acordo com o n.º 2 do artigo 1, do Código de Justiça Militar, aprovado pela Lei n.º 100/2003, de 15 de novembro, “Constitui crime estritamente militar o facto lesivo dos interesses militares da defesa nacional e dos demais que a Constituição comete às Forças Armadas e como tal especificado pela lei”.



Estão em causa, entre outras, *suspeitas da prática dos crimes de associação criminosa, tráfico de armas internacional e terrorismo internacional*.

Atenta a natureza e gravidade destes crimes e os diferentes bens jurídicos protegidos pelas respetivas normas incriminadoras, o *Ministério Público decidiu que a investigação relativa aos factos cometidos em Tancos deveria prosseguir no âmbito de um inquérito com objeto mais vasto a ser investigado no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP)*.

No processo, o Ministério Público é coadjuvado pela Unidade Nacional Contra Terrorismo (UNCT) da Polícia Judiciária, com total colaboração institucional da Polícia Judiciária Militar.

*O inquérito encontra-se em segredo de justiça.”*

## 1.2. Ministro da Defesa Nacional

Sabe-se que, nos termos do n.º 1 do artigo 273.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), sob a epígrafe “Defesa nacional”, se refere desde logo que é obrigação do Estado assegurar a defesa nacional. Por seu turno, o n.º 2 do mesmo artigo define que a defesa nacional tem como objetivos garantir, no respeito da ordem constitucional, das instituições democráticas e das convenções internacionais, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas.

O artigo 6º da Lei de Defesa Nacional (LDN), aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto, estipula que “[a]s orientações fundamentais da política de defesa nacional são definidas no programa do Governo (...), declarando o n.º 1 do artigo 7.º que “[o] conceito estratégico de defesa nacional define prioridades do Estado em matéria de defesa [...]”. Já o n.º 1 do artigo 12.º clarifica que “[o] Governo é o órgão de condução da política de defesa nacional e das Forças Armadas e o órgão superior de administração da defesa nacional e das Forças Armadas”, competindo-lhe, neste âmbito “[...] assegurar o cumprimento da Constituição e das leis relativas à defesa nacional e às Forças Armadas (cfr. al. a) do n.º 3); orientar e fiscalizar a execução da lei de programação militar e do orçamento da defesa nacional, supervisionando o exercício das competências próprias e delegadas dos Chefes de Estado-Maior em matéria de administração financeira (cfr.

alínea b) do n.º 3); garantir a capacidade, os meios e a prontidão das Forças Armadas para o cumprimento das suas missões (cfr. alínea d) do n.º 3)”.

Assim, neste nível de atuação, o Ministro da Defesa Nacional “assegura a elaboração e a execução da política de defesa nacional e das Forças Armadas e é politicamente responsável pela componente militar da defesa nacional, pelo emprego das Forças Armadas e pelas suas capacidades, meios e prontidão”, bem como, “dirige, assegura e fiscaliza a administração das Forças Armadas e dos serviços e organismos integrados no Ministério da Defesa Nacional”, nos termos do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 14.º da Lei de Defesa Nacional.

A Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), por seu turno, consigna, no n.º 4 do seu artigo 1.º, que “o Ministro da Defesa Nacional é politicamente responsável pela elaboração e execução da componente militar da política de defesa nacional, pela administração das Forças Armadas e resultados do seu emprego”.

“O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas é o principal conselheiro militar do Ministro da Defesa Nacional e o chefe de mais elevada autoridade na hierarquia das Forças Armadas”, nos termos do artigo 10, n.º 1 da LOBOFA.

Por força do artigo 16, n.º 5 da mesma lei, os “Chefes de Estado-Maior dos ramos relacionam-se diretamente com o Ministro da Defesa Nacional nos aspetos relacionados com a gestão corrente de recursos do respetivo ramo, bem como com o funcionamento dos órgãos, serviços ou sistemas regulados por legislação própria”.

Por outro lado, os serviços centrais do Ministério da Defesa Nacional, que integram a administração direta do Estado, são peças essenciais na prossecução da missão daquele ministério (cfr. artigos 3 e 4 da Lei orgânica do Ministério da Defesa Nacional, Decreto-Lei n.º 183/2014 de 29 de dezembro).

Assim, no âmbito deste documento, importa destacar, desde logo, a Inspeção-Geral da Defesa Nacional, que “tem por missão assegurar, numa perspetiva sistémica, preventiva e pedagógica, o acompanhamento e avaliação permanentes da execução das políticas na área da defesa, contribuindo para a melhoria do funcionamento das estruturas da defesa nacional, apreciando a legalidade e regularidade dos atos praticados pelas Forças Armadas, serviços e organismos do MDN, sujeitos à superintendência ou tutela do

Ministro da Defesa Nacional, e avaliando a sua gestão e resultados, através da realização de auditorias e outras ações de controlo” (cfr. artigo 12, n.º 1 da Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional). Para tal, entre outras, a IGDN prossegue as seguintes atribuições: “Realizar estudos, informações e relatórios no domínio da análise de risco, bem como outros trabalhos sobre matérias da competência da IGDN; (...) Assegurar a articulação com os órgãos de controlo interno dos serviços e organismos do MDN e de inspeção dos ramos das Forças Armadas, visando a cooperação e a partilha de informação sobre os órgãos ou serviços auditados pela IGDN, bem como sobre as boas práticas de auditoria e de gestão adotadas, garantindo a racionalidade, complementaridade e sinergia das intervenções” (cfr. artigo 12 n.º 2, alíneas e) e f)).

A Secretaria-Geral da Defesa Nacional, por seu turno, “tem por missão assegurar o apoio técnico e administrativo aos gabinetes dos membros do Governo integrados no MDN e aos demais órgãos e serviços nele integrados, no âmbito do aprovisionamento centralizado e do apoio técnico-jurídico e contencioso, bem como, exceto no que às Forças Armadas diz respeito, nos domínios da gestão de recursos internos, da documentação e da comunicação e relações públicas, assegurando ainda o planeamento financeiro dos recursos essenciais ao MDN”. Para tal, entre outras, a SGDN prossegue as seguintes atribuições: “Coordenar a elaboração do projeto de orçamento da defesa nacional, bem como a respetiva execução financeira; Participar na elaboração das propostas de Lei de Programação Militar (LPM) e de Lei de Programação de Infraestruturas Militares (LIM); Apoiar a definição das principais opções em matéria orçamental e proceder à elaboração e disponibilização dos instrumentos de planeamento integrado; Assegurar o processamento, a liquidação e o pagamento de todas as despesas com o pessoal do universo da defesa nacional; Implementar, em linha com os planos aprovados, uma política integradora para toda a área dos sistemas de informação (SI) e tecnologias de informação e comunicação (TIC) no universo da defesa nacional, incluindo a gestão da informação para apoio à tomada de decisão, competindo-lhe coordenar os SI/TIC e administrar os SI/TIC de natureza comum, sem prejuízo da atribuição às Forças Armadas da definição dos requisitos operacionais e técnicos, da segurança e da gestão dos sistemas de comando e controlo militares; “Instruir e acompanhar os processos de candidaturas a fundos europeus estruturais e

de investimento, em estreita colaboração com os serviços centrais do MDN e as Forças Armadas” (cfr. artigo 11, n.º 2, alíneas c), d), e), f), h) e i), da Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional).

Finalmente, a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional “tem por missão conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de recursos humanos, armamento, equipamentos, património e infraestruturas necessários à defesa nacional” (cfr. artigo 14, n.º 1, da Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional). Para tal, prossegue, entre outras, as seguintes atribuições: “conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessárias às Forças Armadas e à defesa nacional; participar no processo de planeamento de forças e de edificação de capacidades militares, coordenando a formulação dos planos de armamento e de infraestruturas enquanto instrumentos de planeamento, com vista à elaboração das propostas de Lei de Programação Militar; coordenar a elaboração das propostas de Lei de Programação Militar e de Lei de Programação das Infraestruturas Militares, de acordo com o ciclo de planeamento de defesa, assegurando a respetiva execução e controlo; planejar, coordenar e executar as atividades relativas à aquisição, arrendamento, construção, manutenção, disposição e rentabilização das infraestruturas e demais património imobiliário afeto à defesa nacional, assegurando, designadamente, as competências legais da Unidade de Gestão Patrimonial do MDN” (cfr. artigo 14, n.º 2, alíneas g), i), j) e m)).

### 1.3. Forças Armadas

As Forças Armadas asseguram a defesa militar da República, sendo por isso um pilar essencial da defesa nacional e obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da lei (cfr. artigo 275, n.º 1 e n.º 3 da CRP, artigo 22, n.º 1, da LDN e artigo 1.º, n.º 1, da LOBOFA). Incumbe, portanto, às Forças Armadas desempenhar todas as missões militares necessárias para garantir a soberania, a independência nacional e a integridade territorial do Estado (cfr. artigo 24.º, n.º 1, a), da LDN e artigo 4.º, n.º 1, a), da LOBOFA).

Para efeitos deste documento, cumpre destacar a competência do Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas de gestão, em coordenação com os Ramos, dos sistemas de comando, controlo, comunicações e informação militares, incluindo a respetiva segurança e definição dos requisitos operacionais e técnicos, em observância da política integradora estabelecida para a área dos sistemas de informação e tecnologias de informação e comunicação no universo da defesa nacional, bem como a direção do órgão de informações e de segurança militares de natureza estratégico-militar e operacional, em proveito do planeamento e conduta das missões cometidas às Forças Armadas e das ações necessárias à garantia da segurança militar, em articulação com os Chefes de Estado-Maior dos Ramos, designadamente nos aspetos relativos à definição da arquitetura de dados geoespaciais, à uniformização da respetiva doutrina e procedimentos e à formação de recursos humanos (cfr. alíneas h) e j) do artigo 11 da LOBOFA).

Por seu turno, os Chefes de Estado-Maior dos Ramos relacionam-se diretamente com o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nomeadamente nos aspetos relacionados com as informações e segurança militares, o ensino superior militar e outras áreas de atividade conjunta ou integrada (cfr. artigo 16, n.º 4).

O artigo 17, n.º 1 da LOBOFA e as leis orgânicas de cada Ramo identificam aquela que é a área de jurisdição administrativa da competência dos Chefes de Estado-Maior dos Ramos. Assim, cabe ao Chefe de Estado-Maior de cada Ramo, nomeadamente: dirigir, coordenar e administrar o respetivo Ramo; assegurar a geração, a preparação, o aprontamento e a sustentação das forças e meios; exercer o comando das forças e meios que integram a componente operacional do sistema de forças pertencentes ao seu Ramo, sempre que não estejam empenhados em missões da responsabilidade direta do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas; nomear e exonerar os oficiais para funções de comando, direção e chefia no âmbito do respetivo Ramo, sem prejuízo do que sobre a matéria dispõe a Lei de Defesa Nacional.

É ainda aos Chefes de Estado-Maior dos Ramos que cabe “administrar a disciplina no respetivo ramo” (de acordo com o artigo 17, n.º2, alínea f) da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas).

Finalmente, a organização das Forças Armadas rege-se por princípios de eficácia e racionalização, devendo, designadamente, garantir: a) a otimização da relação entre a

componente operacional do sistema de forças e a sua componente fixa; b) a complementaridade entre o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) e os Ramos, evitando duplicações desnecessárias e criando órgãos conjuntos, inter-Ramos ou de apoio a mais de um Ramo sempre que razões objetivas o aconselhem; c) a correta utilização do potencial humano, militar ou civil, promovendo o pleno e adequado aproveitamento dos quadros permanentes e assegurando uma correta proporção e articulação entre as diversas formas de prestação de serviço efetivo (cfr. artigo 6.º, n.º 2, als. a) a c), da LOBOFA).

#### 1.4. Assembleia da República

A Assembleia da República, no âmbito das suas funções de fiscalização (cfr. art.º 162.º, al. a), da CRP), tem competência para fiscalizar a ação do Governo no exercício das suas competências em matéria de defesa nacional e das Forças Armadas (cfr. art.º 11.º, al. p), da LDN). Assim, os Deputados participam nos debates parlamentares em sede de Reunião Plenária ou em sede de Comissão Parlamentar de Defesa Nacional (cfr. arts. 176.º e 178.º da CRP), podendo requerer a presença do membro do Governo responsável pela matéria a debate (art.º 177.º e 190.º da CRP). Para além do mais, é poder constitucional consagrado dos Deputados à Assembleia da República a realização de perguntas ao Governo sobre quaisquer atos deste ou da Administração Pública (art.º 156.º, al. d), da CRP), bem como a requisição e a obtenção dirigida ao Governo ou aos órgãos de qualquer entidade pública dos elementos, das informações e das publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do seu mandato (cfr. art.º 156.º, al. e), da CRP). Essas competências de acompanhamento são ainda reforçadas na área da Defesa Nacional, como é o caso, a título exemplificativo, do acompanhamento das Leis de Programação Militar e de Infraestruturas Militares ou do acompanhamento da participação dos militares portugueses em missões no estrangeiro.

De todo o exposto, resulta, muito brevemente, o seguinte:

A atuação do Ministro da Defesa Nacional, enquadrada nas suas responsabilidades de direção, garantia e fiscalização da administração nas Forças Armadas e regular desenvolvimento das tarefas e missões destas, consistiu na análise da situação e no

dever de adoção de determinações eficientes aos vários CEM e aos serviços centrais do Ministério da Defesa, bem como na articulação com outros órgãos de soberania, em nome do Governo, sempre no respeito das responsabilidades e tutelas diferenciadas para cada caso.

Separando claramente a sua ação das responsabilidades de investigação criminal e disciplinar, das competências administrativas e de comando num regime de subsidiariedade, centrou-se no que compete ao Ministro, nos termos da Lei.

A investigação criminal, no quadro normativo português, é uma matéria da exclusiva competência da autoridade judiciária competente, coadjuvada pelo órgão de polícia criminal respetivo.

Não existe aqui, portanto, e não podia existir, qualquer espaço para a intervenção do Governo. Isto, claro está, sem prejuízo do dever de garantir que o Ministério da Defesa Nacional e as Forças Armadas colaboram com a Polícia Judiciária, a Polícia Judiciária Militar ou a Procuradoria-Geral da República – como sempre aconteceu desde o furto de Tancos.

Relativamente às Forças Armadas, a responsabilidade quanto à administração direta das normais condições de segurança em matéria de armazenamento e transporte de munições, a chamada Classe V de Reabastecimento logístico cabia à hierarquia militar, em cujo topo se encontra como responsável final o Chefe de Estado-Maior de cada Ramo. Era também esse o caso da garantia da otimização de toda a componente operacional do sistema de forças, designadamente, promovendo o aproveitamento adequado dos quadros permanentes e do potencial humano, seja ele militar ou civil, dos recursos materiais, financeiros e de infraestruturas.

Identificadas as necessidades de melhorias a esse nível, cabia – como coube – propor medidas mitigadoras e garantir a sua implementação.

As ações do Chefe de Estado-Maior do Exército, que, como se compreende, se destacam, desenvolvem-se no plano executivo e decisório, tendo em vista a imediata resolução de quebras de segurança, pela decisão quanto a medidas de segurança física e outras, e pela averiguação das circunstâncias em que se dê um incidente e dos factos que tenham ocorrido.

Verificado um incidente com estas características, impõe-se-lhe o desenvolvimento ou a promoção de medidas para evitar acontecimentos similares no futuro, em instalações

ou situações por que seja o responsável, e, mediante os resultados das averiguações, proceder à instauração dos processos disciplinares e consequente aplicação de penas, caso aplicável.

Os restantes chefes militares dos Ramos averigam as condições de segurança e desenvolvem medidas para se fazer face a riscos e ameaças similares, sendo que é sua a responsabilidade pela direção, coordenação e administração dos Ramos, cabendo-lhes elaborar propostas, formular e propor a estratégia estrutural dos mesmos.

## **2. Ações Desenvolvidas**

### **2.1. Pelo Ministro da Defesa Nacional**

- a) Despachos n.º 43 e n.º 44/MDN/2017, de 2 de julho

A 2 de julho, ponderada a gravidade do furto de material de guerra ocorrido nos PNT e a resposta mais eficiente a dar, e estando a acompanhar as ações desenvolvidas pelos Ramos, o Ministro da Defesa Nacional adotou:

- a) O Despacho n.º 43/MDN/2017, onde decidiu a realização, por parte da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, no prazo de 60 dias, de uma inspeção extraordinária aos procedimentos e às condições de segurança do armamento e do equipamento militar [Cfr. Anexo 21, Doc. A.1.]; e
- b) O Despacho n.º 44/MDN/2017, que determinou que fosse dada prioridade às áreas relacionadas com a segurança do material de guerra, nomeadamente armamento, munições e explosivos, e a apresentação, por parte dos Chefes de Estado-Maior dos Ramos, no prazo de 30 dias, de relatório sobre as condições de segurança das instalações militares sob sua responsabilidade, destinadas ao armazenamento de material de guerra, munições e explosivos. [Cfr. Anexo 22, Doc. A.2.]



**Despacho N.º 43/MDN/2017, de 2 de julho**

Considerando que, no quadro da transformação das Forças Armadas, que decorreu ao longo de vários anos, os ramos da Forças Armadas têm vindo a desenvolver a concentração das instalações destinadas à armazenagem e à manutenção dos materiais de guerra;

Considerando que os ramos, no quadro da sua administração e consequente ação de direção e de comando, têm concebido e desenvolvido diversos sistemas de vigilância e ações no sentido de i) garantir a eficácia da segurança física das instalações e sobretudo dos materiais de guerra que albergam; e ii) assegurar uma maior eficiência e racionalidade dos recursos adstritos a essa função de segurança;

Considerando ainda o grave incidente de quebra de segurança, com o furto de material de guerra à responsabilidade do Exército, que terá ocorrido nos Paíóis de Tancos, em 28 de junho de 2017;

Atentas as competências que me são atribuídas pelo n.º 2 do artigo 14.º da Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, alterada e republicada pela da Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto, no âmbito da fiscalização da administração das Forças Armadas, determino:

- 1- À Inspeção Geral da Defesa Nacional (IGDN) a realização de uma inspeção extraordinária aos procedimentos e às condições de segurança em vigor nas Forças Armadas no âmbito do armazenamento e da segurança do armamento e do equipamento militar, incluindo munições e materiais explosivos;
- 2- Que a IGDN, atentas as competências definidas no n.º1 e na alínea f) do n.º 2 do artigo 12.º da Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional, aprovada pelo Decreto-Lei 183/2014, de 29 de dezembro, assegure a articulação com os serviços e os organismos de inspeção dos ramos das Forças Armadas para a execução da inspeção a que se refere o número anterior;
- 3- Que o relatório da inspeção agora determinada deverá ser-me apresentado no prazo máximo de 60 dias.

Lisboa, 02 de julho de 2017  
O Ministro da Defesa Nacional  
José Azeredo Lopes

**Despacho N.º 44/MDN/2017, de 2 de julho**

Considerando que, no quadro da transformação das Forças Armadas, que decorreu ao longo de vários anos, os ramos da Forças Armadas têm vindo a desenvolver a concentração das instalações destinadas à armazenagem e à manutenção dos materiais de guerra;

Considerando que os ramos, no quadro da sua administração e consequente ação de direção e de comando, têm concebido e desenvolvido diversos sistemas de vigilância e ações no sentido de i) garantir a eficácia da segurança física das instalações e sobretudo dos materiais de guerra que albergam; e ii) assegurar uma maior eficiência e racionalidade dos recursos adstritos a essa função de segurança;

Considerando ainda o incidente de quebra de segurança, com o furto de material de guerra à responsabilidade do Exército, que terá ocorrido nos Paioís de Tancos, em 28 de junho de 2017 e a potencial tipologia de ação desenvolvida;

Atentas as competências que me são atribuídas pelo n.º 2 do artigo 14.º da Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto, no âmbito da fiscalização da administração das Forças Armadas, determino que:

1- Os Chefes de Estado-Maior dos ramos das Forças Armadas devem, desde já, no quadro da garantia dos meios e das condições necessárias ao cumprimento dos planos de segurança aprovados, aos diversos níveis, dar prioridade às áreas relacionadas com a segurança do material de guerra, nomeadamente armamento, munições e explosivos;

2- Os chefes de Estado-Maior apresentem, no prazo de 30 dias, relatório sobre as atuais condições de segurança das instalações militares, sob sua responsabilidade, destinadas ao armazenamento de material de guerra, munições e explosivos.

Lisboa, 02 de julho de 2017  
O Ministro da Defesa Nacional  
José Azeredo Lopes

A recolha desta informação visou, sobretudo, promover um varrimento inspetivo, de maior fôlego, que permitisse uma visão panorâmica da situação de segurança das instalações das Forças Armadas destinadas ao armazenamento de material de guerra, munições e explosivos; solicitar às entidades executoras desse varrimento (IGDN e Ramos) o envio de propostas e recomendações concretas para efeitos de mitigação das fragilidades detetadas; operacionalizar essas propostas e recomendações no sentido de, a partir delas, tomar as medidas mais adequadas para prevenir e estabelecer padrões futuros que evitassem a repetição de acontecimentos como aqueles que foram conhecidos a 28 de junho. É isso que – como já a seguir se verá – vem depois a ocorrer, com a adoção do Despacho n.º 57/MDN/2017, de 15 de setembro.

A informação assim recolhida circunscreveu-se, é bom de ver, às questões que, como atrás explicitado, eram da competência do Ministro da Defesa Nacional. Encontravam-se, assim, de fora deste âmbito, as questões relativas à investigação criminal, da responsabilidade dos órgãos de investigação criminal e do Ministério Público, e assim também as relativas à averiguação dos factos para avaliar da existência de infrações, da competência da hierarquia militar.

b) Despacho n.º 57/MDN/2017, de 15 de setembro

Num segundo momento, tendo em consideração as conclusões e recomendações apresentadas nos diferentes relatórios elaborados pelos Ramos das Forças Armadas e pela IGDN, em resposta aos Despachos do Ministro da Defesa Nacional de início de julho de 2017, foi adotado o Despacho n.º 57/MDN/2017 [Cfr. Anexo 33, Doc. A.3.].

(Propositadamente em branco)

### **Despacho N.º 57/MDN/2017**

[...]

Considerando o disposto nas alíneas h) e j) do n.º 1 do artigo 11.º e no n.º 4 do artigo 16.º da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas;

Considerando ainda a Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 183/2014, de 29 de dezembro, em especial a missão da Secretaria-Geral e da Inspeção-Geral de Defesa Nacional;

Nos termos e ao abrigo do n.º 2 do artigo 16.º da Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto, determino que:

#### **a. Na área das Normas e Procedimentos**

(1) O Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), em coordenação com os CEM e no quadro do relacionamento com o sistema de segurança interna, deve desenvolver e propor uma norma única sobre manuseamento e transporte de materiais, que possa ser aplicável às Forças Armadas, no prazo de 30 dias.

(2) O CEMGFA, em coordenação com os CEM, deve apresentar, no prazo 60 dias, proposta de desenvolvimento de normativos referentes às regras de empenhamento e postura orientada para a missão dos militares, no desempenho de tarefas operacionais em missões de proteção dentro de infraestruturas militares e em todos os lugares públicos em que, por razões de natureza operacional, foram autorizados o deslocamento ou permanência do armamento, equipamento militar sensível, incluindo munições e materiais explosivos.

(3) O Secretário-geral do Ministério da Defesa Nacional, através do Centro de Dados da Defesa Nacional, em coordenação com os Ramos, deve proceder à identificação e ao desenvolvimento inicial, no prazo de 180 dias, de um sistema de informação comum aos Ramos para controlo efetivo de material sensível, que garanta a informação necessária e o controlo de acesso à informação segundo os patamares mais evoluídos.

A Inspeção-Geral da Defesa Nacional deve consolidar, desenvolver e atualizar, onde e como aplicável, em articulação com os Ramos, o mapeamento de todos os processos referentes ao modelo de segurança dos materiais desta natureza sensível.

**b. Na área das Infraestruturas:**

(1) Os CEM devem continuar o desenvolvimento de ações de concentração e de desenvolvimento prioritário de obras nas várias instalações, que garantam no curto prazo i) o rápido e prioritário restabelecimento de condições compatíveis com os requisitos técnicos definidos para a armazenagem e segurança do material de guerra, nomeadamente armamento, munições e explosivos; ii) a criação e reabilitação dos meios complementares de segurança, como vedações e meios de vídeo vigilância; iii) a melhoria das condições de habitabilidade para os elementos das Forças Armadas em missões de vigilância nestas instalações.

(2) A Secretaria Geral do MDN, em articulação com a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, deve identificar potenciais fontes de financiamento para o caso de eventual reforço de verbas para as medidas referidas no número anterior, como seja, nomeadamente, a Lei das Infraestruturas Militares (LIM).

**c. Na área dos Recursos Humanos:**

No quadro da ação governativa na área da Defesa Nacional, deve-se procurar capitalizar as oportunidades para que, em complemento das normais atribuições administrativas dos CEM, com impacto neste setor, sejam aperfeiçoados os processos de seleção, certificação, formação e treino dos militares dedicados a funções de segurança, nomeadamente e quando aplicável, recorrer às ações de formação e treino de caráter transversal.

Lisboa, 15 de setembro de 2017  
O Ministro da Defesa Nacional  
José Azeredo Lopes

Esta decisão foi tomada, repete-se, sem prejuízo do desenvolvimento da ação própria, administrativa e de comando, dos Chefes de Estado-Maior do Ramos das Forças Armadas, e resultou, antes de mais, da ponderação dos resultados alcançados em execução dos dois Despachos anteriores.

Tendo por base as conclusões que se puderam obter daquelas avaliações pelos Ramos e das auditorias efetuadas pela IGDN, nomeadamente, as conclusões e recomendações presentes nos diferentes relatórios, sem esquecer as especificidades de cada Ramo, foram identificadas três áreas principais, sobre as quais o Despacho n.º 57/MDN/2017 se deteve.

Por um lado, no que diz respeito a *Normas e Procedimentos*, aqueles relatórios apontaram para a vantagem da implementação da partilha de sistemas de informação, bem como da criação de um conjunto de normas comuns, a propósito da segurança de material.

Relativamente a *Infraestruturas*, além das ações de concentração e de desenvolvimento prioritário de obras em algumas instalações, já em curso, foram estabelecidas orientações para que fosse dada prioridade a projetos tendentes a garantir o cumprimento dos requisitos técnicos definidos para a armazenagem e segurança do material de guerra e reabilitação de meios complementares de segurança, nomeadamente na definição da aplicação das verbas da Lei das Infraestruturas Militares.

Acresce ainda que, na área dos *Recursos Humanos*, no quadro da ação governativa na área da Defesa Nacional, as conclusões apontaram no sentido de se dever capitalizar todas as oportunidades para que, em complemento das normais atribuições administrativas dos CEM, se aperfeiçoassem processos de credenciação, formação e treino dos militares dedicados a funções de segurança, e, quando aplicável, se promovessem ações deste particular cariz transversal.

O Despacho n.º 57/MDN/2017 de 15 de setembro não inclui, nem isso teria sido sensato, *todas* as medidas identificadas como mitigadoras dos riscos detetados e como passíveis de introduzir melhorias nos processos e procedimentos que, àquela data, haviam sido identificadas pelos diferentes intervenientes.

Com efeito, e como se comprova *infra*, se, por um lado, os Ramos atuaram no imediato, de modo a verificar alguns aspetos relativos às infraestruturas e processos no que toca

ao armazenamento de material de guerra, munições e explosivos sob a sua responsabilidade (o que lhes permitiu, relativamente a situações em que havia margem de melhoria e diminuição de risco, a identificação de outras medidas a implementar num prazo mais alargado), por outro lado, a elaboração, por cada um dos três Ramos, de um Relatório destinado à verificação das condições de segurança no armazenamento daquele material (cfr. Despacho n.º 44/MDN/2017, de 2 de julho), permitiu que fosse possível concretizar mais aprofundadamente as medidas a implementar num curto e médio prazo. A isso acresceram, nalguns casos, medidas dirigidas às necessidades específicas de cada Ramo. Finalmente, se as medidas recomendadas nos Relatórios elaborados pela IGDN coincidem, ao menos em parte, com a análise feita pelos Ramos, é também verdade que, atendendo às competências daquela Inspeção-Geral, aquelas medidas se centram no objetivo da mitigação de risco identificado nos processos, incluindo, por isso, nalguns casos, dimensões que não foram abordadas nos Relatórios dos Ramos.

Assim, o Despacho n.º 57/MDN/2017 agrega *algumas* das recomendações contidas nos diferentes relatórios, em especial aquelas que se revelaram unânimes e sintomáticas, estabelecendo prioridades e dando sequência à implementação das mesmas, envolvendo, nesta fase, e nas situações em que tal foi necessário, para além dos Ramos, o CEMGFA e alguns Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional.

Porém, deve sublinhar-se, estabelecer prioridades não é perder de vista as demais medidas identificadas. É assim que, no Despacho referido, como nos Despachos proferidos nos Relatórios dos Ramos e nos Relatórios da IGDN, se deixa claro que as medidas identificadas devem ser vistas em conjunto e em articulação com o Despacho de 15 de setembro do Ministro da Defesa Nacional. Veja-se, aliás, os parágrafos 3 e 4 dos considerandos daquele Despacho: “[...] Sem prejuízo do acima afirmado, nem dos despachos exarados nos vários relatórios que me foram presentes e tomando em consideração as conclusões e recomendações presentes nos diferentes relatórios, sem esquecer as especificidades de cada Ramo, que apontam no sentido da partilha urgente de sistemas de informação e de um conjunto de normas comuns a propósito da Segurança de material [...]” [Cfr. Doc. A. 3.].

c) Assembleia da República

No quadro constitucional, o Governo responde politicamente perante a Assembleia da República.

Identificam-se, por isso, de seguida, as ações do Ministro da Defesa Nacional que, na sequência do incidente ocorrido em Tancos a 28 de junho de 2017, decorreram naquele âmbito.

A 4 de julho de 2017, a Comissão de Defesa Nacional votou por unanimidade dois requerimentos para a audição do Ministro da Defesa Nacional: um, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, acerca do “desaparecimento de material de guerra de dois paiolins em Tancos”; outro, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, “sobre o incidente ocorrido na Base Militar de Tancos” [cfr. § 1, Ofício n.º 83/3ª CDN/2017, de 4 de julho, Assunto: Audição do Senhor Ministro da Defesa Nacional – Anexo 39, Doc. D.1.].<sup>62</sup>.

No dia seguinte, o Ministro da Defesa Nacional mostrou imediata “disponibilidade para estar presente na audição em apreço, no (...) dia 7 de julho, às 16h” [cfr. único §, Ofício n.º 2603 do Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa Nacional ao Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares no dia 5 de julho de 2017, Assunto: Audição Urgente – Incidente em Tancos – Anexo 40, Doc. A.7.].

Aquela audição na Comissão de Defesa Nacional veio a ocorrer, à porta aberta, no dia 7 de julho de 2017, às 16h, tendo tido uma duração de 3 horas e 13 minutos<sup>63</sup>.

No dia 18 de setembro de 2017, o Ministro da Defesa Nacional participou no Plenário da Assembleia da República num debate da atualidade, requerido pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP [cfr. Anexo 36, Doc. D.6.].

---

<sup>62</sup> Opta-se, no texto corrido, por se fazer referência apenas à identificação dos Ofícios da Comissão de Defesa Nacional, especificando também o assunto em causa.

Porém, como se sabe, o Ministério da Defesa Nacional toma conhecimento dos Ofícios daquela Comissão, bem como de perguntas parlamentares ou requerimentos apresentados pelos Deputados, via Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

Assim, nesses casos, na lista dos documentos consultados será feita referência, também (como parte do documento apresentado em anexo) ao Ofício ou e-mail da Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares, através do qual aqueles pedidos ou informações são dados a conhecer ao Ministério da Defesa Nacional.

<sup>63</sup> Cfr. Audição na Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, Ministro da Defesa Nacional, 7 de julho, <http://www.canal.parlamento.pt/?cid=2164&title=audicao-do-ministro-da-defesa-nacional>



Aquele debate decorreu nos termos regulamentares, com intervenção de todos os Grupos Parlamentares e teve a duração de cerca de 49 minutos<sup>64</sup>.

Depois, a 25 de outubro de 2017, a Comissão de Defesa Nacional “aprovou por unanimidade um requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista no sentido de proceder (...) à audição do Senhor Ministro da Defesa Nacional, na sequência das notícias [...] que dão conta da recuperação do material militar desaparecido dos paióis de Tancos”. Mais propôs que a referida audição se realizasse no dia 21 de novembro “atendendo aos constrangimentos do calendário estabelecido para a apreciação da proposta de lei do Orçamento do Estado pela Assembleia da República” [cfr. Ofício n.º 130/3ª CDN/2017, de 26 de outubro de 2017, Assunto: Audição do Ministro da Defesa Nacional – Anexo 41, Doc. D.8.].

Aquela audição acabou por não ter lugar (com a anuência do proponente), porque, tanto por questões de agenda como porque estava marcada uma Audição Regimental sobre política geral para o dia 16 de janeiro de 2018, se entendeu que aquele seria o quadro em que as questões sobre o assunto poderiam ser colocadas.

Convém depois acrescentar que o Ministro da Defesa Nacional esteve no Parlamento em diversas situações: a 20 de setembro de 2017, em audição sobre Balanço da reunião dos Ministros da Defesa da União Europeia, do Conselho Europeu e da Reunião de Ministros da Defesa da NATO, realizadas em Bruxelas - requerimento do PSD; a 10 de novembro, às 10 h, discussão do Orçamento do Estado para 2018 – OE2018 – (audição conjunta da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa e da Comissão de Defesa Nacional); a 10 de novembro de 2017, às 15h, Audição conjunta do Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Ministro da Defesa Nacional sobre a Cooperação Estruturada Permanente (audição conjunta da Comissão de Assuntos Europeus e da Comissão de Defesa Nacional); e, a 16 de janeiro de 2018, Audição Regimental sobre política geral, nos termos do artigo 104, n.º 2 do Regimento da Assembleia da República.

---

<sup>64</sup> Cfr. Reunião Plenária n.º 1, Debate da Atualidade, 18 de setembro de 2017, <http://www.canal.parlamento.pt/?cid=2240&title=reuniao-plenaria-n-1>

Em síntese, sempre que foi perguntado sobre o assunto, o Ministro da Defesa Nacional respondeu às questões ou dúvidas que foram suscitadas pelas senhoras e senhores Deputados.

A Assembleia da República, além disso, solicitou por diversas vezes informações escritas a propósito do furto de Tancos.

Assim, a Comissão de Defesa Nacional, no dia 17 de julho de 2017, solicitou informações ao Ministro da Defesa Nacional [cfr. Ofício n.º 98/3ª CDN/2017, de 17 de julho, Assunto: Inquérito sobre o desaparecimento de material militar dos Paióis Nacionais de Tancos – Anexo 42, Doc. D.3.], tendo reiterado esse pedido no dia 4 de setembro [cfr. Ofício n.º 105/3ª CDN/2017, de 4 de setembro, Assunto: Inquérito sobre o desaparecimento de material militar dos Paióis Nacionais de Tancos – Anexo 43, Doc. D.4.].

De facto, a Comissão de Defesa Nacional, referindo que, durante as audições do CEME e do Ministro da Defesa Nacional, nos dias 6 e 7 de julho de 2017, respetivamente, tinha recebido “a informação de que foi determinada a abertura de processos de averiguações tendo em vista apurar as circunstâncias e condições em que ocorreu o desaparecimento de material militar dos Paióis Nacionais de Tancos, detetado no dia 28 de junho”, solicitava “informação acerca do andamento do referido processo e das averiguações efetuadas e, caso estivesse concluído, de respetivo relatório final, e/ou outra informação relevante para a Comissão, caso ainda estivesse em curso, de informação sobre o prazo previsível de conclusão e do fornecimento da documentação e de relatórios intercalares que possam ser disponibilizados [cfr. Ofício n.º 98/3ª CDN/2017, de 17 de julho, Assunto: Inquérito sobre o desaparecimento de material militar dos Paióis Nacionais de Tancos – Anexo 42, Doc. D.3. e o Ofício n.º 105/3ª CDN/2017, de 4 de setembro, Assunto: Inquérito sobre o desaparecimento de material militar dos Paióis Nacionais de Tancos – Anexo 43, Doc. D.4.].

A 11 de setembro de 2017, o Ministro da Defesa Nacional deu a conhecer, através de ofício [cfr. Ofício n.º 3509 do CG/MDN, de 11 de setembro, ao CG/SEAP – Assunto: Inquérito sobre o Desaparecimento de Material Militar dos Paióis Nacionais de Tancos – Anexo 44, Doc. A.8.], aquelas que, no quadro das suas competências, haviam sido, até então, as principais ações adotadas, nomeadamente, as determinações dos Despachos

n.ºs 43 e 44/MDN/2017, de 2 de julho. No mesmo ofício, identificavam-se, do ponto de vista substantivo, as principais conclusões e recomendações presentes nos diferentes relatórios que informariam o Despacho n.º 57/MDN/2017, de 15 de setembro, que viria a ser adotado.

A 12 de setembro de 2017, a Comissão de Defesa Nacional entendeu que “o conteúdo do ofício [a que se faz referência no parágrafo anterior] não correspond[ia] ao objeto, conteúdo e sentido do que [tinha sido] solicitado através do Ofício n.º 98/3ª CDN/2017, de 17 de julho de 2017, e reforçado pelo Ofício n.º 105/3ª CDN/2017, de 4 de setembro de 2017, por não corresponder à matéria das questões colocadas” [cfr. §2, Ofício n.º 108/3ª CDN/2017, de 12 de setembro, Assunto: Inquérito sobre o desaparecimento de material militar dos Países Nacionais de Tancos – Anexo 45, Doc. D.5.].

Especificamente, recordando os seus ofícios anteriores, onde afirmava ter conhecimento da abertura de processos de averiguações tendo em vista apurar as circunstâncias e condições em que ocorreu o desaparecimento de material militar dos Países Nacionais de Tancos, detetado no dia 28 de junho de 2017, e citando o seu próprio pedido, a Comissão de Defesa Nacional reiterou “a mesma solicitação, com carácter de urgência”. Mais aproveitou para, “no que se refere aos relatórios elaborados pelos Ramos das Forças Armadas e pela IGDN, aos quais foi atribuída a classificação de Secreto, solicitar que [lhes fossem disponibilizadas] as partes, as recomendações e as conclusões não classificadas que [pudessem] contribuir para o cabal desempenho das competências de fiscalização da Comissão” [§ 3, § 4 e § 5 Ofício n.º 108/3ª CDN/2017, de 12 de setembro, Assunto: Inquérito sobre o desaparecimento de material militar dos Países Nacionais de Tancos – Anexo 45, Doc. D.5.].

Finalmente, tendo em conta o parágrafo 5 da informação enviada pelo MDN à Comissão de Defesa Nacional no dia 11 de setembro [cfr. Anexo 44, Doc. A.8.], a propósito do estabelecimento de orientações para que, na definição da aplicação das verbas da Lei de Infraestruturas Militares, fosse dada prioridade a projetos tendentes a garantir o cumprimento dos requisitos técnicos definidos para a armazenagem e segurança do material de guerra e reabilitação de meios complementares de segurança, a CDN refere que gostaria “de saber em que consistem as novas orientações uma vez que se trata de matéria do foro da intervenção da Assembleia da República, em termos de

acompanhamento, nos termos da Lei Orgânica n.º 6/2015, de 18 de maio” [cfr. § 6º Ofício n.º 108/3ª CDN/2017, de 12 de setembro, Assunto: Inquérito sobre o desaparecimento de material militar dos Países Nacionais de Tancos – Anexo 45, Doc. D.5.].

A 11 de outubro de 2017 a Comissão de Defesa Nacional reiterou o pedido, invocando os que já anteriormente formulara [Ofício n.º 121/3ª CDN/2017, de 9 de outubro, Assunto: Inquérito sobre o desaparecimento de material militar dos Países Nacionais de Tancos – Anexo 46, Doc. D.7.].

A 24 de outubro de 2017, o Ministério da Defesa Nacional enviou à Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares (SEAP) informação e documentação solicitando que a mesma fosse “reencaminhada à Comissão de Defesa Nacional para os devidos efeitos e de acordo com os procedimentos habituais tendo em conta a sua classificação de segurança” [cfr. Ofício n.º 4200 do CG/MDN, de 24 de outubro, ao CG/SEAP, Assunto: Inquérito sobre o desaparecimento de material militar dos Países Nacionais de Tancos – Pedido de elementos – Anexo 47, Doc. A.11.].

Com efeito, considerando, em particular, a referência a “processos de averiguações tendo em vista apurar as circunstâncias e condições em que ocorreu o desaparecimento do material militar dos Países Nacionais de Tancos, detetado no dia 28 de junho de 2017” nos ofícios enviados pela Comissão de Defesa Nacional, foi pedido ao Exército o envio da documentação que “[tivesse] produzido neste âmbito e que [pudesse] ser enviada à Comissão de Defesa Nacional para os devidos efeitos”. Importa recordar, para melhor compreensão do contexto, que a Audição do Chefe de Estado-Maior do Exército, do dia 6 de julho de 2017, invocada pela Comissão de Defesa Nacional, decorreu à porta fechada – pelo que, como é bom de ver, não era conhecido o teor das declarações lá proferidas.

Assim, tendo em conta as competências do Ministro da Defesa Nacional e a documentação, como pedida, enviada pelo Exército, a lista então disponibilizada foi a seguinte:

1. Despacho n.º 43/MDN/2017, de 2 de julho de 2017;
2. Despacho n.º 44/MDN/2017, de 2 de julho de 2017;
3. Despacho n.º 57/MDN/2017, de 15 de setembro;

4. Despachos n.ºs 97, 98, 99 e 100/CEME/2017, de 1 de julho;
5. Despacho n.º 119/CEME/2017, de 18 de julho;
6. Diretiva n.º 134/CEME/2017, de 27 de julho – classificada como Reservado;
7. Despacho n.º 170/CEME/2017, de 27 de setembro;
8. Processo de averiguações ao funcionamento do sistema de controlo de acesso e videovigilância nos PNT – inclui documentos classificados como Reservado e como Confidencial;
9. Processo de averiguações à gestão de cargas e controlo do armazenamento nos PNT – inclui documentos classificados como Reservado;
10. Processo de averiguações à área de segurança física (intrusão) nos PNT – inclui documentos classificados como Reservado;
11. Processo de averiguações ao desaparecimento de material de guerra nos PNT (Regimento de Engenharia n.º 1) – parcial, classificado como Confidencial.

Desde então, não deram entrada no MDN mais pedidos por parte da Comissão de Defesa Nacional relativos a esta matéria.

Também no quadro das suas competências, os Deputados podem colocar questões ao Governo.

No dia 4 de julho de 2017, dois Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, apresentaram a pergunta n.º 4644/XIII/2ª, sobre o assunto: Alteração dos níveis de segurança após o furto de material de guerra dos paióis de Tancos, em que é solicitado “que o Governo, através dos Ministérios da Defesa Nacional e da Administração Interna, responda às seguintes perguntas: Perante a gravidade do furto ocorrido em Tancos já alterou o Governo o nível de segurança das nossas instalações militares? Que medidas estão a ser tomadas para fortalecer a segurança não só das nossas instalações militares bem como de instalações de carácter civil?” [Cfr. Pergunta n.º 4644/XIII/2ª (PSD), de 4 de julho de 2017, Assunto: Alteração dos níveis de segurança após o furto de material de guerra dos paióis de Tancos – Anexo 48, Doc. D.2.].

Como é referido na “Cronologia de Eventos” (Parte I, ponto 3 deste documento), no dia 5 de julho, realizou-se uma reunião do Conselho Nacional de Segurança Interna (CNSI), na qual, avaliada a situação de segurança interna, se concluiu que o incidente de Tancos não justificava uma alteração no nível de ameaça.

Por outro lado, como foi dado conta em tempo (desde logo, na audição do Ministro da Defesa Nacional na Comissão de Defesa Nacional, no dia 7 de julho), foram adotadas medidas, imediatas e de curto, médio e longo prazo, no sentido de mitigar, corrigir e melhorar as condições de segurança das instalações militares destinadas ao armazenamento de armamento, explosivos e munições, bem como dos procedimentos relacionados com os mesmos, como manuseamento, transporte e gestão.

## 2.2. Pelas Forças Armadas

### a) Medidas imediatas e execução do Despacho n.º 44/MDN/2017

#### i) Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas

A 30 de junho, o CEMGFA participou na reunião convocada pela Secretária-Geral de Segurança Interna e informou os países aliados do material furtado, através dos canais de informação adequados<sup>65</sup>.

A 25 de julho, o CEMGFA foi ouvido na Comissão de Defesa Nacional a requerimento do PSD sobre o "furto ocorrido em Tancos e à persistência de um conjunto de dúvidas que merecem ser totalmente esclarecidas"<sup>66</sup>.

Relativamente ao Despacho n.º 44/MDN/2017, que solicitou aos Chefes dos Ramos um relatório sobre as condições de segurança das instalações militares sob a sua responsabilidade, destinadas ao armazenamento de material de guerra, munições e explosivos, e apesar de o Estado-Maior-General das Forças Armadas não dispor de instalações desse tipo, foi elaborado um relatório detalhado com um ponto de situação das condições de segurança nos prédios militares do MDN/EMGFA, do Campus de Saúde Militar (CSM) e do Reduto Gomes Freire (RGF), designadamente, nas áreas fundamentais dos recursos humanos, dos equipamentos e sistemas eletrónicos de segurança e da segurança física.

A especificidade e singularidade das unidades de apoio do EMGFA revelaram a necessidade de procurar a padronização de algumas áreas essenciais, como, por

---

<sup>65</sup> Cfr. Audição na Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, CEMGFA, 25 de julho 2017.

<sup>66</sup> Cfr. Audição na Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, CEMGFA, 25 de julho 2017.

exemplo, dos sistemas e equipamentos eletrónicos. Neste sentido, o EMGFA declarou ir proceder à implementação de uma solução holística para segurança dos prédios militares à sua responsabilidade<sup>67</sup>.

ii) Marinha

Após o furto de material de guerra em Tancos, a Marinha procedeu de imediato e por sua iniciativa ao levantamento das condições de segurança das instalações militares e da Autoridade Marítima Nacional, e, por determinação do Despacho n.º 44/MDN/2017, de 2 de julho, levou a cabo uma inspeção extraordinária, com especial enfoque nos locais destinados ao armazenamento de material de guerra, munições e explosivos, designadamente no que diz respeito à segurança passiva (entrave físico ao acesso não autorizado) e à segurança ativa (videovigilância, alarmes e sensores). Dessa inspeção resultou o *Relatório de Segurança em Instalações da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional*, de 24 de julho de 2017, classificado como Secreto. Por esse motivo, o que a seguir se expõe não particulariza nem permite identificar, em concreto, o que lá vem referenciado.

Ainda assim, este processo permitiu concluir, em traços gerais, que:

- As instalações da Marinha se encontram protegidas por uma conjugação de medidas de segurança física, de vigilância eletrónica, de rondas e de restrição de acesso, pelo que não suscitam preocupações de carácter urgente;
- As instalações da Autoridade Marítima Nacional, mais concretamente, os comandos locais da Polícia Marítima, partilham instalações com os serviços das Capitánias dos Portos, resultando, no que concerne à vigilância ativa, designadamente, no respeitante à existência de alarmes, sensores de movimento ou videovigilância;
- A segurança física destas instalações é fundamentalmente reforçada pela presença de elementos da Polícia Marítima, em todos os 32 comandos existentes;
- Encontram-se implementadas medidas de segurança militar pelos Comandantes, Diretores ou Chefes que visam proteger o material e as instalações militares contra ações de intrusão, furto e sabotagem;

---

<sup>67</sup> Cfr. Resposta ao Ofício n.º 543/MDN/2018, de 8 de fevereiro de 2017, que solicitava um ponto de situação das medidas adotadas na sequência dos Despachos n.ºs 44/MDN/2017 e 57/MDN/2017, p. 1.

- No que respeita à segurança física passiva, verifica-se que algumas unidades desenvolvem a sua atividade em zonas sem servidão militar ou com alteração/diminuição desta, o que poderá vir a aumentar, potencialmente, a sua exposição à intrusão<sup>68</sup>.

iii) Força Aérea

Após o incidente em Tancos, a Força Aérea solicitou às Unidades a identificação de necessidades de meios de segurança a fim de mitigar algumas vulnerabilidades nos respetivos dispositivos de segurança. Em resultado desta ação, genericamente, as Unidades identificaram como necessidades essenciais, sistemas eletrónicos de vigilância e de anti-intrusão e, ainda, materiais para delimitação de áreas. Concretamente sobre ações imediatas tomadas, na altura dos acontecimentos de Tancos, verificou-se a movimentação de material considerado excedentário de algumas Unidades para o Campo de Tiro de Alcochete.

Em cumprimento do determinado no Despacho n.º 44/MDN/2017, de 2 de julho, a Força Aérea levou depois a cabo uma inspeção extraordinária de todos os paióis e secções de armamento das Unidades/Órgãos onde se encontra depositado o material de guerra. Dessa inspeção, resultou o *Relatório Sobre as Condições de Segurança Militar do Armamento, Explosivos e Munições da Força Aérea*, de 2 de agosto de 2017, classificado como Confidencial. Por esse motivo, o que a seguir se expõe não particulariza nem permite identificar, em concreto, o que lá vem referenciado.

Este processo permitiu concluir, em traços gerais, que:

- As instalações da Força Aérea destinadas ao armazenamento de explosivos e munições apresentam, no geral, boas condições de segurança;
- Verificam-se dificuldades no que toca aos efetivos adstritos à força especializada em segurança;
- Constatou-se a possibilidade de proceder a alterações imediatas, com vista ao incremento do nível de segurança – o que, efetivamente, foi feito. Tratou-se, essencialmente, de algumas reparações e movimentos de artigos que se consideram de

---

<sup>68</sup> Marinha, *Relatório de Segurança em instalações da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional*, de 24 de julho de 2017 – Secreto, p. 49.



potencial maior interesse para organizações terroristas ou mercado clandestino, para instalações com condições de segurança reforçadas<sup>69</sup>.

iv) Exército

Quando se verificou o desaparecimento de material militar dos PNT, foram determinadas pelo CEME diligências com impacto imediato na segurança dos PNT, nomeadamente:

- i) Reparação dos dois perímetros de rede;
- ii) Aumento do número de militares envolvidos na segurança física;
- iii) Aumento da frequência de rondas móveis e apeadas;
- iv) Criação de uma força de reforço imediato na Unidade responsável pela segurança física;
- v) Recalendarização da substituição do sistema de vigilância;
- vi) Implementação de novas regras de empenhamento, designadamente, a eliminação do selo dos carregadores selados.

Também em sequência imediata dos acontecimentos, conforme despacho proferido no Relatório do Oficial de Dia de 28 de junho de 2017, o Comandante do Regimento de Engenharia n.º 1 determinou a abertura de um processo de averiguações relativo ao desaparecimento do material de guerra dos Paiolins dos Paióis Nacionais de Tancos no dia 30 de junho de 2017.

Foi na sequência deste processo de averiguações (Processo n.º 01/AVG/17 – Confidencial), concluído a 14 de agosto, que se iniciaram dois processos disciplinares. Mais tarde, tendo em conta o que foi resultando daqueles processos disciplinares e do processo de averiguações, o Comandante do Regimento de Engenharia n.º 1 determinou a abertura de um outro processo disciplinar.

Assim, foram iniciados e concluídos três processos disciplinares.

---

<sup>69</sup> Força Aérea, *Relatório Sobre as Condições de Segurança Militar do Armamento, Explosivos e Munições da Força Aérea*, de 2 de agosto de 2017 – Secreto, pp. 1-4.

Num dos casos ficou provado que, apesar de o arguido (Praça) saber que não tinham sido realizadas quaisquer rondas pelos Soldados da Guarda de Polícia aos PNT na noite em que se estima ter ocorrido o furto, incitou os Soldados da Guarda de Polícia aos Paíóis Nacionais de Tancos a prestarem falsas declarações, no sentido de que as tinham realizado, no âmbito do processo de inquérito à Polícia Judiciária Militar, detalhando horas e pares de militares das alegadas rondas. Este processo disciplinar iniciou-se no dia 14 de agosto de 2017, tendo o despacho decisório que determinou a aplicação de uma pena de 6 dias de proibição de saída sido proferido no dia 17 de novembro. A pena foi cumprida.

Noutro dos casos ficou provado que o arguido (Sargento), enquanto comandante da Guarda de Polícia aos PNT, não constituiu qualquer patrulha, nem ordenou a execução de qualquer ronda conforme determinação das diretivas existentes. Ficou ainda provado que o arguido, embora estando ciente de que nenhuma patrulha tinha sido constituída, colocou informação falsa no relatório que elaborou, ao reportar rondas apeadas com horas e respetiva constituição. Com efeito, desta forma, não foi determinada a realização de rondas aos PNT, pelo que não foi dado cumprimento à Norma de Execução Permanente (NEP) e Diretiva, e foram prestadas falsas declarações no Relatório da Guarda de Polícia aos PNT. Este processo disciplinar iniciou-se no dia 14 de agosto de 2017, tendo o despacho decisório que determinou a aplicação de uma pena de 15 dias de proibição de saída sido proferido no dia 5 de dezembro de 2017. A pena foi cumprida. Finalmente, no outro caso ficou provado que o arguido (Oficial), no exercício das suas funções de Oficial de Dia ao Regimento, não executou nem mandou executar nenhuma ronda ao perímetro exterior dos PNT, não dando assim cumprimento à Diretiva existente. Este processo disciplinar iniciou-se a 6 de setembro de 2017 e o despacho decisório que determinou a aplicação de pena de Repreensão Agravada foi proferido no dia 6 de dezembro. A pena foi cumprida.

Deve, portanto, sublinhar-se que os factos que originaram a abertura daqueles processos e que, dados como provados, justificaram as penas aplicadas, constituem infrações disciplinares ao Regulamento de Disciplinar

e decorrem no quadro das competências disciplinares do Exército, não devendo ser confundidos com investigações criminais. Naturalmente, não se toma posição sobre eventual relevância jurídico-criminal destes comportamentos, sobre qualquer nexo de causalidade ou sobre qualquer imputação subjetiva que possam vir a ser apurados no decurso da investigação levada a cabo pela Polícia Judiciária.

O CEME decidiu ainda pela realização, com caráter de urgência, de uma inspeção extraordinária à segurança dos Paióis Nacionais de Tancos e de Santa Margarida [Cfr. Despacho n.º 97/CEME/2017 de 1 de julho – Anexo 1, Doc. C.1.] e pela instauração de três processos de averiguações: um, sobre o funcionamento do Sistema Integrado de Controlo de Armamento e Vigilância (SICAVE) nos Paióis Nacionais de Tancos, designadamente no âmbito da videovigilância [Cfr. Despacho n.º 98/CEME/2017 de 1 de julho – Anexo 2, Doc. C.2.]; outro, sobre a gestão de cargas e o controlo do armazenamento nos Paióis Nacionais de Tancos, da responsabilidade da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército [Cfr. Despacho n.º 99/CEME/2017 de 1 de julho – Anexo 3, Doc. C.3.]; e, ainda, um processo de averiguações à área de segurança física (intrusão) dos Paióis Nacionais de Tancos, da responsabilidade da Unidade de Apoio da Brigada de Reação Rápida, do Regimento de Paraquedistas, do Regimento de Infantaria n.º 15, do Regimento de Engenharia n.º 1 e da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército [Cfr. Despacho n.º 100/CEME/2017 de 1 de julho – Anexo 4, Doc. C.4.].

É neste contexto que, tendo em consideração a inspeção extraordinária e as averiguações que então ocorreriam, por determinação do CEME, são exonerados os cinco Comandantes com responsabilidades na segurança e gestão dos PNT (Regimento de Engenharia N.º 1, Regimento de Infantaria N.º 15, Regimento de Paraquedistas, Unidade de Apoio Geral de Material do Exército e Unidade de Apoio da Brigada de Reação Rápida) [Cfr. Despacho n.º 101/CEME/2017, de 1 de julho – Anexo 5, Doc. C.5.]. Em Comunicado com data de 1 de julho, o Exército esclareceu que “a exoneração não se encontra[va] ligada, nem [tinha] qualquer associação, a algum indício ou suspeita de envolvimento ilícito dos titulares destes cargos”, sublinhando que a mesma se prend[ia] “única e exclusivamente com a necessidade de se

criarem todas as garantias de que as averiguações em curso decorre[riam] de forma absolutamente isenta e transparente.” [Cfr. Comunicado 25/2017 – Atualização da Informação ao Incidente em Tancos, de 1 de julho de 2017 – Anexo 20, Doc. C.17.].

No dia 17 de julho, por determinação do CEME, são renomeados os cinco oficiais exonerados para os mesmos cargos, uma vez que, com a conclusão das averiguações, se consideravam ultrapassadas as razões que tinham justificado aquela exoneração e de que, no momento oportuno, o Exército já dera conta [Cfr. Despachos n.ºs 113-117/CEME/2017, de 17 de julho – Anexos 26 a 30, Docs. C.6. a C.10. e Comunicado 29/2017 – Atualização da Informação relativa ao Incidente em Tancos, de 17 de julho de 2017 – Anexo 31, Doc. C.18.].

Assim, da inspeção extraordinária à segurança dos PNT e dos paióis do Campo Militar de Santa Margarida (determinada pelo Despacho n.º 97/CEME/17, iniciada a 6 de julho de 2017 e concluída a 17 de julho), resultou o *Relatório Inspeção Técnica Extraordinária Paióis Nacionais de Tancos*, da Inspeção Geral do Exército, classificado como Reservado. Por esse motivo, o que a seguir se expõe não particulariza nem permite identificar, em concreto, o que lá vem referenciado.

Deste relatório, assim como do parecer e competente despacho, foi enviada cópia ao Comando das Forças Terrestres – para implementação urgente das medidas/recomendações propostas; ao Comando da Logística – para apoio conforme solicitação a apresentar pelo Comando das Forças Terrestres; e à Direção de Comunicações e Sistemas de Informação – para apoio na respetiva área funcional.

Aí se recomendava:

- que se ponderasse proceder às alterações necessárias à garantia da Unidade de Comando;
- que se considerasse a reavaliação do Plano de Segurança;
- que se dotassem os Paióis de Santa Margarida de meios eletrónicos de vigilância;

- que se procedesse à operacionalização das torres de vigia e ao reforço geral da das vedações e da iluminação periférica<sup>70</sup>.

O Processo de Averiguações *ao funcionamento do Sistema Integrado de Controlo de Acessos e de videovigilância do Exército (SICAVE), nos Paióis Nacionais de Tancos (PNT), designadamente no âmbito da Videovigilância* (em cumprimento do Despacho n.º 98/CEME/2017, iniciado a 6 de julho de 2017 e terminado a 13 de julho de 2017), inclui documentos classificados como Reservado e Confidencial. Por esse motivo, o que a seguir se expõe não particulariza nem permite identificar, em concreto, o que lá vem referenciado.

Este processo permitiu verificar, em traços gerais, que:

- o sistema era da década de 90 e integrava sensores de solo e videovigilância;
- em 2000, o sistema de alarme sensorial foi considerado ineficiente e desligado, sendo que, já em 1998, se registavam deficiências em muitos destes sistemas;
- em 2012, todo o sistema de videovigilância foi considerado inoperacional e irreparável, por inexistência de sobressalentes no mercado;
- em 2013, o mesmo sistema foi considerado inoperacional e obsoleto, pelo que se levantou a necessidade de um novo sistema;
- a partir de 2015, procedeu-se à integração dos sistemas de videovigilância e controlos de acesso, que resultou no Sistema Integrado de Controle de Acessos e de Videovigilância do Exército (SICAVE);
- em 2016, na sua diretiva 129/CEME/2016 de 27 de setembro, o atual CEME determinou a Implementação do Sistema SICAVE no Exército, tendo a implantação total a data limite de 2023, e atribuiu prioridade aos PNT<sup>71</sup>.

Já depois do furto de Tancos, em reunião do Gabinete do CEME, a 12 de julho de 2017, foi equacionada a possibilidade de redistribuição das munições e

---

<sup>70</sup> Exército, Contributos para a Compreensão da Gestão, Manutenção e Segurança dos Paióis Nacionais de Tancos (PNT) Face aos Incidentes de 28Jun2017 – Anexo 7, Doc. C.14., p. 21.

<sup>71</sup> *Processo de Averiguações. Assunto: Averiguação ao funcionamento do sistema Integrado de Controlo de Acessos e de videovigilância do Exército (SICAVE), nos Paióis Nacionais de Tancos (PNT), designadamente no âmbito da Videovigilância, Relatório do Oficial Averiguante*, de 13 de julho de 2017, inclui documentos classificados como Reservado e Confidencial, pp. 102-104.

outro material explosivo, na altura ainda existente nos PNT, por outros paióis a nível nacional.

Neste momento, e dada a circunstância de a utilização dos PNT ter sido, como se sabe, suspensa, procede-se à revisão e reconsideração do previsto na diretiva, designadamente, em função do facto de o esforço financeiro inicial previsto ao nível dos PNT ter sido agora canalizado para os Paióis de Santa Margarida<sup>72</sup>.

O Processo de Averiguações à *Unidade de Apoio Geral de Material do Exército (UAGME), Paióis Nacionais de Tancos (PNT), Gestão de Cargas e Controlo de Armazenamento* (determinado pelo Despacho n.º 99/CEME/2017, iniciado a 4 de julho de 2017 e terminado a 15 de julho), inclui documentos classificados como Reservado e Confidencial. Por esse motivo, o que a seguir se expõe não particulariza nem permite identificar, em concreto, o que lá vem referenciado.

Este processo permitiu concluir que:

- as normas de execução permanente da Direção de Material e Transporte seguem as normas internacionais vigentes para o armazenamento e transporte de material da Classe V (armas e munições);
- a gestão de cargas e o controlo de armazenamento no Regimento de Engenharia n.º 1 seguiam, genericamente, os procedimentos definidos pela Direção de Material e Transporte, havendo correções a efetuar ao nível do quantitativo de militares autorizados a entrar nos paióis e do registo do material antigo sobranter;
- a gestão de cargas e controlo de armamento no Regimento de Paraquedistas revelava grave desorganização no tratamento da Classe V, sendo necessária a realização de uma inspeção à Unidade;
- deveria ser analisado o dispositivo de segurança da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército tendo em vista ao aumento de mais uma equipa de inventário e meios auxiliares e/ou efetivo de segurança<sup>73</sup>.

---

<sup>72</sup> *Idem*, p. 104 e Exército, *Relatório Avaliação de Segurança das Instalações Militares do Exército Destinadas ao Armazenamento de Material de Guerra, Munições e Explosivos*, 28 de julho de 2017 - Secreto, p. 37.

<sup>73</sup> *Processo de Averiguações sobre Gestão de cargas e controlo de armazenamento nos PNT, Relatório Final – Aditamento*, de 15 de julho de 2017, inclui documentos classificados como Reservado e Confidencial, pp. 134-135.

Essas conclusões foram enviadas ao Estado-Maior do Exército – para revisão do quadro orgânico da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, com vista ao reforço do efetivo para conferência de inventários e segurança; ao Comando do Pessoal – para providenciar, com urgência, o apoio em pessoal ao Comando da Logística); ao Comando da Logística – para efeitos de correção de procedimentos no âmbito da gestão de cargas e controle de armazenamento no Regimento de Engenharia n.º 1; ao Comando das Forças Terrestres – para avaliar o uso partilhado dos paióis do Regimento de Paraquedistas pelo Regimento de Engenharia n.º 1, à semelhança de outras situações no Exército; e à Inspeção Geral do Exército – para proceder a uma inspeção de segurança ao Regimento de Paraquedistas tendo em vista o uso partilhado dos seus paióis<sup>74</sup>.

O Processo de Averiguações à *Unidade de Apoio Geral de Material do Exército. Paióis Nacionais de Tancos (PNT). Segurança Física (Intrusão)* (como determinado pelo Despacho n.º 100/CEME/2017, iniciado a 5 de julho e concluído a 17 de julho), inclui documentos classificados como Reservado. Por esse motivo, o que a seguir se expõe não particulariza nem permite identificar, em concreto, o que lá vem referenciado.

Este processo confirmou, de certo modo, os resultados da Inspeção Geral do Exército (na inspeção extraordinária realizada por determinação do Despacho n.º 97/CEME/2017, de 1 de julho), destacando-se a ausência de perceção do grau de vulnerabilidade criado pelas deficiências encontradas, em face do nível de ameaça então considerada, e permitiu concluir, por isso, que:

- O princípio da unidade de comando não foi respeitado (situação que se verificou ao longo dos anos, desde, pelo menos, 2007), o que se traduziu na diluição das responsabilidades das várias forças empenhadas na segurança física dos PNT;
- A missão de segurança atribuída não estava adequada ao armamento, munições e explosivos existentes nos paióis, tendo em consideração a força escalada, em termos de diversidade, efetivo, treino, armamento e equipamento e o estado das infraestruturas e dos meios complementares de vigilância;
- O efetivo fixado em janeiro de 2007 foi mantido inalterado até à ocorrência do furto de junho de 2017;

---

<sup>74</sup> Exército, Contributos para a Compreensão da Gestão, Manutenção e Segurança dos Paióis Nacionais de Tancos (PNT) Face aos Incidentes de 28Jun2017 – Anexo 7, Doc. C.14., p. 22.

- A Brigada de Reação Rápida cumpriu rotineiramente os aspetos formais de coordenação da segurança;

- As 4 unidades (RE1, RPara, RI15 e UnAp) asseguraram em permanência o empenhamento dos efetivos necessários para garantir a segurança física dos PNT, porém, sem uniformidade de procedimentos entre si e independentemente do estado das infraestruturas e dos meios complementares de vigilância. O controlo da execução fazia-se através de relatórios diários;

- Competia à Unidade de Apoio Geral de Material do Exército controlar a execução, através dos relatórios elaborados pelas Unidades e de visitas próprias, assim como garantir a apropriação do terreno (desmatção) e a supervisão do estado das infraestruturas e meios complementares de segurança;

- As medidas de segurança física não previram nem eram passíveis de conter ações de intrusão, pelo que têm de se considerar, à data de julho de 2017, manifestamente insuficientes;

- A insuficiência dos meios complementares de vigilância não foi compensada com mais efetivos atribuídos ao cumprimento da missão e treino adequado;

- A desmatção insuficiente potenciou um aumento de riscos de incêndio e de “zonas não vistas”, potencialmente facilitadoras para ações de intrusão.

- A não alteração do estado de segurança, a acomodação ao plano de segurança associado à falta de efetivos adstritos à missão e a não execução de testes ou exercícios contribuíram para uma perceção deficiente das reais e mais prováveis vulnerabilidades;

- A ausência da deteção decorreu da deficiência, insuficiência ou inexistência dos meios<sup>75</sup>.

“Face ao exposto, por se considerar que foi cumprido, por parte das unidades, o plano de segurança e a determinação quanto ao efetivo e atribuição da força de segurança, e que foram efetuadas, ainda que insuficientes, melhorias nas infraestruturas degradadas, anteriormente identificadas e alertadas para o escalão superior, não tendo originado procedimentos subsequentes, o Exército procedeu à implementação de medidas relacionadas com a gestão, controlo e supervisão de munições, explosivos e artifícios de

---

<sup>75</sup> *Processo de averiguações na área da Segurança Física (Intrusão) nos Países Nacionais de Tancos (PNT), Relatório Final*, de 17 de julho de 2017, inclui documentos classificados como Reservado e Confidencial, pp. 40-44.



fogo, não obstante estarem ainda em curso as investigações a cargo da Polícia Judiciária”<sup>76</sup>.

Em cumprimento do Despacho n.º 44/MDN/2017, o Exército procedeu a uma avaliação das condições de segurança física de instalações militares destinadas ao armazenamento de material de guerra, munições e explosivos à sua responsabilidade, de que resultou o *Relatório de Avaliação das Condições de Segurança das Instalações Militares do Exército Destinadas ao Armazenamento de Material de Guerra, Munições e Explosivos*, de 28 de julho de 2017, classificado como Secreto. Por esse motivo, o que a seguir se expõe não particulariza nem permite identificar, em concreto, o que lá vem referenciado.

O Relatório apresenta as seguintes conclusões, tendo em conta as vulnerabilidades detetadas:

- As instalações afetas pelo Exército ao armazenamento de armamento, munições e explosivos (Arrecadações de Material de Guerra, Paióis e Paiolins) necessitam de melhoramentos, nomeadamente de ordem física, no que respeita a medidas ativas (tais como redes de perímetro, grades nas janelas, obstáculos físicos e outros);

- Ao nível da integração e redundância dos meios eletrónicos (sistema de videovigilância, sistema de controlo de acessos eletrónico, sistema de alarme anti-intrusão, meios de deteção de incêndios) impõem-se medidas, nomeadamente a implementação plena do SICAVE;

- Em concreto, relativamente aos Paióis de Santa Margarida, e de uma forma geral, considerando a classificação do documento, é identificada a necessidade de intervenção a vários níveis: infraestruturas; segurança periférica (sistema de iluminação, torres de vigia), instalação de meios supletivos eletrónicos (alarmes anti-intrusão e deteção de incêndios, sensores de movimento sistema de controlo de acessos eletrónico) e trabalhos de organização do terreno<sup>77</sup>; é ainda afirmado que aquela

---

<sup>76</sup> Anexo 7, Doc. C.14., p.15.

<sup>77</sup> Em relação a este aspetos relativos aos Paióis de Santa Margarida, em particular, Exército, *Relatório Avaliação de Segurança das Instalações Militares do Exército Destinadas ao Armazenamento de Material de Guerra, Munições e Explosivos*, pp. 20-21.

intervenção será uma prioridade do Exército e que àqueles Paióis será alocada a verba correspondente aos investimentos previstos para os Paióis Nacionais de Tancos;

- Ao nível dos recursos humanos, verificaram-se insuficiências na afetação do efetivo alocado a tarefas relacionadas com a segurança, concluindo-se pela necessidade de reforçar os efetivos das equipas que garantem a segurança, especialmente nos paióis nacionais (Tancos e Santa Margarida)<sup>78</sup>.

Neste Relatório, o Exército propôs-se, também, identificar as medidas de segurança a implementar no curto e médio prazo<sup>79</sup>, algumas das quais estavam já implementadas ou em implementação.

Assim, são especificadas como medidas de curto prazo a transferência do material existente nos Paióis Nacionais de Tancos para outros paióis do Exército e a reafecção do investimento previsto para os Paióis Nacionais de Tancos para os Paióis de Santa Margarida, nomeadamente no que diz respeito ao reforço das medidas de segurança ativas e passivas nas instalações.

No que diz respeito ao reforço das medidas de segurança passivas, foi identificada a necessidade de reavaliação das prioridades para a implementação do SICAVE nas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército, a decorrer de acordo com as orientações definidas anteriormente e em várias fases em simultâneo, incluindo a identificação da respetiva estimativa de custo.

Foi também dada nota de outras medidas de curto prazo, como a revisão das normas e procedimentos internos no âmbito da Segurança Militar e da instrução relativa aos procedimentos inerentes ao levantamento, manuseamento e controlo de armamento, munições e/ou explosivos; a reavaliação dos processos de credenciação de militares diretamente envolvidos naquelas funções e o reforço dos *briefings* de segurança ao pessoal de serviço.

Finalmente, deve mencionar-se a decisão de reforço da vertente inspetiva, através da realização de Inspeções Técnicas de Segurança Militar às unidades que têm à sua

---

<sup>78</sup> Exército, *Relatório Avaliação de Segurança das Instalações Militares do Exército Destinadas ao Armazenamento de Material de Guerra, Munições e Explosivos* – Secreto, pp. 32-36.

<sup>79</sup> Exército, *Relatório Avaliação de Segurança das Instalações Militares do Exército Destinadas ao Armazenamento de Material de Guerra, Munições e Explosivos*, 28 de julho de 2017 – Secreto, p. 5.

responsabilidade Arrecadações de Material de Guerra, Paióis ou Paiolins, sendo esse reforço identificado como uma medida de curto prazo.

No que diz respeito a medidas de médio prazo foi referida a necessidade de sensibilizar os militares afetos àquelas missões para a importância da Segurança Militar, quer através da sua inclusão no plano curricular da Academia Militar e da Escola de Sargentos do Exército, quer revendo os conteúdos dos cursos ministrados pelo Exército e atribuindo uma carga horária mais expressiva àquela matéria.

Ainda no médio prazo, o Exército refere a implementação de um modelo concetual de segurança para as Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército e a solicitação de restrição de imagens aéreas de U/E/O militares, através de qualquer meio de obtenção de informação de fontes abertas<sup>80</sup>.

b) Ações subsequentes e execução do Despacho n.º 57/MDN/2017

No desenvolvimento da sua ação própria, administrativa e de comando, e como visto atrás, os Chefes de Estado-Maior dos Ramos das Forças Armadas desenvolveram ações imediatas para introdução de melhorias do modelo de segurança em execução<sup>81</sup>.

De igual modo, sem prejuízo do desenvolvimento daquela ação própria, função do impacto das ações desencadeadas pelos Despachos de inícios de julho, dos resultados dos Relatórios dos Ramos e das conclusões da Auditoria da IGDN e dos Relatórios daí resultantes (que serão apresentados no ponto 2.3. a)), e atendendo às propostas de medidas mitigadoras ali apresentadas, o Ministro da Defesa Nacional adotou novo Despacho a 15 de setembro de 2017, onde determinou a implementação de um novo conjunto de medidas (v. pág. 49 e 50)

Far-se-á agora um levantamento das ações que, em cumprimento de tal Despacho, foram já adotadas pelos diferentes responsáveis na Defesa Nacional. Essas ações foram determinadas e enquadradas de modos diversos, mas todas com um mesmo objetivo: garantir que, tendo por base a análise feita, a segurança militar relativa ao armamento,

---

<sup>80</sup> Relativamente às medidas de curto e médio prazo que de seguida se identificam, Exército, *Relatório Avaliação de Segurança das Instalações Militares do Exército Destinadas ao Armazenamento de Material de Guerra, Munições e Explosivos*, 28 de julho de 2017 – Secreto, p. 37.

<sup>81</sup> Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho, alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 6/2014 de 1 de setembro.

munições e explosivos, incluindo o seu armazenamento, transporte e gestão, é reforçada e melhorada, na medida em que para tal exista margem, de modo a evitar que uma situação semelhante à que ocorreu em Tancos volte a ocorrer.

i) Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas

Em resposta à determinação de elaboração de uma proposta de norma única sobre o manuseamento e transporte de materiais, o CEMGFA produziu a Diretiva n.º 045/CEMGFA/2017, de 11 de dezembro - Norma de Segurança sobre Armazenamento e Transporte de Material Militar (NSATMM), Reservado. A implementação integral desta norma implicará investimento em infraestruturas, meios e formação, num prazo temporal adequado aos objetivos estabelecidos, devendo ser elaborados relatórios de situação trimestrais relativamente à sua implementação. Até final de 2018, o CISMIL procederá à atualização do SEGMIL 1 – Instruções para a Segurança Militar, Salvaguarda e Defesa de Matérias Classificadas<sup>82</sup>.

Em resposta à determinação relativa à apresentação de proposta de desenvolvimento de normativos referentes às regras de empenhamento e postura orientada para a missão dos militares, no desempenho de tarefas operacionais em missões de proteção dentro de infraestruturas militares e em todos os lugares públicos em que, por razões de natureza operacional, foram autorizados o deslocamento ou permanência do armamento, equipamento militar sensível, incluindo munições e materiais explosivos, o CEMGFA apresentou dois memorandos, desenvolvidos em coordenação com os Ramos: Memorando n.º 28/CEMGFA/2017, de 27 de dezembro, *Proposta de Diploma Legislativo que Enquadra o Uso da Força Pelos Militares das Forças Armadas em Missões Nacionais em Tempo de Paz*, Reservado; e o Memorando n.º 29/CEMGFA/2017, de 27 de dezembro, *Proposta de Norma Orientadora para as Regras de Empenhamento e Postura nas Forças Armadas*, Reservado.

---

<sup>82</sup> Ofício do CG/CEMGFA, de 20 de fevereiro de 2018, Assunto: Informação a prestar no âmbito do Despacho n.º 44/MDN/2017 e do Despacho n.º 57/MDN/2017, p. 2 – Anexo 49, Doc. B.1.; em resposta ao Ofício n.º 543 da CG/MDN, de 8 de fevereiro de 2018 – Anexo 8, Doc. A.13.

Sem prejuízo do estabelecido no Estatuto dos Militares das Forças Armadas<sup>83</sup>, o uso da força pelas Forças Armadas em missões nacionais e em tempo de paz<sup>84</sup> não se encontra especificamente regulado na lei nacional<sup>85</sup>.

Neste momento, a proposta entretanto apresentada pelo CEMGFA ao MDN, visando estabelecer, em diploma autónomo, as condições para o uso da força pelos militares das Forças Armadas em missões nacionais em tempo de paz, está a ser apreciada no MDN, sendo que essa análise não deixará de atender, também, ao facto de serem suscitadas questões de direito penal e de se convocarem, por tal facto, outras áreas da governação.

Antes de se passar ao desenvolvimento por Ramo, diga-se o seguinte.

Determinando o Despacho em apreço que o Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas se coordenasse com os CEM dos Ramos para a execução de ambas as determinações do Ministro da Defesa Nacional, foram constituídos pelo CEMGFA dois grupos de trabalho em que Marinha, Força Aérea e Exército participaram ativamente, tendo todos os Ramos apresentado, num caso e noutro, os contributos considerados necessários e pertinentes.

ii) Marinha

Em execução do Despacho n.º 57/MDN/2017, a Marinha começou por identificar iniciativas/projetos que promovessem a melhoria da segurança de instalações militares. No que diz respeito a normas e procedimentos, a Marinha realizou a revisão dos seus procedimentos e sistemas de segurança militar, cumprindo o normativo nacional e com a doutrina NATO em vigor. Foi ainda implementado e atribuído um conjunto de Regras de Empenhamento (ROE, na sigla em língua inglesa) para os militares diretamente empenhados em ações de segurança no interior e exterior das instalações militares (onde se incluem escoltas a armamento e a munições).

---

<sup>83</sup> Em particular, no seu artigo 11, n.º 3. E também, naturalmente, a Constituição da República Portuguesa (CRP), o competente direito internacional, designadamente, a Convenção Europeia de Direitos Humanos e a Declaração Universal dos Direitos do Homem, os princípios da necessidade e da proporcionalidade, bem como pelas causas de exclusão de ilicitude e de culpa aplicáveis ao cidadão comum.

<sup>84</sup> Cfr. artigo 4.º da LOBOFA.

<sup>85</sup> Como acontece, por exemplo, com o Decreto-Lei n.º 457/99, de 5 de novembro, Utilização de armas de fogo e explosivos pelas Forças e Serviços de Segurança.

Relativamente a infraestruturas, além de alguns investimentos já efetuados no ano de 2017 para melhoria das condições de segurança física e eletrónica de instalações militares, a Marinha identificou uma série de iniciativas/projetos, que passam por sistemas de vídeo vigilância e intrusão, bem como por reforço de escotarias, em todo o território nacional.

Assim, a Marinha está a implementar medidas pontuais de modernização tecnológica dos sistemas de videovigilância. Esse projeto, que pressupõe um investimento de aproximadamente 500 mil euros, divide-se em duas fases: aquisição de material (1ª fase); e, aquisição dos serviços de instalação, integração e operacionalização do sistema eletrónico de segurança (2ª fase, a desenvolver no primeiro semestre de 2018).

Nomeadamente, quanto à melhoria das condições de segurança na Base Naval de Lisboa e no Corpo de Fuzileiros, já foi incrementada a iluminação pública no Corpo de Fuzileiros; foram desmatadas as áreas na periferia das vedações; foram incrementadas as condições de habitabilidade dos militares nas casas da guarda; e foi incrementada a periodicidade do controlo do armamento e munições.

Atualmente, estão a ser reforçadas as câmaras de vigilância no Marco do Grilo. Com efeito, o sistema de videovigilância atualmente instalado no DMNL data do início da década de 2000 e, embora se encontre operacional, a modernização do sistema de videovigilância em todo o perímetro das instalações permita melhorar as condições de segurança ali existentes. Este projeto foi, aliás, iniciado em data anterior ao Despacho do MDN.

De acordo com a informação prestada pela Marinha, os projetos de reforço da segurança militar inserem-se no âmbito da Lei de Infraestruturas Militares.

No que diz respeito à formação de recursos humanos, continuam a ser realizadas palestras e ações de formação no âmbito da segurança militar, de acordo com os procedimentos em vigor na Marinha<sup>86</sup>.

---

<sup>86</sup> Ofício do CG/CEMA, de 15 de fevereiro de 2018, Assunto: Informação a prestar no âmbito dos Despachos n.º 44/MDN/2017 e n.º 57/MDN/2017 – Anexo 50, Doc. B.2.; em resposta ao Ofício n.º 543 da CG/MDN, de 8 de fevereiro de 2018 – Anexo 8, Doc. A.13.

iii) Força Aérea

Em aplicação do disposto no Despacho n.º 57/MDN/2017, a Força Aérea já efetuou uma série de diligências, incidentes sobre as três áreas determinadas por aquele.

Ao nível das Normas e Procedimentos, a Força Aérea está a implementar a Diretiva n.º 045/CEMGFA/17, incluindo a alteração das normas internas afetadas por esta Diretiva. Além dessas medidas, foram transmitidas instruções periódicas escritas às Unidades/Órgãos/Serviços sobre a realização da conferência de inventários, os quais são transmitidos ao Órgão de Gestão Central. Foi, também, determinado o aumento de frequência das rondas de vigilância nos locais que armazenam armamento, explosivos e munições e encontra-se, em revisão o Regulamento de Abastecimento de Material da Força Aérea.

Ao nível das Infraestruturas, refere-se que a armazenagem do armamento, explosivos e munições é já efetuada de acordo com as Normas Técnicas aplicáveis, respeitando-se, entre outros fatores, a compatibilidade dos materiais e o “critério quantidade-distância”, para além do controlo das condições de temperatura e humidade. Por outro lado, até estarem repostas as condições de segurança adequadas, a Força Aérea determinou a transferência de armamento, explosivos e munições mais sensíveis para localizações mais seguras.

Relativamente aos sistemas de segurança passivos, identificadas as necessidades de melhoria nos locais da Força Aérea que armazenam armamento, explosivos e munições, nomeadamente a videovigilância, está a ser feita *in loco* a avaliação técnica dos trabalhos e dos equipamentos necessários, tendo em vista determinar com a maior exatidão possível os custos das intervenções e aquisições, para, posteriormente, se identificarem as fontes de financiamento. Identificada, por outro lado, a necessidade de reabilitar/beneficiar alguns paíóis do Campo de Tiro, estão a ser determinados os custos das intervenções.

No que diz respeito às instalações atribuídas aos Centros Coordenadores de Segurança e Defesa, não foram identificadas necessidades de melhoria significativas.

Finalmente, ao nível dos Recursos Humanos, existe, na Força Aérea, a especialidade de Polícia Aérea, cujos militares têm formação específica para a área da segurança militar. Quanto à questão técnica, está atribuída a militares com formação específica,

nomeadamente, Técnicos e Mecânicos de Armamento. Nesta área, além da carência pontual de efetivos, não foram identificadas necessidades acrescidas relacionadas com o processo em causa<sup>87</sup>.

iv) Exército

No contexto da ação do Exército, importa destacar, desde logo, a decisão e concretização da transferência do material existente nos PNT para outros paióis do Exército ou em uso pelo Exército, nomeadamente, para os Paióis de Santa Margarida, Alcochete e Marco do Grilo.

Através do Despacho nº 119/CEME/2017, de 18 de julho de 2017, “Medidas a implementar na sequência das averiguações internas ao desaparecimento de material de guerra nos PNT”, o CEME determina: o levantamento das necessidades de munições e artefactos de fogo para o Exército tendo em vista a avaliação da necessidade de manutenção dos PNT; o levantamento das necessidades de financiamento e sustentação em infraestruturas e sistemas de segurança integrada tendo em vista a elaboração de propostas a inserir na LPM; o estudo da possibilidade da criação de um campo militar em Tancos; o início da transferência das cargas dos PNT para os Paióis de Sta. Margarida e paióis utilizados pelo Exército em Alcochete (Força Aérea) e Marco do Grilo (Marinha); o cancelamento, até decisão final sobre a manutenção dos PNT, de todos os investimentos previstos para os mesmos, reafectando recursos na modernização de outras infraestruturas afetas à mesma funcionalidade; a implementação de ações destinadas a reforçar a segurança nas unidades, estabelecimentos e órgãos do Exército; e a revisão imediata das normas e procedimentos internos no âmbito da segurança militar<sup>88</sup>.

Assim, o Plano TROIA foi aprovado em 14 de setembro de 2017, sendo implementado entre a 18 de setembro de 2017 e 31 de outubro de 2017<sup>89</sup>. Numa primeira fase, o

---

<sup>87</sup> Ofício do CG/CEMFA, de 19 de fevereiro de 2018, Assunto: Processo de Armazenamento e da Segurança do Armamento e do Equipamento Militar, incluindo Munições e Materiais Explosivos – Anexo 51, Doc. B.3.; em resposta ao Ofício n.º 543 da CG/MDN, de 8 de fevereiro de 2018 – Anexo 8, Doc. A.13.

<sup>88</sup> Exército, Contributos para a Compreensão da Gestão, Manutenção e Segurança dos Paióis Nacionais de Tancos (PNT) Face aos Incidentes de 28Jun2017 – Anexo 7, Doc. C.14., pp. 31-32. Neste ponto, isto é, ações do Exército subsequentes e em execução do Despacho n.º 57/MDN/2017, este é o documento que sustenta a análise apresentada. Assim, sempre que citado, e para facilitar a leitura, referiremos, apenas, Anexo 7, Doc. C.14.

<sup>89</sup> Anexo 7, Doc. C.14., p. 23.



transporte foi feito para o Marco do Grilo (entre os dias 2 e 26 de outubro) e para o Campo de Tiro de Alcochete (entre os dias 26 e 31), e, numa segunda fase, para os Paióis do Campo Militar de Santa Margarida (entre os dias 27 e 31).

Para que se possa ter uma noção da envergadura de tal operação, concretizada, além do mais, num espaço de tempo muito curto, registe-se que num primeiro momento (Fase I), foram transportadas para o Marco do Grilo, 756 paletes (correspondentes a 900 t); e para o Campo de Tiro de Alcochete, 126 paletes (correspondentes a 150 t).

Posteriormente (Fase II), foram transportados para os Paióis do Campo Militar de Santa Margarida 126 paletes (correspondentes a 120 t).

Para a concretização desta operação foi necessária a afetação de significativos recursos materiais (5 camiões e plataforma de carga, reforçados com 1 viatura da Marinha; 1 camião trator com plataforma de transporte de equipamento; 8 viaturas táticas ligeiras; 1 ambulância; 2 atrelados torre de iluminação; 6 empilhadores).

Quanto aos recursos humanos envolvidos, além de, diariamente, terem estado empenhados 51 militares (6 Oficiais; 18 Sargentos; 27 Praças), aquela operação implicou ainda o empenhamento de uma equipa de condutores e chefe de viatura (10 Sargentos; 10 Praças); uma equipa sanitária (1 Oficial Enfermeiro; 2 Praças); uma equipa de manutenção avançada (1 Sargento; 2 Praças); da Polícia do Exército (1 Oficial; 3 Sargentos; 10 Praças); uma equipa de paióis (2 Oficiais; 2 Sargentos; 3 Praças); e de um Centro de Controlo de Movimentos (2 Oficiais; 2 Sargentos).

Foram percorridos 41076 Km e consumidos 9860 litros de combustível.

Na ação subsequente e em execução do Despacho n.º 57/MDN/2017, sem esquecer o relatório da Inspeção-Geral da Defesa Nacional e as próprias averiguações e inspeções realizadas por decisão do CEME, o Exército desenvolveu múltiplas iniciativas, em vários domínios, visando o reforço da segurança nas unidades, estabelecimentos e órgãos do Exército destinadas ao armazenamento de material de guerra, algumas das quais se elencarão de seguida (veja-se, aliás, a este propósito, o Despacho n.º 170/CEME/2017, de 27 de setembro – Anexo 52, Doc. C.12.).

Assim, no que diz respeito a normas e procedimentos, o Comando das Forças Terrestres elaborou e difundiu a Norma de Autoridade Técnica sobre condições de municiamento do armamento de serviço em todas as Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército. Promoveu, além disso, a Revisão da Diretiva n.º 118/CEME/15 que regula os planos de defesa das unidades, estabelecimentos e órgãos do exército do Exército<sup>90</sup>. Finalmente, incrementou medidas de dissuasão com a elaboração, difusão e implementação da Norma de Autoridade Técnica - NAT 03.02.05 Condições de Municiamento do Armamento de Serviço em todas as Unidades do Exército (MMHS EM.OP.G2-2017-003798 00.530.0030, Divulgação da NAT 03.02.05, CFT, de 25/SET/17)<sup>91</sup>.

Por seu turno, a Brigada Mecanizada atualizou as Normas/planos próprios relativos ao transporte de MEAF (Norma de Execução Permanente II.41.21 de 5JAN18). Já a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército atualizou os Anexos M, N e O do Plano de Segurança, tendo sido executados treinos e testada a respetiva adequação.

O Regimento de Comandos incrementou rondas móveis ao Paiol e atualizou as Normas de Execução Permanente (NEP) referentes aos deveres do Pessoal de Serviço Interno no que concerne ao incremento da segurança física ao Paiol<sup>92</sup>.

Relativamente às infraestruturas e no que respeita ao desenvolvimento de ações de concentração e de desenvolvimento prioritário de obras nas várias instalações destinadas a armazenamento de armas, munições e material explosivo, bem como as condições de trabalho e habitabilidade nos edifícios destinados a apoiar a atividade dos militares que asseguram a vigilância e segurança dessas instalações, a Brigada Mecanizada promove, neste momento, a execução de obras nos Paióis de Sta. Margarida com vista à correção de anomalias ao nível das infraestruturas e equipamentos, assim como de melhoria dos espaços de armazenamento daquele material sensível. A Brigada Mecanizada, com o apoio da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, substituiu, entre outras coisas, parte das fechaduras e sistemas de

---

<sup>90</sup> Anexo 7, Doc. C.14., p. 24.

<sup>91</sup> Anexo 7, Doc. C.14., p. 27.

<sup>92</sup> Anexo 7, Doc. C.14., p. 26.

dobradiças das portas dos paióis e introduziu a utilização de cadeados de alta resistência<sup>93</sup>.

Por seu lado, a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército implementou um conjunto alargado de medidas mitigadoras dos riscos elencados, entre as quais se destacam o reforço dos portões de armazéns, bem como a instalação de câmaras de vigilância e alarmes anti-intrusão e anti-incêndio no seu interior, tendo também promovido a melhoria da iluminação interior e periférica<sup>94</sup>.

Também o Regimento de Comandos submeteu a aprovação superior um conjunto de medidas ao nível da proteção física (vedações), tendo o Comando do Exército aprovado o apoio à sua execução, nomeadamente através do emprego da Companhia de Engenharia Pesada da Brigada Mecanizada<sup>95</sup>.

Finalmente, o Comando das Forças Terrestres, analisado o mapa dos riscos do processo auditado, tendo sido tidas em conta as atividades críticas ou pontos de controlo relativas à execução de segurança física, cuja intervenção é da sua responsabilidade, identificou um conjunto de ações, também no âmbito das infraestruturas, para mitigação dos mesmos, como a intervenção na arrecadação de material sensível do Regimento de Comandos ou a implementação de Sistemas Supletivos Eletrónicos de Segurança SSES-2018 com atribuição de verbas a mais 10 unidades do Comando das Forças Terrestres<sup>96</sup>.

Nesse sentido, a 1 de fevereiro de 2018 foi submetida à consideração do Ministro da Defesa Nacional uma Proposta de Financiamento de Medidas para a Consolidação da Segurança Militar no Exército, 2018 a 2022<sup>97</sup>.

Sobre essa proposta, o Ministro da Defesa Nacional exarou despacho determinando que no âmbito da LIM, através da DGRDN, fosse verificada a possibilidade de suprir as necessidades identificadas para 2018. Além disso, relativamente aos anos subsequentes, e após análise judiciosa das verbas disponíveis e identificação das áreas críticas a intervencionar, o enquadramento das necessidades identificadas no âmbito da revisão da LIM deveria ser realizado com o grau de prioridade adequado.

---

<sup>93</sup> Anexo 7, Doc. C.14., p. 25.

<sup>94</sup> Anexo 7, Doc. C.14., p. 26.

<sup>95</sup> Anexo 7, Doc. C.14., pp. 26-27.

<sup>96</sup> Anexo 7, Doc. C.14., p. 27.

<sup>97</sup> Cfr. Anexo 7, Doc. C.14. p. 23-24.

Aquele despacho foi enviado ao Secretário de Estado da Defesa Nacional, em quem está delegada a competência relativamente à LIM.

Subsequentemente, foi determinado pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional que o Exército proceda à identificação da existência de saldos de verbas atribuídas em 2017, cuja execução orçamental não tenha sido possível no ano transato, para a retificação de encargos considerados prioritários no âmbito da LIM tendo em vista restabelecer as possibilidades de investimento de 2018. Deste exercício deverá depois ser dado conhecimento à DGRDN, na medida em que a esta Direção-Geral caberá definir como prioritários os instrumentos para suprir as necessidades identificadas e ter isso em conta na afetação das verbas respetivas.

Quanto aos Recursos Humanos, o Comando das Forças Terrestres difundiu orientações no sentido de incrementar as atividades de treino dos militares dedicados às tarefas de segurança, e, aproveitando o exercício LUSITANO 17, foi promovido, especificamente, um Treino de alteração dos Estados de Segurança<sup>98</sup>. O CFT implementou, ainda, de modo imediato, os binómios de guarda nos Paíóis Nacionais de Santa Margarida até à constituição da capacidade cinotécnica no Campo Militar de Santa Margarida<sup>99</sup>.

### 2.3. Pela Inspeção-Geral de Defesa Nacional

#### a) Na sequência do Despacho n.º 43/MDN/2017

Este Despacho incumbira a IGDN de realizar uma inspeção extraordinária aos procedimentos e às condições de segurança em vigor nas Forças Armadas, no âmbito do armazenamento e do equipamento militar, incluindo munições e materiais explosivos, em articulação com os serviços e organismos de inspeção dos Ramos<sup>100</sup>.

---

<sup>98</sup> Anexo 7, Doc. C.14., p. 24.

<sup>99</sup> Cfr, informação de 2 de fevereiro de 2018 do Quartel-General da Brigada Mecanizada, *apud* Anexo 7, Doc. C.14., p. 27.

<sup>100</sup> Tendo em conta a classificação de segurança Secreto dos relatórios em causa, não se reproduzem neste documento nem de forma circunstanciada nem literalmente os fatores de risco e consequentes riscos elencados na Auditoria da IGDN.

i) Marinha

Na auditoria da IGDN à Marinha, cujo Relatório foi classificado como Secreto<sup>101</sup>, o processo foi conduzido através de amostragem não-estatística<sup>102</sup>.

A auditoria à Marinha resultou numa apreciação global positiva, a que se atribui nível de risco considerado tolerável, o que permitiu concluir que o processo de armazenamento e da segurança do equipamento militar se encontra controlado, sem falhas significativas<sup>103</sup>.

No entanto, foram identificados alguns aspetos a melhorar e apontadas medidas mitigadoras<sup>104</sup>.

ii) Força Aérea

Na auditoria da IGDN à Força Aérea, cujo Relatório foi classificado como Secreto<sup>105</sup>, o processo foi conduzido através de amostragem aleatória<sup>106</sup>.

A IGDN, numa apreciação global, identifica um nível de risco considerado tolerável, o que indica tratar-se de um processo controlado, sem falhas de grande relevo<sup>107</sup>.

Ainda assim, o Relatório propõe algumas medidas mitigadoras<sup>108</sup>.

iii) Exército

Na auditoria da IGDN ao Exército, cujo Relatório foi classificado como Secreto<sup>109</sup>, o processo foi conduzido através de amostragem aleatória<sup>110</sup>.

---

<sup>101</sup> IGDN, AUDITORIA/42/2017/EXT, À MARINHA – *Processo de Armazenamento e da Segurança do Armamento e do Equipamento Militar, incluindo Munições e Materiais Explosivos*, de 31 de agosto de 2017 – Secreto.

<sup>102</sup> Por questões de segurança que envolvem a Defesa Nacional, não se identificam as unidades que compuseram a amostragem.

<sup>103</sup> IGDN, AUDITORIA/42/2017/EXT, À MARINHA, cit., p. 33.

<sup>104</sup> *Ibidem*.

<sup>105</sup> IGDN, AUDITORIA/44/2017/EXT, À FORÇA AÉREA – *Processo de Armazenamento e da Segurança do Armamento e do Equipamento Militar, incluindo Munições e Materiais Explosivos*, de 31 de agosto de 2017 – Secreto.

<sup>106</sup> Por questões de segurança que envolvem a Defesa Nacional, não se identificam as unidades que compuseram a amostragem.

<sup>107</sup> IGDN, AUDITORIA/44/2017/EXT, À FORÇA AÉREA, cit., p. 26.

<sup>108</sup> IGDN, AUDITORIA Nº 44/2017/EXT, À FORÇA AÉREA, cit., pp. 27-29.

<sup>109</sup> IGDN, AUDITORIA Nº 43/2017/EXT, AO EXÉRCITO – *Processo de Armazenamento e da Segurança do Armamento e do Equipamento Militar, incluindo Munições e Materiais Explosivos*, de 31 de agosto de 2017 - Secreto.

<sup>110</sup> Por questões de segurança que envolvem a Defesa Nacional, não se identificam as unidades que compuseram a amostragem.

Numa apreciação global, a IGDN considera que existe um nível de risco elevado<sup>111</sup>.

Com base nas evidências obtidas e considerando o exercício do direito do contraditório do Exército, o Relatório da Auditoria identifica alguns fatores de riscos e consequentes riscos:

- a) No que respeita a infraestruturas e equipamentos, apontam-se como fatores de risco, nomeadamente: as condições de conservação e manutenção das instalações afetas ao armazenamento de armamento, munições e explosivos de acordo com os requisitos de referência e as condições de habitabilidade das instalações destinadas ao pessoal que aí desempenha as suas funções;
- b) No que respeita a normativos e procedimentos, indica-se, nomeadamente, a inconsistência de procedimentos relativos ao transporte de munições e material explosivo face às regras técnicas aprovadas no Exército e lacunas normativas relativamente aos processos auditados;
- c) No que respeita aos recursos humanos, salienta-se o reduzido número de efetivos empenhados nas tarefas de vigilância e segurança, tendo em consideração a extensão da área a controlar, as tarefas a executar e o tempo atribuído à missão, concretamente no caso dos Países Nacionais de Tancos<sup>112</sup>.

Neste sentido, a IGDN propõe medidas de mitigação<sup>113</sup>.

A IGDN destaca, porém, o empenho demonstrado pelo Exército na implementação de algumas das medidas sugeridas, empenho que deverá prosseguir.

- b) Na sequência e em execução do Despacho nº 57/MDN/2017

De acordo o Despacho n.º 57/MDN/2017, e no que diz respeito à área de normas e procedimentos, a IGDN deve consolidar, desenvolver e atualizar, onde e como aplicável, em articulação com os Ramos, o mapeamento de todos os processos referentes ao modelo de segurança dos materiais de natureza sensível.

Com efeito, a atividade da IGDN traduz-se no acompanhamento das ações implementadas e a implementar pelos Ramos a que se fez referência anteriormente.

---

<sup>111</sup> IGDN, *AUDITORIA Nº 43/2017/EXT, AO EXÉRCITO*, cit., pp.37 e 39.

<sup>112</sup> IGDN, *AUDITORIA Nº 43/2017/EXT, AO EXÉRCITO*, cit., pp. 39-40.

<sup>113</sup> IGDN, *AUDITORIA Nº 43/2017/EXT, AO EXÉRCITO*, cit., pp. 40-42.

Nessa medida, e em termos de intervenções futuras<sup>114</sup>, a IGDN refere a condução, no médio prazo, de um *follow-up* aos três Ramos, de modo a possibilitar a verificação da concretização das boas práticas, procedimentos e recomendações apresentadas<sup>115</sup>. O Plano Anual para 2018 apresentado inclui aquelas intervenções<sup>116</sup>.

#### 2.4. Outros Serviços do MDN

##### a) Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional

O Despacho n.º 57/MDN/2017 incumbiu o Secretário-geral do Ministério da Defesa Nacional, através do Centro de Dados da Defesa Nacional, em coordenação com os Ramos, de proceder, no prazo de 180 dias, à identificação e ao desenvolvimento inicial de um sistema de informação para controlo efetivo de material sensível, comum aos Ramos, que garantisse a informação necessária e o controlo de acesso à informação, segundo os patamares mais evoluídos.

Nesse sentido, em resposta ao n.º 3 do ponto a) do Despacho n.º 57/MDN/2017, a SGDN informa sobre a criação de uma Equipa de Projeto (EP), coordenada pela SGDN, com pontos de contacto (POCs) do EMGFA e Ramos, para o desenvolvimento inicial daquele sistema.

Essa equipa visitou o Campo de Tiro de Alcochete (Paióis do Exército e da Força Aérea) e os Paióis NATO Lisboa (Marinha e Exército), tendo as visitas permitido a familiarização com os sistemas de informação dos três Ramos que registam e controlam este material, assim como uma avaliação preliminar relativa à segurança de acesso à informação.

Face ao tempo disponível para o desenvolvimento do projeto e à necessidade de normalização dos dados dos Ramos, a EP concluiu que o referido desenvolvimento inicial deveria consistir na integração, numa única base de dados comum e centralizada na

---

<sup>114</sup> Entre dezembro de 2017 e fevereiro de 2018 os Ramos enviaram, à IGDN os pontos de situação das medidas adotadas na sequência da homologação dos relatórios de auditoria concluídos por aquela Inspeção Geral por força do Despacho n.º 43/MDN/2017, de 2 de julho, cfr. Ofício IGDN enviado à CG/MDN, de 27 de fevereiro de 2018, Assunto: Informação sobre Segurança Militar – Confidencial. Este ofício é resposta ao Ofício n.º 612 da CG/MDN, de 15 de fevereiro de 2018, ao IGDN, Assunto: Informação sobre Segurança Militar – Anexo 53, Doc. A.14.

<sup>115</sup> IGDN, AUDITORIA Nº 43/2017/EXT, AO EXÉRCITO – Processo de Armazenamento e da Segurança do Armamento e do Equipamento Militar, Incluindo Munições e Materiais Explosivos, de 31 de agosto de 2017 – Secreto, pp.2-3 e 42.

<sup>116</sup> Ofício IGDN enviado ao CG/MDN, de 27 de dezembro de 2017, Assunto: Plano Anual de Auditorias da IGDN para 2018 – Reservado.

SGMDN, dos dados essenciais dos atuais três sistemas de informação transacionais de controlo de material sensível dos Ramos, ao que se sobreporia uma camada de *Business Intelligence* (relatórios e *dashboards*) com informação agregada sobre Armamento, Munições e Explosivos, pertencente aos três Ramos – o que foi feito.

Nesse contexto, deduziu uma abordagem com um nível de ambição adequado para uma implementação no prazo estabelecido no Despacho, tendo concluído a tarefa antes desse prazo<sup>117</sup>.

No que concerne a identificação de potenciais fontes de financiamento, como refere o n.º 2 da alínea b) do Despacho n.º 57/MDN/2017, a Secretaria-Geral do MDN considera que, tendo em presente que a Lei de Programação Militar se encontra em fase de revisão, poderá ser importante equacionar que aquelas necessidades relativas à Segurança Militar se constituam como um projeto dentro de uma capacidade ou de uma própria capacidade, ficando desta forma o financiamento assegurado.

b) Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Pelo Despacho n.º 57º/MDN/2017, a Direção-Geral da Recursos da Defesa Nacional ficou incumbida, em articulação com a Secretaria-Geral, de identificar potenciais fontes de financiamento – como seja, nomeadamente, através da LIM –, para o eventual reforço de verbas para as medidas de melhoria das condições de segurança das instalações militares ao nível das infraestruturas – obras, criação e reabilitação dos meios complementares de segurança e a melhoria das condições de habitabilidade para os elementos das Forças Armadas em missões de vigilância – depois de as mesmas terem sido identificadas pelos Ramos.

De acordo com aquela Direção-Geral, o momento do ano económico em que foi proferido tal Despacho não permitia, por questões de imperativo legal de cariz orçamental e de condicionamentos inerentes aos prazos da contratação pública, que se pudesse desencadear medidas com efeito útil no ano de 2017.

---

<sup>117</sup> Ofício SGMDN, de 8 de março, à CG/MDN, Assunto: Despacho n.º 57/MDN/2017 – Anexo 54, Doc. F.2.



Assim, e para que no ano de 2018 aquela determinação do Despacho n.º 57/MDN/2017 possa executar-se plenamente, a DGRDN propôs o agendamento de uma reunião inicial com os representantes dos Gabinetes do MDN e do SEDN, e assim também da SG/MDN e da própria DGRDN, julgando igualmente pertinente a solicitação, junto do EMGFA e Ramos das Forças Armadas, de informação clara e precisa sobre as prioridades dos investimentos por eles apresentadas<sup>118</sup>.

Com efeito, como referido anteriormente, tendo em conta a Proposta de Financiamento de Medidas para a Consolidação da Segurança Militar no Exército, 2018 a 2022, e os despachos do Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado da Defesa Nacional, caberá à DGRDN, no quadro das suas competências e de acordo com as prioridades redefinidas pelo Exército, definir como prioritários os instrumentos para suprir as necessidades identificadas e ter isso em conta na afetação das verbas respetivas.

---

<sup>118</sup> Ofício DGRDN, de 15 de fevereiro de 2018, à CG/MDN, Assunto: Informação sobre Segurança Militar – Anexo 55, Doc. F.1.

## CONCLUSÕES

Perante a gravidade do incidente de segurança ocorrido em Tancos no dia 28 de junho de 2017, foram tomadas medidas imediatas por todos aqueles que, no quadro das suas competências, têm responsabilidades no âmbito da Defesa Nacional.

Tratou-se, num primeiro momento, de rapidamente levar a cabo um diagnóstico seguro sobre aspetos relativos às infraestruturas e processos relacionados com o armazenamento de material de guerra, munições e explosivos sob a responsabilidade dos Ramos, de modo que, com a prontidão necessária, pudesse garantir-se publicamente que, sem de algum modo diminuir a gravidade do ocorrido, a segurança daquele material sensível, em Tancos como nas demais instalações militares, estava doravante assegurada.

Neste contexto, e como se viu, os Ramos, nomeadamente a Marinha e a Força Aérea, verificaram existências, reforçaram rondas, identificaram necessidades de meios relacionados com os dispositivos de segurança, movimentaram material sensível para locais que entenderam mais adequados.

Porém, foi em instalações militares sob a responsabilidade do Exército que aquele furto ocorreu, pelo que sobre o Exército recaía uma responsabilidade particular. Estava o Exército perante o dever de agir no imediato, para além do que era o denominador comum exigível a todos os Ramos. Por essa razão, onde necessário, e mesmo se de modo excecional, o Exército reforçou algumas das medidas que, em circunstâncias normais, poderiam até ser consideradas suficientes para a guarda daquele material sensível. A questão é tanto mais importante quanto, como atrás demonstrado, a falta de investimento em recursos humanos afetos à missão e equipamentos na área da segurança tem um histórico relevante. No caso dos PNT, que neste caso têm o protagonismo que não é necessário justificar, verificaram-se falhas e omissões relevantes desde há quase duas décadas.

Para além das reparações feitas no imediato, bem como do reforço do número de militares envolvidos na segurança das infraestruturas de armazenamento de material militar e do aumento da frequência das rondas de vigilância, o Comandante do Regimento de Engenharia n.º 1 determinou a abertura de um processo de averiguações

relativo ao desaparecimento do material (Processo n.º 01/AVG/17), que viria a dar lugar a três processos disciplinares.

Além disso, o CEME desencadeou uma inspeção extraordinária (Despacho n.º 97/CEME/2017 – Anexo 1, Doc. C.1.) e determinou a realização de três processos de averiguações (Despachos n.ºs 98-100/CEME/2017 – Anexos 2 a 4, Docs. C.2. a C.4).

Estas ações foram céleres, e a sua comunicação, nomeadamente na audição do Ministro da Defesa Nacional na CDN, no dia 7 de julho de 2017, assumiu-se como importante para dar a conhecer aos cidadãos que a segurança do material sensível tinha sido reforçada e que, por grave que fosse – e era –, o furto de Tancos estava circunscrito, tanto quanto era possível antever, no tempo e nas consequências.

Sublinhe-se que as ações dos Ramos foram acompanhadas sempre de perto no plano político. Com efeito, através do Despacho n.º 44/MDN/2017, foi determinado, como clara orientação política, que os Chefes de Estado-Maior dos Ramos deviam dar prioridade às áreas relacionadas com a segurança do material de guerra, nomeadamente armamento, munições e explosivos.

Além disso, no mesmo Despacho n.º 44/MDN/2017, de 2 de julho, foi prevista a apresentação, por parte dos Chefes de Estado-Maior dos Ramos, num prazo de 30 dias, de relatório sobre as condições de segurança das instalações militares destinadas ao armazenamento de material de guerra, munições e explosivos.

Com aqueles relatórios ficou descrita de forma nítida, clara e atualizada a situação real de segurança nas instalações militares destinadas à armazenagem e à manutenção dos materiais de guerra de todos os Ramos.

Considerou também o Ministro da Defesa Nacional que, tendo em conta a natureza e competências da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, a realização de uma inspeção extraordinária por parte daquela entidade contribuiria para aprofundar e alargar o conhecimento da situação real de segurança nas instalações militares destinadas à armazenagem daquele material sensível.

Com esse objetivo, adotou o Despacho n.º 43/MDN/2017, de 2 de julho, determinando a realização, por parte da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, no prazo de 60 dias, de

uma inspeção extraordinária aos procedimentos e às condições de segurança do armamento e do equipamento militar.

A metodologia utilizada pela IGDN, baseada na análise de processos e dos riscos inerentes aos mesmos, permitiu aprofundar aquela que seria a leitura e análise feita pelos Ramos nos Relatórios de sua autoria (determinados no Despacho n.º 44/MDN/2017). Por outro lado, os relatórios da IGDN viabilizaram a identificação de outras medidas concretas, não necessariamente propostas pelos Ramos nos seus Relatórios, em que havia margem de melhoria e de mitigação de risco. Finalmente, o envolvimento da IGDN, de acordo com aquela que é a sua missão nos termos da lei, mostrou-se essencial para o acompanhamento da implementação por parte dos Ramos das medidas mitigadoras de risco que seriam identificadas por aqueles relatórios. Pode por isso afirmar-se, sem dúvida, que a ação da IGDN habilitou o Ministro da Defesa Nacional a acompanhar de uma forma mais eficiente a implementação das medidas que foram identificadas.

No prazo definido, cada um dos Ramos das Forças Armadas elaborou um relatório sobre as condições de segurança das instalações militares destinadas ao armazenamento de material de guerra, munições e explosivos.

Também no prazo definido, a Inspeção-Geral da Defesa Nacional elaborou uma inspeção extraordinária aos procedimentos e às condições de segurança do armamento e do equipamento militar dos Ramos, da qual resultaram quatro Relatórios: um relativo a cada um dos Ramos das Forças Armadas – Marinha, Força Aérea e Exército – e um outro Relatório-Síntese, relativo à Análise de Risco. Estes Relatórios apresentaram, assim, os resultados da análise efetuada do ponto de vista do contexto organizacional da entidade e do processo auditado, identificando os fatores de risco e riscos do processo, procedendo também a uma avaliação global dos riscos e a uma análise dos riscos mais significativos, tendo em vista a apresentação de uma apreciação global do processo e de propostas de medidas mitigadoras.

Os Relatórios dos Ramos e os Relatórios da IGDN enumeraram diferentes medidas a adotar, no sentido de mitigar fragilidades que se apuraram comuns e sintomáticas. Foi o caso da inexistência de um sistema comum de informação, e assim também de um conjunto de normas comuns relativas à segurança de material; foi o caso da necessidade

de concentração e de desenvolvimento prioritário de obras em algumas instalações; foi o caso da necessidade de se proceder a novos e mais eficientes processos de credenciação, formação e treino dos militares dedicados a funções de segurança.

Aqueles Relatórios, dos Ramos e da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, permitiram, portanto, uma radiografia minuciosa do estado de segurança das instalações de armazenamento de material militar; identificar medidas corretivas a adotar e medidas mitigadoras de risco, auxiliando naquilo que, de facto, era pretendido com a adoção dos Despachos n.º 43 e 44/MDN/2017, de 2 de julho, isto é, na tomada de decisão mais informada e consistente possível quanto às medidas subsequentes a adotar.

É com base nessa análise factual da situação real de segurança nas instalações militares destinadas à armazenagem e à manutenção dos materiais de guerra de todos os Ramos e na identificação das diferentes medidas corretivas, de melhoria e de mitigação do risco, que vem a ser adotado o Despacho n.º 57/MDN/2017, de 15 de setembro.

Aquele Despacho estabeleceu prioridades, partindo de denominadores comuns que haviam sido identificados, promovendo uma maior integração de processos e procedimentos nos casos em que, apesar da especificidade de cada Ramo, essa maior integração pudesse representar ganhos de eficácia e eficiência e, na medida em que fosse necessário garantir os meios, com envolvimento pleno dos serviços centrais do Ministério.

Assim, aí se definiram, em três áreas fundamentais para garantir a segurança daquele material sensível – Normas e procedimentos, Infraestruturas e Recursos Humanos –, as medidas concretas consideradas prioritárias e os atores responsáveis (como entidades primeiramente responsáveis ou como em coordenação) pela implementação das mesmas.

Como já se verificou em pormenor, essa implementação está a ocorrer, havendo medidas já implementadas, em implementação e a implementar. Nesta fase, e porque se trata de demonstrar a coerência das ações, chama-se à colação algumas medidas que, a todos os títulos, são dela exemplificativas.

Foi neste âmbito que o CEMGFA, em coordenação com os Chefes dos Ramos, desenvolveu, propôs e adotou uma norma única sobre manuseamento e transporte de materiais. Este foi um passo de importância fundamental, não apenas no que diz respeito ao armazenamento, mas também transporte e manuseamento de armamento,

munições e explosivos e, portanto, de elevada relevância para a própria segurança dos militares envolvidos naquelas missões.

É também neste quadro que o Secretário-Geral da Defesa Nacional, em coordenação com os Ramos, está a proceder ao desenvolvimento de um sistema de informação comum aos Ramos, ferramenta fundamental para a gestão eficaz e em tempo real das existências. Além disso, é particularmente relevante, porquanto dá expressão à orientação geral de maior centralização e agregação na gestão dos processos, e tanto mais quanto essa centralização, sem pôr em causa as especificidades de cada Ramo, tem como consequência ganhos de escala e de eficiência, envolvendo a Secretaria-Geral, e nesta, em especial, o Centro de Dados de Defesa Nacional.

Os Chefes Militares desenvolveram ou estão a desenvolver ações de concentração do material sensível; têm promovido melhorias e obras de manutenção no sentido de assegurar os requisitos técnicos das instalações destinadas ao armazenamento do armamento, munições e explosivos adequados de acordo com as melhores práticas. E têm criado, melhorado e implementado meios auxiliares de vigilância.

A este respeito, e porque o furto de material militar ocorreu em instalações do Exército, compreende-se que se faça referência mais desenvolvida à decisão e concretização, num curto espaço de tempo e com a discricção necessária, por parte do Exército, da transferência de todo o armamento, munições e explosivos que, sob sua responsabilidade, estavam armazenados nos Paióis Nacionais de Tancos para o Campo Militar de Santa Margarida, para o Campo de Tiro de Alcochete (sob responsabilidade da Força Aérea) e Marco do Grilo (sob responsabilidade da Marinha). Esta operação, de muito grande complexidade, foi dada como concluída a 31 de outubro de 2017.

A decisão de transferência teve um efeito objetivamente determinante no reforço imediato e significativo na garantia da segurança do material militar que até aí estava nos PNT.

De igual modo, a implementação do Programa SICAVE por parte do Exército começa a ter efeitos positivos não negligenciáveis.

Tendo em vista assegurar o financiamento para aquelas medidas, foi determinado que a Secretaria-Geral (e a Direção-Geral de Recursos, no que à Lei de Infraestruturas Militares diz respeito) identificassem potenciais fontes de financiamento. Esta medida é da maior importância, porquanto, se cabe ao Ministro da Defesa Nacional garantir os

meios necessários ao cumprimento da missão, a previsibilidade e planeamento da necessidade de financiamento e a identificação proactiva da mesma fonte são essenciais para uma gestão adequada e eficaz dos recursos existentes.

Finalmente, estão planeadas, no segundo semestre de 2018, auditorias por parte da Inspeção-Geral da Defesa Nacional.

Como se procurou deixar claro, o Despacho n.º 57/MDN/2017, de 15 de setembro, estabeleceu prioridades e partiu de denominadores comuns. No entanto, como também bem se compreende, nele não se esgotaram todas as medidas identificadas como necessárias. Com efeito, aquelas foram e estão a ser implementadas pelos Ramos e, nos casos em que resultam da ação da IGDN, por ela acompanhadas.

Tudo o que foi feito e alcançado foi o necessário. Também, e não menos importante, para promover a estabilidade das instituições militares – peça fundamental em qualquer Estado de Direito democrático – e para reforçar, perante os cidadãos, o compromisso relativo às condições de segurança do material militar à guarda das Forças Armadas.

Sublinhe-se que o impacto da execução das medidas identificadas e adotadas permite também afirmar que o diagnóstico atual, no que diz respeito à segurança de instalações militares dedicadas ao armazenamento de armamento, munições e explosivos, é, objetivamente, muito mais positivo do que aquele que poderia fazer-se a 28 de junho de 2017.

Na adoção de todas estas medidas, pela Tutela, CEMGFA, Ramos e IGDN, cada qual agiu no respeito das suas competências, com lealdade e espírito de colaboração. Deste modo, com atuação coerente e no devido tempo, com acompanhamento da implementação, com recurso a novos enquadramentos e mecanismos de decisão, dotados dos meios necessários e adequados. Para que um incidente como o de Tancos não volte a ocorrer.

(Propositadamente em branco)



(Propositadamente em branco)

## Lista de Abreviaturas

BrigRR – Brigadas de Reação Rápida  
CA – Comando Aéreo  
CDN – Comissão Parlamentar de Defesa Nacional  
CEME – Chefe de Estado-Maior do Exército  
CEMGFA – Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas  
CFT – Comando de Forças Terrestres  
CG – Chefe do Gabinete  
CMS – Campus de Saúde Militar  
CMSM – Campo Militar de Santa Margarida  
CNSI – Conselho Nacional de Segurança Interna  
ComLog – Comando de Logística  
ComOp – Comando Operacional  
CRP – Constituição da República Portuguesa  
CTA – Campo de Tiro de Alcochete  
DAE – Destacamento de Ações Especiais  
DCIAP – Departamento Central de Investigação e Ação Penal  
DCSI – Direção de Comunicações e Sistemas de Informação  
DGME – Depósito Geral de Material do Exército  
DGMFA – Direção Geral de Material da Força Aérea  
DGRDN – Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional  
DGMNL – Depósito Geral de Munições Nato Lisboa  
DIAP – Departamento de Investigação e Ação Penal  
DMT – Direção de Material e Transportes  
Doc. – Documento  
DR – Diário da República  
DSM – Direção do Serviço de Material  
EME – Estado-Maior do Exército  
EMGFA – Estado-Maior-General das Forças Armadas  
EP – Equipa de Projeto  
EPE – Escola Prática de Engenharia  
FA – Forças Armadas  
IGDN – Inspeção-Geral da Defesa Nacional  
IGE – Inspeção Geral do Exército

IGO – Inspeção Geral Ordinária

IPPS – Inspeção de Processos, Programas e Sistemas

ITE – Inspeção Técnica Extraordinária

LDN – Lei da Defesa Nacional

LIM – Lei de Infraestruturas Militares

LOBOFA – Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas

LPM – Lei de Programação Militar

MdG – Marco do Grilo

MDN – Ministério da Defesa Nacional

MEAF – Munições, Explosivos e Artíficos de Fogo

MP – Ministério Público

NEP – Norma de Execução Permanente

NSATMM – Norma de Segurança sobre Armazenamento e Transporte de Material Militar

OCS – Órgãos de Comunicação Social

PGR – Procuradoria-Geral da República

PJ – Polícia Judiciária

PJM – Polícia Judiciária Militar

PNT – Países Nacionais de Tancos

POCs – Pontos de Contacto

RE1 – Regimento de Engenharia n.º 1

RGF – Reduto Gomes Freire

RI15 – Regimento de Infantaria n.º 15

Rpara – Regimento de Paraquedistas

SEAP – Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

SEDN – Secretário de Estado da Defesa Nacional

SGDN – Secretaria-Geral da Defesa Nacional

SI – Sistemas de Informação

SICAVE – Sistema Integrado de Controlo de Acessos e Videovigilância do Exército

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UAGME – Unidade de Apoio Geral de Material do Exército

UnApBrigRR – Unidade de Apoio das Brigadas de Reação Rápida

U/E/O – Unidades, Estabelecimentos e Órgãos

UNCT – Unidade Nacional Contra o Terrorismo

[Lista de documentos citados e anexados \(organizados por entidade\)](#)

**A. MDN**

*Despachos MDN*

- A.1.** Despacho n.º 43/MDN/2017, de 2 de julho
- A.2.** Despacho n.º 44/MDN/2017, de 2 de julho
- A.3.** Despacho n.º 57/MDN/2017, de 15 de setembro
- A.4.** Despacho n.º 5717/2017 de 5 de junho, publicado em Diário da República, 2ª série, de 30 de junho e Declaração de Retificação 528/2017, de 5 de julho, publicada em Diário da República, 2ª série, de 8 de agosto

*Ofícios CG/MDN*

- A.5.** Ofício n.º 2579 do CG/MDN, de 4 de julho de 2017, ao CG/CEMGFA e CGs/CEMs, Assunto: Despacho – Condições de Segurança das Instalações Militares
- A.6.** Ofício n.º 2580 do CG/MDN, de 4 de julho de 2017, ao IGDN, Assunto: Despacho – Inspeção Extraordinária aos Procedimentos e às Condições de Segurança em vigor nas Forças Armadas
- A.7.** Ofício n.º 2603 do CG/MDN, de 5 de julho de 2017, ao CG/SEAP, Assunto: Audição Urgente – Incidente em Tancos
- A.8.** Ofício n.º 3509 do CG/MDN, de 11 de setembro, ao CG/SEAP, Assunto: Inquérito sobre o Desaparecimento de Material Militar dos Paíóis Nacionais de Tancos
- A.9.** Ofício n.º 3621 do CG/MDN, de 18 de setembro de 2017, ao CG/CEMGFA e CGs/CEMs, Assunto: Despacho – Condições de Segurança das Instalações Militares
- A.10.** Ofício n.º 3622 do CG/MDN, de 18 de setembro de 2017, ao IGDN, ao SG e ao DGRDN, Assunto: Despacho – Condições de Segurança das Instalações Militares
- A.11.** Ofício n.º 4200 do CG/MDN, de 24 de outubro, ao CG/SEAP, Assunto: Inquérito sobre o Desaparecimento de Material Militar dos Paíóis Nacionais de Tancos – Pedido de Elementos - Confidencial (não classificado uma vez destacado dos anexos)
- A.12.** Ofício n.º 2229 do CG/MDN, de 6 de junho de 2017, ao CG/CEME, Assunto: Despacho – Concordância Prévia - PM 001/VNBarquinha – Polígono de Tancos (UAGME) – Reconstrução da Vedação Periférica Exterior no Perímetro Norte, Sul e Este dos Paíóis Nacionais de Tancos

**A.13.** Ofício n.º 543 da CG/MDN, de 8 de fevereiro de 2018, ao CG/CEMGFA e CGs/Ramos, Assunto: Informação a prestar no âmbito dos Despachos n.ºs 44/MDN/2017 e 57/MDN/2017

**A.14.** Ofício n.º 612 da CG/MDN, de 15 de fevereiro de 2018, ao IGDN, Assunto: Informação sobre Segurança Militar

*Outros*

**A.15.** Transcrição das 1ªas declarações do Ministro da Defesa Nacional (Bruxelas, 29 de junho de 2017)

**B. CEMGFA, MARINHA E FORÇA AÉREA**

**B.1.** Ofício do CG/CEMGFA, de 20 de fevereiro de 2018, Assunto: Informação a prestar no âmbito do Despacho n.º 44/MDN/2017 e do Despacho n.º 57/MDN/2017

**B.2.** Ofício do CG/CEMA, de 15 de fevereiro de 2018, Assunto: Informação a prestar no âmbito dos Despachos n.º 44/MDN/2017 e n.º 57/MDN/2017

**B.3.** Ofício do CG/CEMFA, de 19 de fevereiro de 2018, Assunto: Processo de Armazenamento e da Segurança do Armamento e do Equipamento Militar, incluindo Munições e Materiais Explosivos

**C. EXÉRCITO**

*Despachos CEME*

**C.1.** Despacho n.º 97/CEME/2017, de 1 de julho

**C.2.** Despacho n.º 98/CEME/2017, de 1 de julho

**C.3.** Despacho n.º 99/CEME/2017, de 1 de julho

**C.4.** Despacho n.º 100/CEME/2017, de 1 de julho

**C.5.** Despacho n.º 101/CEME/2017, de 1 de julho

**C.6.** Despacho n.º 113/CEME/2017, de 17 de julho

**C.7.** Despacho n.º 114/CEME/2017, de 17 de julho

**C.8.** Despacho n.º 115/CEME/2017, de 17 de julho

**C.9.** Despacho n.º 116/CEME/2017, de 17 de julho

**C.10.** Despacho n.º 117/CEME/2017, de 17 de julho

**C.11.** Despacho n.º 119/CEME/2017, de 18 de julho

**C.12.** Despacho n.º 170/CEME/2017, de 27 de setembro

*Ofícios do CG/CEME dirigidos ao CG/MDN*

**C.13.** Ofício do CG/CEME, Assunto: Concordância Prévia – PM 001/VNBarquinha – Polígono de Tancos (UAGME) – Reconstrução da Vedação Periférica Exterior no Perímetro Norte, Sul e Este dos Paíóis Nacionais de Tancos, entrado a 3 de maio de 2017

**C.14.** Ofício do CG/CEME, de 16 de fevereiro de 2018, Assunto: Informação a prestar no âmbito dos Despachos n.º44/MDN/2017 e 57/MDN/2017, envia documento consolidado: Exército, Contributos para a Compreensão da Gestão, Manutenção e Segurança dos Paíóis Nacionais de Tancos (PNT) Face aos Incidentes de 28Jun2017

*Comunicados aos Órgãos de Comunicação Social*

**C.15.** Comunicado 23/2017 – Desaparecimento de Material Militar, de 29 de junho de 2017

**C.16.** Comunicado 24/2017 – Atualização da Informação ao Incidente em Tancos, de 30 de junho de 2017

**C.17.** Comunicado 25/2017 – Atualização da Informação ao Incidente em Tancos, de 1 de julho de 2017

**C.18.** Comunicado 29/2017 – Atualização da Informação relativa ao Incidente em Tancos, de 17 de julho de 2017

**C.19.** Comunicado 47/2017 – Atualização da Informação ao Relativa à Desativação dos Paíóis Nacionais de Tancos, de 30 de outubro de 2017

*Outros*

**C.20.** – Planta/Vista aérea dos Paíóis Nacionais de Tancos

**C.21.** Ofício da Repartição de Manutenção da Direção de Material e Transportes (DMT) do Comando de Logística enviou informação para a Brigada de Reação Rápida e para o Centro de Tropas Comandos (CTC), Assunto: Falhas de Disparo de Granadas Foguete Explosivas LAW, de 5 de julho de 2012

**C.22.** Ofício da Repartição de Manutenção da Direção de Material e Transportes dirigida à BrigRR e à RRS/DMT, Assunto: Falhas de Disparo de Granada Foguete Explosiva LAW, de 23 de abril de 2012

**C.23.** Ofício do Centro de Tropas Comandos dirigido à Brigada de Reação Rápida, Assunto: Falhas de disparo de G. Fog., de 7 de março de 2012

**C.24.** Ofício do RE1 dirigido a DF/CmdPess, Assunto: Fornecimento de Munições para Inativação – Curso EOD, de 12 de janeiro de 2016

**C.25.** Guia de Fornecimento n.º 0592, da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército para o Regimento de Engenharia n.º 1, de 26 de janeiro de 2016

#### **D. ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA/COMISSÃO PARLAMENTAR DE DEFESA NACIONAL**

**D.1.** Ofício n.º 83/3ªCDN/2017, de 4 de julho, Assunto: Audição do Senhor Ministro da Defesa Nacional, enviado por e-mail pelo Chefe de Gabinete (CG) do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (SEAP) ao CG/MDN, a 5 de julho

**D.2.** Pergunta n.º 4644/XIII/2ª (PSD), de 4 de julho de 2017, Assunto: Alteração dos níveis de segurança após o furto de material de guerra dos paióis de Tancos, enviada por Ofício n.º 2413 CG/SEAP ao CG/MDN, a 6 de julho de 2017

**D.3.** Ofício n.º 98/3ª CDN/2017, de 17 de julho, Assunto: Inquérito sobre o Desaparecimento de material militar dos Paióis Nacionais de Tancos, enviado por Ofício n.º 2570 do CG/SEAP ao CG/MDN, a 18 de julho de 2017

**D.4.** Ofício n.º 105/3ª CDN/2017, de 4 de setembro, Assunto: Inquérito sobre o Desaparecimento de material militar dos Paióis Nacionais de Tancos, enviado por Ofício n.º 2887 do CG/SEAP ao CG/MDN, a 5 de setembro de 2017

**D.5.** Ofício n.º 108/3ª CDN/2017, de 12 de setembro, Assunto: Inquérito sobre o Desaparecimento de material militar dos Paióis Nacionais de Tancos, enviado por Ofício n.º 2940 do CG/SEAP ao CG/MDN, a 14 de setembro de 2017

**D.6.** e-mail do CG/SEAP ao CG/MDN, de 15 de setembro de 2017, Assunto: Agendamentos em Plenário - Atualizado

**D.7.** Ofício n.º 121/3ª CDN/2017, de 9 de outubro, Assunto: Inquérito sobre o Desaparecimento de material militar dos Paióis Nacionais de Tancos, enviado por Ofício n.º 3069 do CG/SEAP ao CG/MDN, a 11 de outubro de 2017

**D.8.** Ofício n.º 130/3ªCDN/2017, de 26 de outubro, Assunto: Audição do Senhor Ministro da Defesa Nacional, enviado por e-mail do CG/SEAP ao CG/MDN, a 26 de outubro de 2017

**E. PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA E POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR**

**E.1.** PGR, Nota para a Comunicação Social – Caso de Tancos, de 4 de julho de 2017

**E.2.** PJM, Comunicado de 18 de outubro de 2017

**F. SERVIÇOS DO MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**

**F.1.** Ofício DGRDN, de 15 de fevereiro de 2018, à CG/MDN, Assunto: Informação sobre Segurança Militar

**F.2.** Ofício SGMDN, de 8 de março, à CG/MDN, Assunto: Despacho n.º 57/MDN/2017



(Propositadamente em branco)

### Lista de documentos consultados e não anexados

*Relatórios dos Ramos realizados por determinação no Despacho n.º 44/MDN/2017, de 2 de julho*

- a) Marinha, Relatório de Segurança em instalações da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional, de 24 de julho de 2017 - Secreto, 50 págs. e anexos.
- b) Exército, Relatório Avaliação de Segurança das Instalações Militares do Exército Destinadas ao Armazenamento de Material de Guerra, Munições e Explosivos, de 28 de julho de 2017 – Secreto, 38 págs.
- c) Força Aérea, Relatório Sobre as Condições de Segurança Militar do Armamento, Explosivos e Munições da Força Aérea, de 2 de agosto de 2017, Confidencial, 4 págs.

*Relatórios da IGDN realizados por determinação do Despacho n.º 43/MDN/2017, de 2 de julho*

- d) IGDN, Sumário Global, na sequência do Despacho n.º 43/MDN/2017, de 2 de julho, Secreto, 18 págs.
- e) IGDN, Auditoria/42/2017/Ext, à Marinha – Processo de Armazenamento e da Segurança do Armamento e do Equipamento Militar, incluindo Munições e Materiais Explosivos, de 31 de agosto de 2017, Secreto, 35 págs. e anexos.
- f) IGDN, Auditoria nº 43/2017/Ext, ao Exército – Processo de Armazenamento e da Segurança do Armamento e do Equipamento Militar, Incluindo Munições e Materiais Explosivos, de 31 de agosto, Secreto, 46 págs. e anexos.
- g) IGDN, Auditoria nº 44/2017/Ext, à Força Aérea – Processo de Armazenamento e da Segurança do Armamento e do Equipamento Militar, Incluindo Munições e Materiais Explosivos, de 31 de agosto, Secreto, 30 págs. e anexos.

*Diretiva e Memorandos da autoria do CEMGFA na sequência do Despacho n.º 57/MDN/2017, de 15 de setembro*

- h) Diretiva n.º 045/CEMGFA/17, de 11 de dezembro, Norma de Segurança Sobre Armazenamento e Transporte de Material Militar (NSATMM) – Reservado.
- i) Memorando n.º 28/CEMGFA/2017, de 27 de dezembro, Proposta de Diploma Legislativo que Enquadra o Uso da Força Pelos Militares das Forças Armadas em Missões Nacionais em Tempo de Paz – Reservado.

**j)** Memorando n.º 29/CEMGFA/2017, de 27 de dezembro, Proposta de Norma Orientadora para as Regras de Empenhamento e Postura nas Forças Armadas – Reservado.

*Documentos do Exército*

**k)** Processo de Averiguações. Assunto: Averiguação ao funcionamento do sistema Integrado de Controlo de Acessos e de videovigilância do Exército (SICAVE), nos Paíóis Nacionais de Tancos (PNT), designadamente no âmbito da Videovigilância, Relatório do Oficial Averiguante, de 13 de julho de 2017 – inclui documentos classificados como Reservado e Confidencial, 106 págs.

**l)** Processo de Averiguações sobre Gestão de Cargas e Controlo de Armazenamento nos PNT, Relatório Final – Aditamento, de 15 de julho de 2017 – inclui documentos classificados como Reservado e Confidencial, 137 págs.

**m)** Processo de averiguações na área da Segurança Física (Intrusão) nos Paíóis Nacionais de Tancos (PNT), Relatório Final, de 17 de julho de 2017, inclui documentos classificados como Reservado e Confidencial, 46 págs.

**n)** Processo n.º 01/AVG/17, Processo de Averiguações ao Desaparecimento de Material de Guerra nos PNT (Regimento de Engenharia n.º 1), de 14 de Agosto, parcial, classificado como Confidencial, 112 págs.

**o)** Diretiva n.º 134/CEME/2017, de 27 de Julho – Reservado.

**p)** Diretiva nº 129/CEME/2016, de 27 de setembro – Reservado.

*Outros*

**q)** Ofício IGDN enviado ao CG/MDN, de 27 de dezembro de 2017, Assunto: Plano Anual de Auditorias da IGDN para 2018 – Reservado

**r)** Ofício IGDN enviado à CG/MDN, de 27 de fevereiro de 2018, Assunto: Informação sobre Segurança Militar – Confidencial

(Propositadamente em branco)

(Propositadamente em branco)